



Numeração: 128/2010

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
NA ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

PATRÍCIA STAHL MERLIN

**URBANIZAÇÃO, TERRITÓRIO E INFORMAÇÃO: A REDE SEBRAE E SUAS
ESPACIALIDADES NO INTERIOR PAULISTA.**

Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

ORIENTADORA: PROF. DRA. ADRIANA MARIA BERNARDES DA SILVA

CAMPINAS

2010

**Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca
do Instituto de Geociências/UNICAMP**

Merlin, Patrícia Stahl.
M548u Urbanização, território e informação : a rede SEBRAE e suas
espacialidades no interior paulista / Patrícia Stahl Merlin--
Campinas,SP.: [s.n.], 2010.

Orientador: Adriana Maria Bernardes da Silva.
Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto
de Geociências.

1. Pequenas e médias empresas. 2. Urbanização. 3. Planejamento
regional – São Paulo (Estado). 4. Consultoria. I. Silva, Adriana Maria
Bernardes da. II. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Geociências. III. Título.

Título em inglês: Urbanization, territory and information : SEBRAE network and its spacialities
in the countryside of São Paulo State.

Keywords: - Small and medium companies;

- Urbanization;

- Regional planning – São Paulo (Estado);

- Consultancy.

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Titulação: Mestre em Geografia.

Banca examinadora: - Adriana Maria Bernardes da Silva;

- Fábio Betioli Contel;

- Ricardo Mendes Antas Júnior.

Data da defesa: 26/08/2010

Programa de Pós-graduação em Geografia.



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

AUTORA: Patrícia Stahl Merlin

"Urbanização, Território e Informação: a Rede SEBRAE e suas Espacialidades no Interior Paulista".

ORIENTADORA: Profa. Dra. Adriana Maria Bernardes da Silva

Aprovada em: 26 / 08 / 2010

EXAMINADORES:

Profa. Dra. Adriana Maria Bernardes da Silva

- Presidente

Prof. Dr. Fábio Betioli Contel

Prof. Dr. Ricardo Mendes Antas Junior

Campinas, 26 de agosto de 2010

**Dedico este trabalho aos meus
avôs.**

(in memoriam)

**“As formas só têm
significado apenas a partir
do que contêm”**

(Santos, 1999 b: 22).

**“O essencial é invisível para os
olhos”**

(Saint-Exupéry, 1987: 74)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha família: meu porto seguro. Principalmente meus pais, aos quais mantenho eterna gratidão, amor e amizade.

Às minhas queridas irmãs Taisa, Karen, Marina e Silvia as quais sempre pude confiar.

Agradeço ainda, as alegrias trazidas pela minha linda sobrinha Paula e aos meus dois novos sobrinhos: Mateus e Enrico.

Quero também manifestar o meu apreço à todos que colaboraram para que este trabalho pudesse ser realizado, sobretudo, aos meus inseparáveis amigos Alcides, Carlos e Telma, que sempre estiveram ao meu lado, me ajudando a recomeçar nos momentos mais difíceis.

Ao amigo Daniel Candido pela generosidade e disposição com que me ajudou nesta pesquisa.

Às amigas Dani, Marina e Talita pelo carinho e atenção.

Agradeço ainda aos meus colegas do Laboratório GEOPLAN em especial à Ana Paula, Cristiano, Helena, Leandro e Silvana pelo constante incentivo e confiança em meu trabalho.

A todos os funcionários dos postos SEBRAE, principalmente ao Ronaldo Francisco de Faria (Escritório Regional Campinas) e Alexandre Magalhães Lopes (SEBRAE Nacional)

Meus sinceros agradecimentos aos funcionários e professores do Instituto de Geociências que sempre me atenderam prontamente.

Aos Professores Fábio Contel (USP) e Ricardo Mendes (USP) pelos debates e estímulos gerados durante minha qualificação.

Por fim, agradeço muito especialmente à professora Adriana Bernardes (UNICAMP) por ter me acolhido em seu grupo de pesquisa.

SUMÁRIO

ABREVEATURAS	vii
ÍNDICE DOS COMPLEMENTOS TEXTUAIS.....	xiii
RESUMO E PALAVRAS-CHAVE	xxi
ABSTRACT AND KEYWORDS	xxiii
INTRODUÇÃO	01
1- A INFORMAÇÃO PRODUTIVA E OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO	05
2- A INFORMAÇÃO E SEU PAPEL NA NOVA URBANIZAÇÃO.....	19
3- O SEBRAE E A MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO	29
4- A REDE SEBRAE NO PERÍODO CONTEMPORÂNEO: UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO	49
5- A FUNÇÃO INFORMACIONAL DO SEBRAE NO ESTADO DE SÃO PAULO.....	75
6- A REDE SEBRAE DE CONSULTORIA E O USO DO TERRITÓRIO PAULISTA	93
7- O PROJETO DO SEBRAE PARA O BRASIL: DA INFORMAÇÃO TERRITORIAL AO PENSAMENTO LOCALISTA.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	117
ANEXOS.....	127

ÍNDICE DOS COMPLEMENTOS TEXTU

FIGURAS

Figura 1- Sede do SEBRAE Nacional em Brasília.....	51
Figura 2- Unidade de Tecnologia da Informação do SEBRAE Nacional	52
Figura 3- Escritório Regional do SEBRAE em Campinas.....	69
Figura 4- PAE Paulínia localizado em Prédio Próprio	69
Figura 5- PAE localizado junto à Secretaria de Desenvolvimento (SED) do município de Indaiatuba.....	70
Figura 6- PAE do SEBRAE em Indaiatuba.....	71
Figura 7- Encarte Informativo Distribuído pelo SEBRAE- 2009.....	76
Figura 8- Premiação da Quinta Edição do Prêmio SEBRAE Prefeito Empreendedor	87
Figura 9- Consultoria Coletiva no Escritório Regional do SEBRAE em Campinas... ..	99
Figura 10- Encontro Promovido pelo SEBRAE entre Prefeitos Brasileiros e Autoridades da Província de Pesaro- Itália- 2007	110

FLUXOGRAMAS

Fluxograma 1- Unidades que Compõem o SEBRAE – Nacional.....	50
Fluxograma 2- A Rede Urbana e os Fluxos de Informação do SEBRAE	54
Fluxograma 3- A Função Informacional do SEBRAE	85

GRÁFICOS

Gráfico 1- PAES do SEBRAE em São Paulo- 2008	71
Gráfico 2- Setores de Atuação das MPEs na Região de Campinas- 2005.....	107

MAPAS

Mapa 1- Capacidade da Rede Ipê- Brasil- 2008.....	14
Mapa 2- Capacidade de Transmissão da Informação por meio da Internet 2005	17
Mapa 3 – Número de Patentes Depositadas no Estado de São Paulo	26
Mapa 4- Distribuição das Unidades SEBRAE pelo Brasil- 2008.....	44
Mapa 5- Unidades SEBRAE no Estado de São Paulo- 2008	56
Mapa 6- Divisão Administrativa do SEBRAE em São Paulo	73
Mapa 7- Regionalização do SEBRAE na Região Metropolitana de Campinas	74
Mapa 8– Municípios Participantes das Cinco Primeiras Edições do Prêmio SEBRAE Prefeito Empreendedor	89
Mapa 9- Localização das Consultorias Credenciadas pelo SEBRAE-SP.....	97
Mapa 10- Os Círculos de Informação na Região Metropolitana de Campinas...	105

QUADROS

Quadro 1- Tipologias da Informação	18
Quadro 2- Tipos de Informações Difundidas pelo SEBRAE desde sua Criação ..	84
Quadro 3- O Público-Alvo e Função Informacional da Consultoria SEBRAE.....	100
Quadro 4- Conteúdo das Informações Difundidas pela Consultoria SEBRAE-SP	102

TABELAS

Tabela 1- Tamanho e População das Cidades Brasileiras.....	127
Tabela 2– População do Brasil, Região Sudeste e Estado de São Paulo (de 1950 a 2000)	128
Tabela 3- Número de Pessoas com Nível Superior Segundo Condições de Ocupações- Brasil de 1997 a 2006 (em mil pessoas).....	24
Tabela 4- Concluintes do Ensino Superior	24
Tabela 5– Depositantes de Pedidos de Patentes no Brasil entre 1990 até 2001	25
Tabela 6– Distribuição Percentual do VTI da Indústria de Transformação.....	33
Tabela 7- Número de Atendimento e Treinamentos realizado pelo SEBRAE	35
Tabela 8– Principais Instituições Financeiras que Recebem os Recursos do BNDES	39
Tabela 9 – Orçamento do “Sistema S” em Ordem Crescente por Receita.....	41
Tabela 10 - Transferência das Contribuições Sociais do SEBRAE por Região- jan a jun de 2009.....	42
Tabela 11- Unidade SEBRAE- 2008	45
Tabela 12– Distribuição das MPEs- 2008	45
Tabela 13- Recursos do SEBRAE Nacional em 2008	47
Tabela 14- Localização das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) no Estado de São Paulo- 2004.....	66
Tabela 15- Número de Ocupações Envolvendo as Atividades de Consultoria.....	93
Tabela 16- <i>Big Four</i> em 2008.....	94
Tabela 17- Quantidade de Consultores do SEBRAE-SP Conforme Área de Atuação	95

ABREVEATURAS

ABACE- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CENTROS DE APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

ABDE- ASSOCIAÇÃO DOS BANCOS DE DESENVOLVIMENTO

AGB- ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS

ANPEGE- ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDO EM GEOGRAFIA

ANPEI- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DAS EMPRESAS INDUSTRIAIS

APLs- ARRAJOS PRODUTIVOS LOCAIS

ANPROTEC- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS DE TECNOLOGIA AVANÇADA

ACSP- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO

BB- BANCO DO BRASIL

BNDE- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

BNDES- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

BRDE- BANCO RURAL DE DESENVOLVIMENTO

CACB- CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS DO BRASIL

CDI- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO DO SEBRAE-SP

CEAG – CENTROS DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL

CEBRAE- CENTRO BRASILEIRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL À PEQUENA E MÉDIA EMPRESA

CEF- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CNA- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA

CNC- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO

CNI- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA

CNPQ- CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

CONSIC- CONSELHO GOVERNAMENTAL DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DIEESE- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS

DPC- DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS DO MINISTÉRIO DA MARINHA

FAMPE- FUNDO DE AVAL ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
FAPESP- FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FEA- FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.
FAESP- FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FECOMÉRCIO- FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO
FIESP- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
FINEP- FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS S.A.
FIPEME- GRUPO DE FINANCIAMENTO A MÉDIA E PEQUENA EMPRESA
GEAMPE- GRUPO DE ASSISTÊNCIA A MÉDIA E PEQUENA EMPRESA
GEM- GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR
IE- INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
IFCH- INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
IG- INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INCRA- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
INEP- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA
INSS- INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
IPEA- INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS
IPT- INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS
MBA- MASTER ON BUSINESS AND ADMINISTRATION
MDIC- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
MIC- MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
MPEs- MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
TEM- MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO
OSCIPs- ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO
ONGs- ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS
PAE- POSTOS DE ATENDIMENTO AO EMPREENDEDOR
PARQTEC- FUNDAÇÃO PARQUE ALTA TECNOLOGIA DE SÃO CARLOS

I PBCT- PRIMEIRO PLANO BÁSICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

I PND- PRIMEIRO PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

II PND- SEGUNDO PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

PNDU- PALNO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PNMPO- PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO

PROINDE- PLANO RODOVIÁRIO DE INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

RAIS- RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS

SCIELO- SCIENTIFIC ELETRONIC LIBRAY ONLINE

SCM- SOCIEDADES DE CRÉDITO AO MICRO-EMPREENDEDOR

SEBRAE- SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

SEBRAETEC- SERVIÇO DE CONSULTORIA TECNOLÓGICA DO SEBRAE.

SENAI- SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM NACIONAL

SENAC- SERVIÇO NACIONAL EM APRENDIZAGEM COMERCIAL

SENAR- SERVIÇO NACIONAL DA APRENDIZAGEM RURAL

SENAT- SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE

SEPLAN-PR SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA

SESI- SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

SESC- SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO

SESCOOP- SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO

SEST- SERVIÇO SOCIAL DO TRANSPORTES

SIGIOR- SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA ORIENTADA
PARA RESULTADOS

SINDIBANCOS- SINDICATO DOS BANCOS DE SÃO PAULO

UFRJ- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

UNICAMP- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

USP- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

VTI- VALOR DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
NA ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E
DINÂMICA TERRITORIAL**

**URBANIZAÇÃO, TERRITÓRIO E INFORMAÇÃO: A REDE SEBRAE E SUAS
ESPACIALIDADES NO INTERIOR PAULISTA**

PATRÍCIA STAHL MERLIN

Resumo

Sob a perspectiva das redes informacionais postuladas por uma nova divisão territorial do trabalho, surgem novas atividades e instituições voltadas à produção, circulação e gestão da informação, a fim de fornecer insumos às empresas e aos órgãos públicos que visam racionalizar suas funções diante da complexidade do mundo atual. Neste sentido, dentre as instituições produtoras de informações atuantes no Brasil, destacaremos a ação do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) como agente estruturante de uma rede de trabalho informacional que reorganiza o território conforme as necessidades da globalização.

Como um importante agente da modernização brasileira, o SEBRAE fomenta as novas especializações produtivas e contribui para o surgimento de novos serviços que modificam a estruturação e o funcionamento das cidades. Não obstante, o SEBRAE vem atuando como um importante agente ideológico propulsor de um empreendedorismo urbano, que enaltece o ambiente empresarial e influencia os órgãos públicos municipais a reorganizarem seus territórios em virtude de novos paradigmas empresariais. Neste sentido, buscamos neste trabalho problematizar a atuação do SEBRAE como difusor das informações gerenciais mas principalmente, como agente propulsor de uma nova urbanização atrelada a uma informação territorial.

Palavras-Chave

Informação, SEBRAE, urbanização, Estado de São Paulo, atividades de consultoria.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
NA ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E
DINÂMICA TERRITORIAL

URBANIZATION, TERRITORY AND INFORMATION: SEBRAE NETWORK AND ITS
SPACIALITIES IN THE COUNTRYSIDE OF SÃO PAULO STATE

PATRÍCIA STAHL MERLIN

Abstract

According to the perspective of the postulated information networks by a new territorial division of labor, new activities and institutions arise and they are focused on production, circulation and management of information in order to provide raw materials of information to the companies and also to the public organs which are concentrated on rationalizing their functions because of the complexity of today's world. Therefore, many information producer institutions are in Brazil, but let's point out the action of the one of them: SEBRAE (Brazilian Service of Supporting to Micro and Small Business) as structuring performer of an international network of information labor that reorganizes the territory according to the globalization necessities.

As an important performer of the Brazilian modernization, SEBRAE encourages new productive specialization and contributes to the emergence of new services which modify the structuring and function of the cities. In spite of that, SEBRAE has been performing as an important ideological agent, propeller of an urban entrepreneur, which exalts the business atmosphere and influences municipal public organs to reorganize their territories due to the new business paradigms. Thus, this study intends to put in doubt SEBRAE performing as disseminator of management information but mainly as a propeller of a new urbanization related to the territorial information.

Keywords: formation, SEBRAE, urbanization, State of São Paulo, consultancy activities

Introdução

O recorte temático no qual temos procurado desenvolver neste trabalho se refere a função ocupada pela informação no processo de organização do espaço contemporâneo. Desde o final dos anos de 1960, inúmeros intelectuais vêm ressaltando a importância da informação nas relações sociais, tais como Marc Porat, Daniel Bell, Manuel Castells e Jean Lojkine. Na Geografia brasileira, é Milton Santos quem nos chama a atenção sobre a formação de um “meio-técnico-científico-informacional” (Santos, 1994) capaz de gerar novas especializações produtivas e novos conteúdos urbanos. Sob a influência da perspectiva teórica, que entende o espaço geográfico como um sistema processual entre objetos e ações, pretendemos dar relevo ao papel da informação no processo de urbanização paulista, tomando como elemento empírico a rede de consultoria SEBRAE, que por sua vez, vem se revelando como um importante agente espacial de produção, reprodução e disseminação da informação no território brasileiro.

Buscamos aprofundar o entendimento sobre a nova divisão social e territorial do trabalho que atribui novas funções às cidades brasileiras por meio da informação. Para tanto, propomos analisar a rede de consultoria criada pelo SEBRAE e suas implicações no processo de urbanização do território paulista. Pretendemos demonstrar a origem e a natureza institucional da rede SEBRAE, compreender a natureza de suas informações, bem como sua topologia e uso sobre o território brasileiro. Neste sentido, procuramos mensurar e discutir a atual topologia de escritórios do SEBRAE em São Paulo, a fim de analisar tais tecnoestrutura que são movimentadas por um trabalho informacional.

Nossa hipótese parte da premissa de que o SEBRAE é um elemento significativo do atual período, onde a informação se torna o motor de novas relações sócio-espaciais. Utilizando diversos conteúdos informacionais, a agência SEBRAE em conjunto com outros agentes de consultoria geram sobre os lugares, um processo dialético gerador de “verticalidades e horizontalidades”¹ (Santos, 1993;

¹ Conforme Santos (1996; 2002:334), no meio local “o trabalho solidário e conflitivo é também, co-presença num espaço contínuo, criando o cotidiano da contigüidade. A esse recorte territorial, chamamos de horizontalidade, para distingui-lo daquele outro recorte, formado por pontos, a que chamamos de

1996, 1994; 1998 e 1996; 2002) que reorganizam o território brasileiro, tornando-o mais afinado às modernizações globalizadoras. Isso ocorre, pois em situações de verticalidade, o SEBRAE reproduz a informação hegemônica e as normas universais que são organizadas e transmitidas sob a forma de seus serviços de consultoria empresarial, se tornando um instrumento do pensamento único. Portadora de uma racionalidade matemática, as consultorias SEBRAE normatizam o território, criando as bases materiais para a formação de um território alienado.

Por outro lado, entendemos também que o SEBRAE estimula a formação de uma contigüidade espacial gerenciada por uma informação de cunho territorial, difusora de um modelo de planejamento regional, que apesar de fragmentado, penetra “as solidariedades orgânicas” (Santos, 1994) produzidas pelas pequenas empresas arraigadas ao território, incentivando-as a participar da nova divisão territorial do trabalho.

Dessa forma, cabe a nós entendermos como a natureza híbrida destes arranjos espaciais criados pelo SEBRAE participa das dinâmicas territoriais, propondo uma contribuição, ainda que preliminar, às questões referentes ao entendimento do territorial brasileiro.

A problemática que percorre este trabalho pretende esclarecer de que forma o SEBRAE interfere na organização territorial do Estado de São Paulo, tal como propõe entender como a informação produzida pela agência se cristaliza espacialmente. Qual é a contribuição do SEBRAE na composição do “meio técnico-científico-informacional” (Santos, 1994) brasileiro? Qual sua contribuição ao período contemporâneo? Qual é sua proposta de modernização para o território paulista? Eis algumas das preocupações que norteiam este trabalho.

Tendo em vista tais indagações, procuramos respondê-las dividindo este trabalho em sete capítulos. No primeiro capítulo, fazemos uso do conceito de “informação produtiva” (Porat, 1977 e Silveira, 1999), evidenciando a importância desta para a formação dos “círculos de cooperação” (Santos, 1994; 1998) e para a

verticalidades. Nesses espaços da horizontalidade, alvo de freqüentes transformações, uma ordem espacial é permanentemente recriada, onde os objetos se adaptam aos reclamos externos e, ao mesmo tempo, encontram, a cada momento, uma lógica interna própria, um sentido que é seu próprio, localmente constituído. É assim que se defrontam a lei do mundo e a lei do lugar”.

concretização das atividades produtivas contemporâneas. Como sabemos nas últimas décadas o território brasileiro passou por transformações importantes, dado o acréscimo da informação no uso e organização de seus arranjos espaciais. Neste sentido, faz-se mister entendermos o papel contemporâneo da informação na construção e organização do território brasileiro e para isso, propomos no primeiro capítulo esclarecer qual é a função da informação na estruturação do espaço contemporâneo para que posteriormente possamos entender como o Estado de São Paulo vem participando desta nova organização espacial impulsionada pela informação.

Dessa forma, no segundo capítulo lançamo-nos, a fazer um breve relato da urbanização impulsionada pela informação, a fim de contextualizarmos a realidade espacial da qual o SEBRAE faz uso.

No terceiro capítulos, buscamos entender em qual contexto político o SEBRAE foi criado, descrevendo seu funcionamento interno e suas relações com as Micro e Pequenas Empresas (MPEs). Sem nos enveredar sobre as questões de fundo que envolvem as estruturas e o trabalho nos pequenos estabelecimento brasileiros, buscamos focalizar a discussão na relação que os mesmos possuem com o SEBRAE.

Partindo do pressuposto de que o SEBRAE é um agente construtor do “meio técnico- científico- informacional” e um componente indubitável da nova urbanização brasileira, apresentando-se como um agente propulsor das redes informacionais, propomos no quarto capítulo, relatar o surgimento da agência SEBRAE e refletir sobre sua estrutura interna, para que em seguida possamos traçar sua topologia sobre o território brasileiro, compreendendo assim, as relações hierárquicas e complementares entre suas unidades. Não só isso, buscamos ainda mensurar e discutir as atuais densidades de escritórios do SEBRAE, a fim de analisarmos as tecnoestruturas e a expansão do trabalho informacional junto ao território paulista.

Por fim, nos dois últimos capítulos, buscamos entender a função informacional do SEBRAE e seu papel na urbanização do interior paulista. Para tanto, discutimos inicialmente a reprodução da informação produtiva direcionada às MPES e posteriormente analisamos a informação territorial ocasionada pelo SEBRAE para fins de gestão territorial. Sem termos a intenção de aprofundar a discussão sobre os Arranjos Produtivos Locais ou quaisquer outros projetos referente a agência, optamos

por entender de que forma a informação territorial elaborada pelo SEBRAE participa da organização territorial brasileira.

Vê-se assim, que propomos problematizar a atuação do SEBRAE como propulsor de determinadas modernizações territoriais, pretendendo ao final deste trabalho alcançar uma síntese provisória do papel que este vem ocupando diante da nova urbanização impulsionada pela informação.

1- A INFORMAÇÃO PRODUTIVA E OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO

Ao encetar nossa discussão sobre a importância da informação na estruturação do espaço geográfico, cunhamos o conceito de “informação produtiva” (Silveira, 1999) para o qual pretendemos nos referir ao longo deste trabalho. Para tanto, iniciaremos distinguindo as “informações banais”- que são reproduzidas e movimentadas pela mídia aberta, relatando os fatos comuns do cotidiano- das “informações produtivas”, cujo uso é restrito por envolver um conteúdo econômico capaz de mobilizar recursos e gerar um conhecimento organizacional (Silveira, 1999: 206-207).

Também conhecida como “*business information*” (Vernon 1984; Stacey, 1995; Montalli e Campello, 1997), a informação produtiva é direcionada às atividades empresariais pelo fato de apresentar-se com um nível de exatidão e presteza adequado a competição do mercado econômico. Isto é, tais informações são aquelas produzidas e distribuídas para subsidiar o processo decisório do gerenciamento das empresas, movimentando o mercado econômico por meio de dados referentes às empresas, produtos, finanças e legislação.

“As informações em geral e, especialmente, aquelas estratégicas produzidas e organizadas pelos consultores, circulam nos territórios nacionais e no mundo como fluxo de conhecimento sobre gestão dos sistemas produtivos (agrícolas, industriais, serviços) tendências de mercado (consumo), normatizações diversas (regulações), mercados supranacionais, logística de transporte e comunicação, energia, produtividade dos lugares (equipamentos pessoal qualificado, universidades) monetarização, relações trabalhistas, entre outros.” (Silva Bernardes, 2001:185).

Conforme Vernon (1984:4), a “*business information*” se apresenta geralmente como um dado estatístico que viabiliza conhecimentos sobre o mercado, a produção e demais aspectos que envolvem as trocas comerciais. Já para Stacey, (1995:9), a informação produtiva traz consigo dois aspectos complementares. O primeiro relacionado à vida econômica que ocorre no ambiente externo da empresa, tais como

os dados sobre firmas concorrentes, órgãos públicos e associações de mercado, enquanto que o segundo aspecto é aquele referente ao nicho de atuação da empresa, oferecendo a ela dados sobre seu mercado consumidor e desempenho interno.

Podemos distinguir as “informações banais” das “informações produtivas” por meio de sua difusão e conteúdo. Enquanto a primeira é mais difusa e de fácil acesso, abrangendo um conteúdo e uma linguagem acessível, a segunda possui um conteúdo altamente intencional e especializado, tornando-se elemento constituinte dos espaços reticulados. Com base no trabalho elaborado por Silva Bernardes (2001:110), recriamos um quadro explicativo para diferenciar e estabelecer comparações, ainda que preliminares, entre as informações banais e as informações produtivas. Veja:

Quadro1 – Tipologia das Informações		
Características	Informações Banais	Informações Produtivas
Mobilidade	Ampla	Restrita
Produtores	Jornais, televisão, rádios, revistas, internet.	Grandes empresas, centros de pesquisa, Instituições financeiras e agências de notícias especializadas
Meios de divulgação	Mídias convencionais mencionadas acima	Intranet, <i>papers</i> , revistas e jornais especializados, publicações governamentais, reuniões e eventos científicos.
Receptores da informação	População em geral	Empresas e órgãos públicos
Contexto temporal	Tempo do cotidiano/ tempo lento a acelerado	Tempo hegemônico, “ <i>Just in time</i> ”
Coesão geográfica	Orgânica e organizacional	Organizacional
Conteúdo informacional	<ul style="list-style-type: none"> - Fatos cotidianos; - Entretenimento; - Dados visuais indutores de comportamentos; - Linguagem sensacionalista exaltada; - Reelaboração do senso comum (subinformação). 	<ul style="list-style-type: none"> - Precisão científica; - Dados sobre negócios que envolvem o gerenciamento empresarial; - Dados visuais criados pela publicidade; - Dados monetários sobre finanças, dinheiro e crédito; - Dados tecnológicos (técnica + ciência).

Fonte: Adaptado de Silva Bernardes (2001).

Composta por elementos da razão universal, a informação é organizada e movimentada para embasar as “solidariedades organizacionais”² (Santos,1994) que atuam simultaneamente sobre diversos pontos do território. Tais solidariedades trazem consigo as ordens globais que atingem os lugares de forma pontual formando uma rede

² É a coesão que conecta verticalmente diferentes porções do espaço geográfico por meio de uma lógica externa, já que as “relações que mantêm a agregação e a cooperação entre os agentes resultam em um processo de organização, no qual predominam fatores externos às áreas de incidência dos mencionados agentes” (Santos, 2000:106).

comandada por um tempo rápido, voltado às necessidades do capital hegemônico. A cada espacialização das ordens globais, também chamadas de “verticalidades”³, novos arranjos territoriais são criados pelas “horizontalidades” (Santos, 2000: 284). Estas são “solidariedades orgânicas” (Santos, 1994) que se formam no cotidiano, graças a uma lógica de contigüidade e enraizamento territorial. São nesses espaços horizontais que surgem da cooperação mais diversificada de ações e temporalidades que permeiam a reprodução da população local, induzindo a atuação tanto das informações banais como das informações produtivas.

Enquanto as informações banais apresentam um conteúdo economicamente supérfluo, proposital e manipulado pelas mídias convencionais, as informações produtivas carregam um valor de mercado estratégico para a movimentação da economia. Nota-se que a informação produtiva é caracterizada como um produto mercantil, particular e segmentado pelos agentes econômicos hegemônicos. É, portanto, um elemento seletivo e vertical que organiza o território por meio de uma racionalidade produtiva (Lojkine, 1995: 238 e 250).

Mesmo percorrendo o cotidiano, a informação banal se difere da comunicação, por apresentar uma redução nas relações espontâneas provenientes do cotidiano, sendo também um produto da manipulação e organização de determinadas empresas que organizam seu conteúdo comunicacional oriundo do saber local. A população em geral é bombardeada por inúmeras informações banais, gerando um conjunto de subinformações que não informam, mas alienam dada a grande quantidade de dados débeis e superficiais criados intencionalmente para desorientar a grande massa. Para Santos (1999b), o saber local é o elemento necessário para compor o sábio local. Este “não é aquele que somente sabe sobre o local propriamente dito; tem de saber, mais e mais, sobre o mundo, mas tem de respirar o lugar em si para poder produzir o discurso do cotidiano, que é o discurso da política” (Santos 1999b: 21).

³ “As verticalidades agrupam áreas ou pontos, ao serviço de atores hegemônicos não raro distantes. São vetores da integração hierárquica regulada, doravante necessária em todos os lugares da produção globalizada e controlada à distância” (Santos, 1994; 1998:54).

Diferente da comunicação, cuja origem provém do saber local⁴, entende-se que a informação, seja ela banal ou produtiva, tende a ser um instrumental capitalista, já que ambas são “informações fabricadas” (Santos, 1987; 1998: 92), que se impõem aos indivíduos de forma descendente sem que os indivíduos consigam fazer ascender suas opiniões e aspirações

Entretanto, a informação produtiva, mais precisa e instrumental, possui um teor técnico e matemático afinado com as vicissitudes da globalização (Santos, 1996; 2002 b: 339 e Gorz, 2005: 12).

Para Gorz (2005:29), a informação é composta por conteúdos objetivados e formalizados provenientes do conhecimento socialmente construído. Quando instrumentalizado, este conhecimento se transforma numa importante força produtiva do capitalismo. Da mesma forma, Drucker (1989: 179) conceituou as informações como sendo um conjunto de dados de relevância e propósito portadores de um determinado conhecimento instrumental.

Contudo, tendo em vista que a informação sempre foi um elemento constituinte do trabalho humano, é necessário sublinhar que no período atual, a informação passou a ter uma nova qualidade devido ao acréscimo freqüente do conhecimento científico. “Embora o processamento e a comunicação da informação também fossem essenciais

⁴ Não pretendemos ao longo deste trabalho entrar no mérito da diferenciação conceitual entre informação e comunicação. Ciente da complexidade e importância que envolve tais conceitos para a Geografia, nos limitamos em fazer algumas colocações, ainda que iniciais, entre a informação e a comunicação. Enquanto este último se apresenta como um saber “impuro, híbrido, resultado do casamento do conhecimento do senso comum com o conhecimento científico” (Silva Bernardes, 2005: 3), a informação tende a se afastar do discurso do cotidiano e do saber local designado aos movimentos ascendentes da comunicação. Comparando a informação produtiva e a comunicação, podemos notar que ambas possuem racionalidades específicas e opostas. A comunicação possui uma lógica mais ampla que contempla a totalidade espacial como instância de todos os agentes, enquanto que a informação possui uma natureza unilateral pelo fato de ser um recurso para o “uso corporativo do território” (Santos 1993; 1996).

Entre a informação produtiva de caráter pragmático e a comunicação proveniente do saber local, encontra-se a informação banal que partilha características destes dois pólos, apresentando-se tanto manifestações descentes como ascendentes dadas às condições de onde são criadas e difundidas.

Vale destacar que para Ribeiro (2004: 47), o saber local é a força do lugar, pois estimula a ação dos Homens em busca da mudança. Diferente do saber hegemônico, o saber local é espontâneo e criativo, nos inspirando a encontrar novas soluções para os problemas territoriais. Outra contribuição importante sobre o saber local pode ser entendida através das idéias de Gramsci (1985). Para o autor, cada grupo social cria para si e de modo orgânico um conjunto de saberes que lhes dão homogeneidade e consciência social. Nesse sentido, todos os homens são intelectuais, uma vez que “não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se separa o *Homo faber* do *Homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer” (Gramsci, 1985:11).

ao fordismo⁵ (a rigor, sempre foi constituinte do trabalho humano) nele cabia um grande conjunto de atividades, aquelas rotineiras e repetitivas, que pareciam desprovidas de maior conteúdo informacional” (Dantas, 2003: 21).

Entendido assim, podemos afirmar que dadas as estruturas desiguais nas quais o espaço geográfico está assentado, cabe as informações produtivas as seguintes funções:

- Aperfeiçoar o sistema de objetos técnicos presente no espaço geográfico, estimulando a inovação empresarial e criando novas tecnologias atreladas à lógica da competitividade capitalista;
- “Comprimir a relação espaço-tempo” (Harvey, 2006) em benefício dos agentes hegemônicos, ampliando as possibilidades de expansão territorial das empresas a um custo viável.
- Estimular a especulação empresarial e aprofundar ainda mais as desigualdades sócio-espaciais, agora por meio da informação produtiva que se torna restrita à grande massa populacional.
- Proporcionar a regulamentação e o controle da produção, movimentando ordens, normas e dados monetários, a ponto de criar uma rede urbana funcional à apropriação e circulação do valor excedente. Ou seja, cabe a informação produtiva compor os “círculos de cooperação espacial” (Santos, 1988: 50 e 1994; 1998:128) e aumentar as especializações produtivas dos lugares.

Para Santos (1994; 1998:128), os “círculos de cooperação” são definidos pelos fluxos imateriais que unem as etapas do processo de produção. “São eles que regulam o processo produtivo e asseguram a realização do capital. Redefinem, em grande parte, o uso do território” (Arroyo, 2006).

Quando criado, os círculos de cooperação dão origem às diversas redes que “aparecem como instrumentos que viabilizam exatamente duas estratégias: circular e comunicar” (Dias, 2000:147). As redes de fluxos formadas pelos círculos de cooperação

⁵ Como elemento da cultura e aprendizagem humana, a informação “é o trabalho em atividade, o trabalho vivo, é a própria informação em processo, é a própria relação entre sujeito e o seu objeto no ato de transformação (Dantas, 2003:26). Daí Raffestin (1993) afirmar que o trabalho é igual à energia e informação.

assumem o papel de “um veículo de um movimento dialético” (Santos, 1996; 2002: 270) que confronta o lugar ao território e este ao mundo, formando, segundo Raffestin (1993: 156), “um sistema de linhas que desenham tramas”, cuja função primordial é assegurar a comunicação.

É por meio dos círculos de cooperação que a informação promove sua intervenção vertical e extravertida sobre os lugares, alterando a composição territorial dos lugares e organizando um conjunto de centros funcionalmente articulado (Corrêa, 2006: 311).

A ampliação dos “círculos de cooperação”, também denominados por Silva Bernardes (2001 e 2007) de “círculos de informação”, aumentou as trocas e a circulação espacial e por conseqüência aprofundou as especializações produtivas⁶ entre os lugares.

O aumento da especialização produtiva fez com que as regiões se tornassem ponto de confluência de diversos “circuitos produtivos” (Santos, 1988:49) e de suas respectivas etapas de produção, que envolvem desde o começo do processo de fabricação até o consumo final das mercadorias.

Como sabido, a ampliação dos “circuitos produtivos” pelo espaço geográfico é indissociável dos “círculos de cooperação”, uma vez que este último regula o processo produtivo por meio de fluxos de informação, enquanto o primeiro promove a produção e distribuição da produção sobre os territórios.

Como afirma Borin (2002:109), os círculos de cooperação “contribuem enormemente para o alargamento dos contextos. São eles que conduzem as ações exógenas, relativas aos comandos longínquos no lugar. Através dos círculos de cooperação há a ampliação dos contextos” e a concretização dos circuitos produtivos no espaço.

A informação fundamenta a ação dos “círculos de cooperação espacial” redefinindo novas hierarquias urbanas que passam a ser organizadas não mais pela

⁶ As possibilidades trazidas pelos meios de informação e transporte fizeram com que pudéssemos comprar produtos e promover trocas comerciais com outros lugares. A partir desse momento, as regiões não mais precisariam produzir todos os produtos para suprir a vida local, pois houve a possibilidade de comprá-los em outros lugares. Daí a importância crescente no atual período da circulação sobre a produção.

produção e fluxo de mercadorias, mas pela produção dos fluxos de informações que contém ordens, normas, idéias e conteúdos financeiros.

Assim, quanto maior a especialização produtiva de um lugar, maior será a necessidade de criação de objetos e ações informacionais, que possam, por meio dos “círculos de cooperação”, reunir a produção que os “circuitos produtivos” havia separado nos diversos lugares.

“As fases ou momentos produtivos podem desenvolver-se em frações diferentes do território, inclusive além das fronteiras nacionais, mas haverá sempre uma unidade do movimento. É exatamente essa unidade que permite entender a indivisibilidade do espaço geográfico” (Arroyo, 2006).

Tal como coloca Arroyo (2006), entendemos que os “círculos de informação” compõem a “unidade do movimento” que torna o espaço indivisível e aparelhado para a atuação das forças hegemônicas. Não restam dúvidas que a informação posta em movimento cria uma nova divisão territorial do trabalho que exige novos conteúdos urbanos que sobrepõem àqueles criados no período anterior, hierarquizando o sistema urbano contemporâneo.

No Brasil, a “informatização do território” (Santos, 1994:1998) reforçou a primazia econômica das regiões sul e sudeste do país, além de promover a intensificação econômica de algumas regiões agrícolas da região centro-oeste. Juntas, estas regiões deram origem ao que Milton Santos (1994; 1998) chamou de “região concentrada”⁷. Esta concentra grande parte das “densidades informacionais”⁸ (Santos, 1996; 2002) que conectam o território brasileiro aos fluxos internacionais.

⁷ Segundo Milton Santos, a região concentrada é formada por um meio-técnico científico-informacional mais contíguo, compreendendo os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, a região sul e parte de Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Goiás. Ao contrário do restante do país, onde a modernização é seletiva, na região concentrada a divisão do trabalho é mais intensa, apresentando uma modernização mais generalizada. “A região concentrada é, por definição, uma área onde o espaço é fluído, podendo os diversos fatores de produção deslocar-se de um ponto a outro sem perda da eficiência da economia dominante” (Santos e Silveira, 2001:103).

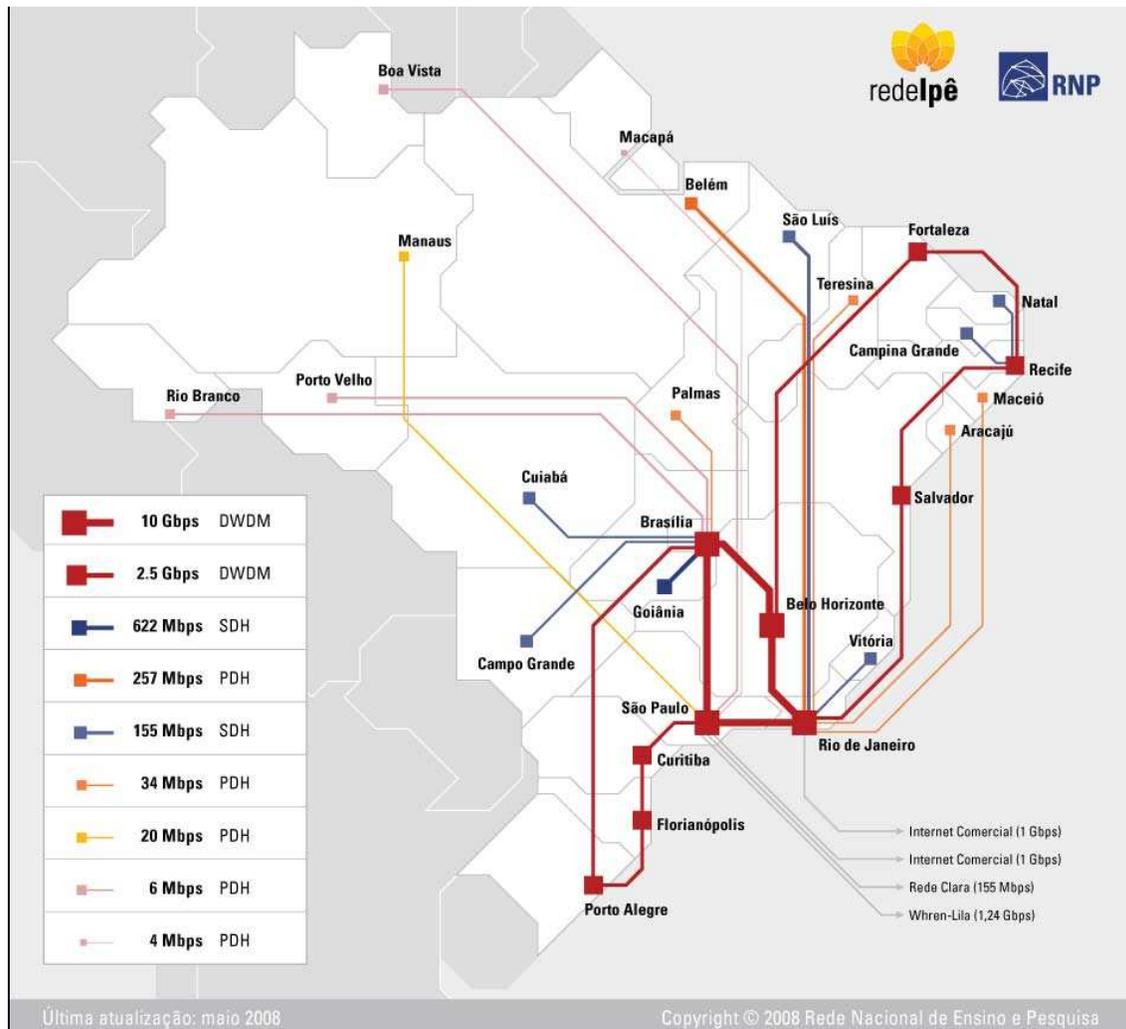
⁸ Portadora de modernizações, as “densidades informacionais” são compostas por objetos e ações que exigem um fluxo constante de informações demonstrando “o grau de exterioridade do lugar e a realização de sua propensão a entrar em relação com outros lugares” (Santos 1996; 2002: 257).

Analisando o caso brasileiro, notamos que a informação é mais fluída sobretudo na cidade de São Paulo (metrópole econômica), em Brasília (metrópole política) e Rio de Janeiro, onde se (re) produzem e distribuem informações hegemônicas, mesmo sem ter o comando das informações produtivas em âmbito mundial. Tal como colocaram Santos e Silveira (2001:268), diante do panorama mundial, as metrópoles brasileiras apenas exercem uma “regulação delegada”, cujas ordens se situam fora de sua competência territorial.

Se repararmos no caso da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, projetada para integrar cerca de 4000 unidades de ensino e pesquisa por todo o Brasil, veremos que a porção territorial equipada com maior capacidade de transmissão óptica encontra-se na “região concentrada” (Santos, 1994), fixando na capital paulista os pontos de conexões com as redes acadêmicas estrangeiras como a Clara (América Latina), a Internet 2 (Estados Unidos) e a Géant (Europa).

É na região concentrada que os fluxos multiplicam-se com mais intensidade, exigindo objetos técnicos mais potentes no transporte das informações. Observando o mapa abaixo podemos notar que enquanto a cidade de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte são contempladas com redes de até 10 Gbps, algumas capitais, sobretudo aquelas situadas no norte do país, tem acesso a rede Ipê com uma capacidade de apenas 4 Mbps. Veja o mapa:

Mapa 1- Capacidade da Rede Ipê- Brasil- 2008



Fonte: Rede Nacional de Ensino e Pesquisa.

Entretanto, é preciso salientar que nem todos os lugares são igualmente beneficiados pelas “densidades informacionais” (Santos, 1993). Guiados pela lógica do capital, os fluxos de informação se tornam seletivos, não sendo socializado por todo espaço. Como condição estratégica para a acumulação da riqueza, a informação tornou-se escassa em grande parte das cidades e territórios.

Enquanto em alguns lugares encontramos apenas alguns pontos isolados de “densidade informacional” (Santos, 1993), em outros nos deparamos com algumas manchas mais expressivas. Daí então ser um engodo afirmar que existem “cidades

globais”⁹ (Sassen, 1994; 1998), já que esta “não passa de um sub-sistema da cidade como um todo, ou seja, não explica a grande cidade, não explica a totalidade e por isso mesmo, acaba se transformando num poderoso instrumento ideológico contemporâneo” (Silva Bernardes, 2005:12).

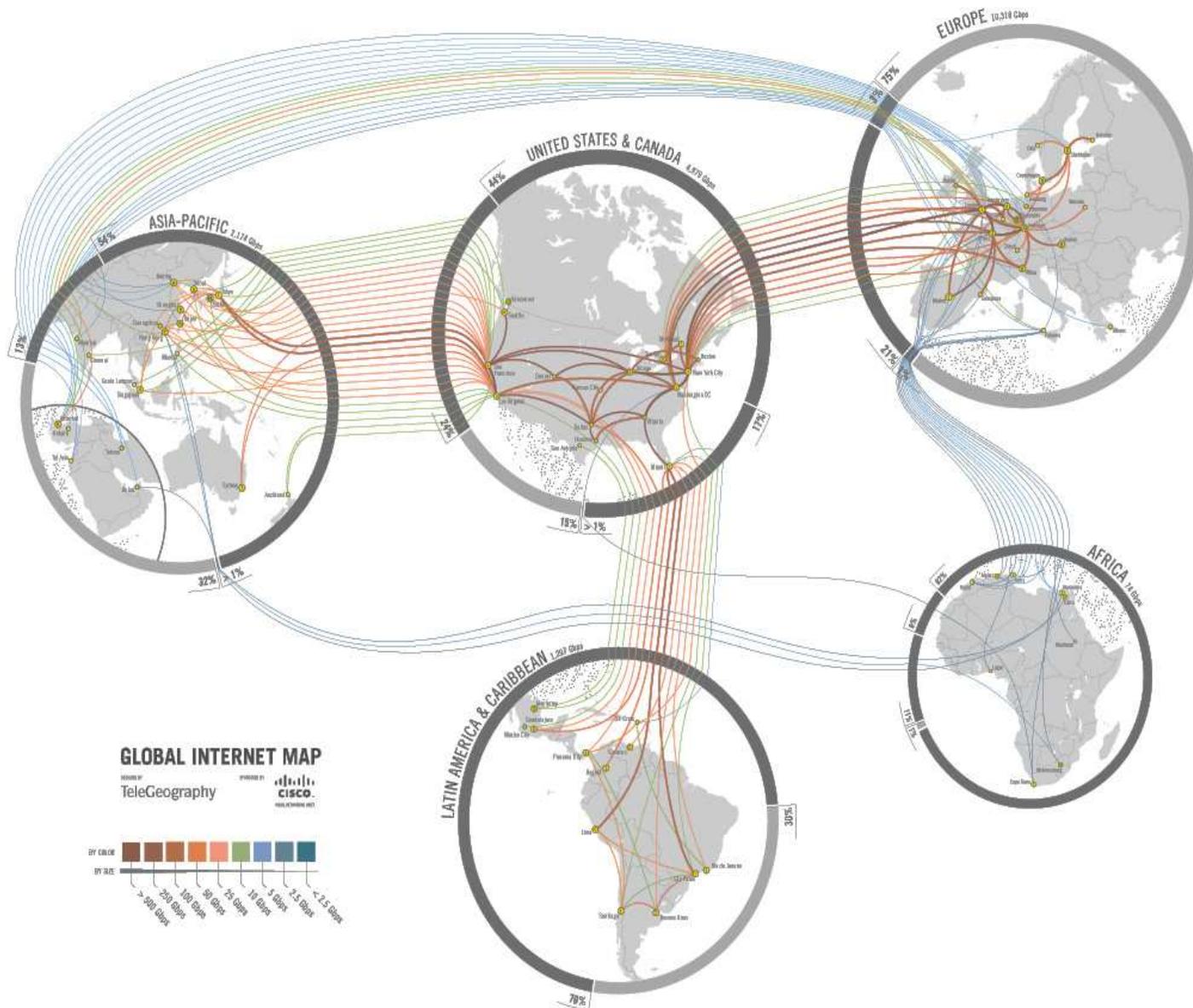
Nenhum lugar ou território, por mais rico que seja, é global em sua totalidade. Neste sentido, consideramos mais adequado utilizar o termo “centro de gestão do território” (Corrêa, 1996), às cidades que comandam a vida econômica de outros lugares e territórios por meio da informação.

Guardadas as proporções, quando comparados com os países ricos, os países mais pobres possuem uma quantidade menor de fluxos informacionais e uma capacidade técnica reduzida na transmissão dos dados em função de seu papel, ainda primário, na divisão internacional do trabalho.

Veja na figura abaixo, que os fluxos de informação que percorrem a *World Wide Web* se concentram em três grandes regiões pontuadas pelos EUA, Japão e alguns países da Europa Ocidental. São nestes pontos nodais que ocorre a produção de informações e o controle do “sistema-mundo” (Dollfus, 1993) que se configura a partir da conexão desigual das economias nacionais.

⁹ Segundo Sassen (1994; 1998: 35), “as cidades globais são lugares-chaves para os serviços avançados e para as telecomunicações necessárias à implantação e ao gerenciamento das operações econômicas globais. Elas também tendem a concentrar as matrizes das empresas, sobretudo daquelas que operam em mais de um país”.

Mapa 2- Capacidade de Transmissão da Informação por meio da Internet- 2005



Fonte: TeleGeography Co.

Tal como propôs Castells (2001:234), a internet é uma rede de comunicação global composta por redes e nós que processam a partir de determinados lugares os fluxos de informação gerais e controlados. Tais fluxos informacionais percorrem o mundo, criando novas possibilidades de integração e exclusão regionais. Daí pensarmos as redes informacionais como um elemento capaz de conectar, solidarizar, mas também excluir determinados lugares, sendo ao mesmo tempo um agente de organização e desordem espacial (Santos, 1996:2002 e Dias, 2000).

Vê-se que a informação tornou-se um instrumento estratégico, pois é por meio dela que as atividades econômicas são organizadas, bem como controladas à distância. Concebidas em geral por grandes firmas e instituições públicas, as informações chegam até os lugares na forma de ordens, capitais e modelos de gestão, e por isso, ganham uma dimensão espacial, na medida em que garantem a dispersão e a reunião simultânea das atividades econômicas pelo território.

Parafraseando Santos (1996; 2002: 285), “a informação, sobretudo ao serviço das forças econômicas hegemônicas e ao serviço do Estado, é o grande regeador das ações que definem as novas realidades espaciais”. Forma-se assim, novas concretudes e conteúdos em informação que originarão uma nova urbanização. É o que veremos a seguir.

2- A INFORMAÇÃO E SEU PAPEL NOVA URBANIZAÇÃO

Durante o pós-guerra, com o avanço dos sistemas de transportes e comunicação, a rede urbana brasileira foi reorganizada possibilitando a realização de “interações espaciais”¹⁰ (Corrêa, 1997) mais difusas sobre o território e o avanço dos processos de urbanização¹¹. Foi neste contexto que, os fluxos de informação substituíram a primazia dos fluxos materiais como organizadores da dinâmica espacial, formando uma nova urbanização criada para comportar um número cada vez maior de interligações espaciais.

Ora, para abarcar as atividades produtivas em expansão, grande parte dos centros urbanos foi refuncionalizada¹², proporcionando um conjunto seletivo de pontos “luminosos” (Santos e Silveira, 2001) compostos por um “meio técnico científico informacional” (Santos, 1993; 1996 e 1994; 1998). Nestas porções luminosas do espaço geográfico, a informação se sobrepôs aos fluxos materiais, reorganizando doravante o processo de urbanização, uma vez que a informação passou a controlar em tempo real e instantaneamente todas as etapas da produção, garantindo a formação de “conexões geográficas virtuais” (Souza, 1995), antes inexistentes.

Neste sentido, ao contrário do período anterior, é cada vez mais freqüente o surgimento de ocupações que incorporam ciência e tecnologia, a ponto de desencadear uma reestruturação urbana baseada na produção intelectual. Trata-se de uma sociedade voltada ao conhecimento “na qual uma tecnologia intelectual, baseada na informação, surge acompanhando a tecnologia mecânica” (Bell, 1999; 1973:138).

Fruto da produção científica e do conhecimento organizado, a informação torna-se matéria- prima para organização do espaço geográfico, sendo um recurso

¹⁰ Para Corrêa (1997), “as interações espaciais constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico”. São as interações espaciais que promovem a conexão entre os lugares, dando origem a rede urbana. Esta, segundo Dias (2000:141), é uma ponte que aproxima virtualmente os lugares, viabilizando a circulação e comunicação dos fluxos sobre os territórios.

¹¹ Ver em anexo tabela 1 e 2 nas páginas 113 e 114 respectivamente.

¹² Sobre a refuncionalização da rede urbana brasileira, ver os estudos de Corrêa (1994 e 1997), Becker e Egler (1992), Santos e Silveira (2001) e Spósito (2005), dentre outros.

interessante tanto aos agentes públicos¹³ que precisam regulamentar, vigiar e controlar suas fronteiras e territórios, como aos agentes econômicos que visam transnacionalizar¹⁴ os lugares para geração de recurso e mais valia.

Além de ser matéria prima essencial para a produção e gerenciamento empresarial, a informação tornou-se também o produto do processo produtivo, sendo, portanto, propulsora de novas tecnologias e ocupações. Conforme Castells (1989: 87), a novidade do período atual está nas tecnologias da informação que surgem para que as informações sejam processadas e distribuídas de forma mais ágil. Como afirma o autor (1989: 78) "são tecnologias para agir sobre a informação, não apenas informação para agir sobre a tecnologia, como foram o caso das revoluções tecnológicas anteriores".

Com o aperfeiçoamento das tecnologias da informação, a circulação passou a ser cada vez mais valorizada, à medida que o tempo de produção, transporte e consumo foram reduzidos devido ao encurtamento das distâncias espaciais. Recorrendo a informação, a concretização das etapas da produção foi acelerada, facilitando para algumas empresas a recuperação dos investimentos iniciais e a geração de lucro. A conformação de um tempo único que conecta determinados lugares em tempo real propiciou uma "convergência dos momentos" (Santos, 2000:27) e a imposição da velocidade sobre os demais tempos da cidade.

Parafraseando Chesneaux (1996:24), "a instantaneidade, no nosso mundo da modernidade, tornou-se um verdadeiro imperativo moral. A urgência transforma-se em ideologia. A rapidez, ou seja, o tempo que se ultrapassa a si mesmo e confirma seu domínio sobre o espaço, é o critério superior para os utensílios e para as pessoas, é o sinal do poder social".

Sobretudo nas regiões onde as produções são extravertidas e cujas normas são reguladas à distância, notamos uma maior concentração viária e de infovias que permitem uma maior mobilidade e fluidez das informações, produtos e pessoas. Trata-

¹³ Sobre a importância geopolítica da informação, ver Bakis (1987). Para o autor, a informação e suas redes possibilitam aos Estados- Nação a formação de um espaço controlado, onde o encaminhamento de ordens e a coleta de notícias sobre os lugares se tornam essenciais para os aspectos táticos relacionados às guerras e ao exercício do poder nacional.

¹⁴ Para Dollfus (1997: 27), "o campo do transnacional desdenha fronteiras. Seus fluxos as atravessam sem ser verificados ou contabilizados. É o espaço das grandes empresas onde circulam informações ocultas as empresas rivais. Grande parte das informações que sulcam e estruturam o mundo é transnacional".

se dos “espaços da globalização” (Santos, 1994; 1998: 21) que se tornam cada vez mais equipados pelas ações e objetos da informação, a fim de possibilitar a concretização das “solidariedades organizacionais” (Santos, 1994) em escala global.

Por meio das interações verticais, os espaços da globalização concebem, difundem e executam as informações produtivas. Se por um lado, existem os “espaços do fazer” que recebem, reproduzem e executam as informações produtivas, por outro existem os “espaços do mandar” (Santos e Silveira, 2001: 263) que criam as informações que ordenam a produção e os pensamentos.

Também conhecidos como “lugares de reunião” (Raffestin, 1993: 187), os espaços do mandar centralizam as informações, tornando-se dominantes, já que comandam a mobilidade dos seres e das coisas.

Segundo Raffestin (1993: 203), “um dos trunfos do poder é hoje informacional”... “inseparáveis dos modos de produção dos quais asseguram a mobilidade” (Raffestin, 1993: 204), as redes informacionais tornam-se um dos principais instrumentos de poder, controlando grande parte das relações sócio-espaciais que ocorrem nos territórios.

Sabe-se que são as redes informacionais que definem as posições de cada cidade no conjunto das redes urbanas. Uma região se torna mais poderosa à medida que se informatiza para atuar como centro de gestão. Sob o contexto brasileiro, a cidade de São Paulo se mantém como o lugar central na hierarquia urbana, tornando-se o centro regulador de todo o território nacional pelo fato de produzir, reproduzir e filtrar quase todas as informações que atravessam o país. Haja vista, a concentração de universidades e centros de pesquisa existentes na metrópole e seu entorno, bem como outras tecnoestruturas fixadas nesta parte “luminosa” (Santos e Silveira, 2001) do território brasileiro.

A multiplicação da informação e de suas respectivas infra-estruturas instaladas no território brasileiro deram origem a uma nova divisão do trabalho que impetrou novas ocupações capazes de:

- Regularizar as relações produtivas e empresariais. Daí o exemplo dos administradores de empresas, advogados e cientistas contábeis, entre outras.

- Construir as novas tecnoestruturas informacionais, como o caso dos profissionais de engenharia;
- Manter o campo produtivo, por meio da cientifização proposta pelos agrônomos, biólogos e veterinários.
- Produzir, organizar e circular as informações, tornando-as mais fluídas por toda a rede urbana, tais como as funções exercidas pelos cientistas da informação e os profissionais da comunicação.

Em função da racionalidade informacional incorporada pelo capitalismo, aumentaram-se as ocupações técnico-científicas exigentes de um *know-how* afinado com as necessidades do mercado. Para Santos e Silveira (2000), novas funções técnicas e organizacionais vêm surgindo no período contemporâneo como evidência da expansão do “meio técnico- científico- informacional”(Santos, 1993;1996), que mistura “uma cultura industrial preexistente e uma cultura informacional, informática e organizacional” (Santos e Silveira, 2000:48).

Todos os setores da economia passaram a ser permeados pelas atividades informacionais, sem eliminar os trabalhos mecânicos. O que ocorre é uma interdependência mais acentuada entre concepção e execução da produção em que “sempre é necessário um mínimo de matéria e energia para produzir e tratar a informação, assim como é necessário um mínimo de informação para executar e controlar a manipulação de matéria e energia” (Malin, 1994 12).

Como aponta Lojkine (1995: 273), a informação amalgama o trabalho material comumente chamado de “produtivo” com o trabalho informacional ¹⁵ de conotação “improdutiva”. Daí denominar duas grandes categorias de trabalhadores: uma denominada de “produtivos improdutos”, referindo-se aqueles que exercem funções

¹⁵ Embora muito presente em inúmeras referências bibliográficas, usamos com restrição o termo “trabalho imaterial” (Bell, 1973; Lojkine, 1995 e Gorz, 2005), a fim de evitar interpretações dúbias que desconsideram a materialidade espacial na concepção e execução do trabalho intelectual. Este não pode ser considerado plenamente imaterial, uma vez que permanece envolvido por uma objetividade espacial necessária para sua concretização. Como ressalta Castillo (2001), a expansão da informação não promove a substituição do trabalho material pelo imaterial. Segundo o autor, “o que ocorre é uma combinação de redes de fluxos materiais e imateriais obedecendo a uma lógica única, onde a telemática assume um papel decisivo na emergência de uma nova organização das atividades econômicas do território”.

informativos no trabalho produtivo, e os “improdutivos produtivos” relacionados a operacionalização e execução do trabalho intelectual.

Perpassando os três setores tradicionais da economia (primário, secundário e terciário) surge um conjunto de novas atividades denominadas de “setor quaternário” voltado para a criação da informação e controle das atividades produtivas.

Estas atividades¹⁶, segundo Tomelin (1988:60), “são caracterizadas pela ação de conceber, de criar, de interpretar, de organizar, de dirigir, de controlar e transmitir [a informação], através dos recursos científicos e técnicos”. Segundo Malin (1994:12), o setor quaternário envolve todas as atividades voltadas à produção, processamento, tratamento e distribuição de mercadorias e serviços da informação, abarcando uma ampla gama de profissionais que trabalham desde a operação dos equipamentos e das infra-estruturas da informação, até sua concepção envolvendo pesquisadores, técnicos, cientistas e consultores. Mais do que a estocagem e circulação de informações, Lojkin (1995: 108-109) ressalta que os novos serviços envolvem a criação, o acesso e o gerenciamento das informações, dada a importância desta para a concretização das atividades econômicas. Tal como afirmaram Santos e Silveira (2001: 95), atualmente, “a informação constitui-se uma nova forma de trabalho”. No Brasil, em 1997, dos 4.733 profissionais com nível superior, 3.139 estavam empregados em atividades técnico-científicas já em 2006, com a massificação do sistema universitário, o número de trabalhadores com nível superior aumentou para 8.106 profissionais, sendo que desses 6.196 estavam vinculadas aos trabalhos científicos e informativos.

¹⁶ Para Porat (1977), a atividade do setor quaternário “inclui todos os recursos consumidos na produção, processo e distribuição dos bens e serviços da informação” (1977:19). Daí propor que as atividades informativas sejam divididas em setor informativo primário (que envolvem aquelas atividades que transformam a informação em commodity ou mercadorias) e em setor informativo secundário (que não necessariamente transformam a informação em mercadoria, mas utiliza-a no oferecimento de serviços informativos. É o caso, por exemplo, dos órgãos governamentais e firmas que lidam com a informação de forma indireta). Nesta perspectiva, outros pesquisadores como Michel Rochefort preferem denominar o setor quaternário de “terciário de decisão”, uma vez que este se difere dos demais serviços por envolver atividades de decisão e criação, enquanto cabe aos outros setores a tarefa de executar e operacionalizar as tarefas.

Tabela 3 - Número de Pessoas com Nível Superior Segundo Condições de Ocupações- Brasil de 1997 a 2006 (em mil pessoas)									
Condições de Ocupações	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Ocupadas (total)	4.733	4.919	5.068	5.588	6.094	6.425	6.843	7.310	8.106
Em Ocupações Técnico-Científicas	3.139	3.375	3.433	3.783	4.707	4.915	5.193	5.569	6.196
Em Outras Ocupações	1.594	1.544	1.635	1.805	1.387	1.510	1.649	1.741	1.910

Fonte: DIEESE e MTE.

Vê-se que à medida que o território brasileiro ganha novos acréscimos de tecnologia, acaba por requerer novos comportamentos e saberes apropriados para manipular os novos objetos geográficos de forma eficiente. Surgem a partir de então, uma gama de profissionais qualificados que engrossa os lugares mais dinâmicos. Veja:

Tabela 4- Concluintes do Ensino Superior			
Ano	Brasil	Sudeste	São Paulo
1991	236.410	146.661	86.102
2001	395.988	225.851	138.333
2007	756.799	402.068	224.238

Fonte: MEC.

Em São Paulo, a convergência de um grande volume de informações fez surgir nos últimos anos uma oferta ampliada de profissionais voltados para a produção e distribuição da informação. Essas novas atividades do quaternário refuncionalizaram alguns centros do interior do Estado, que passam a assumir um papel sucursal na disseminação da informação produtiva.

Atentando-se as afirmações de Sposito (2005: 327), entendemos que as cidades médias paulistas tem sido a base territorial para a expansão das redes de produção e

comercialização das grandes firmas, assumindo algumas funções urbanas intermediárias que garantem o movimento e o funcionamento das redes informacionais, devido a presença de tecnologias cada vez mais racionais às ordens universais.

Como uma nodosidade secundária, as cidades médias como Campinas, Ribeirão Preto, assumem uma função de intermediação, reproduzindo os fluxos informacionais da metrópole paulista e oferecendo determinados serviços de tecnologia às cidades, onde a divisão do trabalho são mais estacionais .

Segundo o IPEA (2002: 151), atualmente, o interior de São Paulo é um espaço cada vez mais procurado por investimentos devido a presença de importantes infra-estruturas de transporte e comunicação, aliada a uma grande concentração populacional que representa um importante mercado consumidor, mas também um grande celeiro de mão-de-obra qualificada de importância nacional.

A presença de centros de pesquisa e universidades transformam as cidades do interior em cidades com uma significativa densidade informacional, onde a produção e a reprodução da informação passam a ter destaque nas economias locais. De 1999 a 2001, as principais instituições depositantes de pedido de patente se localizam predominantemente onde o meio técnico- científico-informacional é mais contíguo.

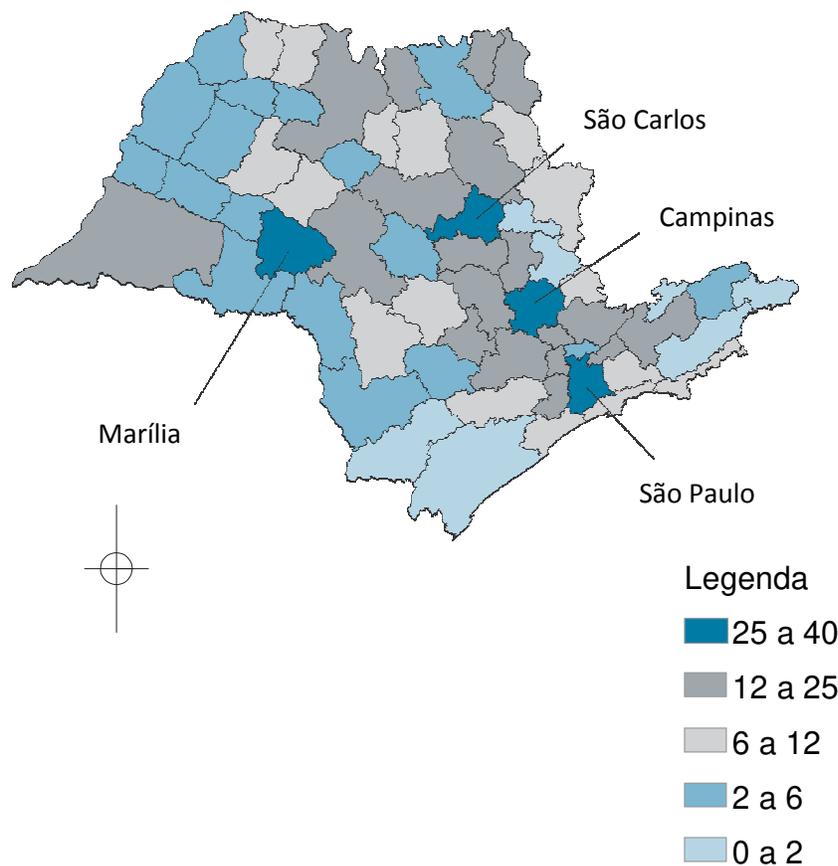
Tabela 5-Depositantes de Pedidos de Patentes no Brasil entre 1990 até 2001		
Instituição	Número de Patentes	Estado
Petrobrás	222	RJ
Unicamp	143	SP
Arno SA	123	SP
CSN	119	RJ
CVRD	111	MG
Usiminas	101	MG
Multibrás	91	SP
Embraco	83	SC
Produtos Elétricos Corona	65	SP
Electrolux do Brasil SA	61	PR

Fonte: FAPESP.

Em São Paulo a produção de informações patenteadas não se limitou a capital, mas envolveu determinados pontos do interior com destaque para Campinas, São Carlos e Marília, onde as redes informacionais são mais espessas. Novamente, podemos notar que a produção de informação conecta e exclui lugares, fazendo de São Paulo uma região moderna e de vanguarda informacional, sem contudo, deixar de ser um território reticulado e desigual em função do caráter hierárquico das redes informacionais que definem sua organização espacial.

Vejamos ainda, que no atual período, o aprofundamento das especializações produtivas existentes no interior paulista faz surgir uma série de cidades intermediárias como uma função informacional complementar àquelas existentes na capital paulista.

Mapa 3-Número de Patentes por 100 mil habitantes – Microrregiões do Estado de São Paulo, 1999-2001



Fonte: FAPESP.

A informação quando espacializada, revela assim, uma hierarquia na rede de cidades. Sem esgotar o processo de metropolização da cidade de São Paulo, cuja “primazia não mais advém de sua atividade fabril, mas sim de sua capacidade de concentrar atividades de produção, coleta, classificação e redistribuição de informações” (Silva Bernardes 2001: 36), é possível observar um uso informacional cada vez maior nos centros interioranos. Estes têm sido a base territorial para a expansão das grandes empresas, assumindo algumas funções urbanas intermediárias que garantem o movimento e o funcionamento das redes informacionais.

Esta ocorre em função de uma divisão territorial do trabalho onde o interior tende a complementar as demandas produtivas da capital. Enquanto a cidade de São Paulo aprofunda sua função de controle das atividades econômicas, algumas parcelas do território paulista absorvem inúmeras atividades sofisticadas, compartilhando algumas das atividades industriais e determinadas funções do setor terciário, antes concentrado na capital (Gonçalves, 1994:40).

Daí ser a informação o elemento estruturante do período contemporâneo e o motor de uma nova urbanização, cuja estrutura é marcada por diversas redes de conhecimento e tecnologia que sustentam novas formas e funções urbanas (Santos, 1993; 1996: 38 e 2001:285).

Tal como sugeriu Milton Santos, a informatização da capital paulista passou a ocorrer paralelamente a um processo de “desmetropolização” (Santos, 1993; 1996:122) que envolveu uma participação significativa das aglomerações intermediárias no recebimento e repleque dos fluxos de pessoas, mercadorias e informação. Ao mesmo tempo em que a cidade de São Paulo se torna o “centro de gestão do território nacional,” expandindo suas atividades no setor terciário e quaternário, verifica-se que alguns centros regionais do interior paulista também se informatizam para acolher com mais vigor as ordens oriundas da capital.

Dessa forma, evidencia-se o surgimento de uma nova urbanização que ocorre para acolher os fluxos informacionais e suas possíveis riquezas, formando no interior paulista espaços fluídos e densamente tecnificados criados para complementar a função da capital no processo de acumulação da mais valia.

Dentre as novas redes de informação que circulam sobre o interior paulista, abordaremos a seguir aquela concebida pelo Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa (SEBRAE). Pouco estudado pela Geografia, o SEBRAE se apresenta como uma rede de consultoria diferenciada, pois expande seus “círculos de informação” (Silva, 2001) até as cidades mais interioranas, não atuando exclusivamente nos grandes centros de gestão do território. Ao disseminar determinados fluxos de informações, o SEBRAE cria determinados “círculos de cooperação”, cuja função primordial é criar novos modelos que facilitem a inserção das MPEs no ideário da globalização econômica. “Trata-se da difusão e do consumo do pensamento estratégico” tal como propõe Ribeiro (1998), a fim de superar as defasagens tecnológicas das MPEs, enquadrando-as muitas vezes nos padrões exigidos pelas normas hegemônicas. Não obstante, ao difundir as informações produtivas, os círculos de informação gerados pelo SEBRAE promovem a difusão de um ideário que enaltece o ambiente empreendedor, atingindo não só as MPEs, como os órgãos públicos municipais que acabam reorganizando seus territórios a partir de um “paradigma administrativo” (Ribeiro, 1998: 115) calcado nos preceitos da gestão competitiva e da racionalidade empresarial. É o que veremos mais adiante.

3- O SEBRAE E A MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

A partir dos anos 70, os avanços nas áreas das telecomunicações e microeletrônica proporcionaram uma rede urbana mais fluída em função de uma nova divisão do trabalho comandada pela informação. Essa e seus aportes técnicos puderam desconcentrar as atividades econômicas, mantendo-as integradas sob a coordenação de alguns centros de decisões.

Dessa forma, a ampliação dos “círculos de informação” (Silva Bernardes, 2001 e 2007) pelo território brasileiro, subsidiou a ampliação e a diversificação dos “circuitos espaciais da produção” (Santos, 1988), promovendo um processo de integração entre as economias regionais. Desse momento em diante “desapareceu, graças às redes telemáticas, a necessidade de a organização capitalista concentrar recursos humanos e materiais no menor espaço territorial possível. As economias de velocidades que se podiam obter aí, com conseqüentes barateamentos nos custos de transação, [puderam] ser facilmente substituídas pelas economias proporcionadas pelos sistemas de comunicação” (Dantas, 2003:20).

Ao impulsionar a ampliação das relações econômicas, a informação assumiu uma importância territorial, exigindo novos objetos e ações voltados a sua distribuição e reprodução espacial. Vista como insumo para o desenvolvimento econômico, a informação tornou-se um elemento fundamental nas agendas governamentais, a fim de fomentar o desenvolvimento tecnológico nacional e conseqüentemente engendrar o país no período desenvolvimentista.

Neste sentido, a démarche pelo crescimento econômico levou a criação de diversas agências públicas de fomento e distribuição da informação dentre as quais o Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa (CEBRAE) criado em 17 de julho de 1972.

Em consonância com os objetivos propostos pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND)¹⁷ e posteriormente pelo I Plano Básico de Desenvolvimento

¹⁷ O I PND vigorou entre 1971 a 1974 propondo uma integração nacional a partir da instalação de Pólos de Desenvolvimento Regional no Nordeste, Centro-Oeste e Amazônia. Conhecido como “milagre econômico” (1968 a 1973), este período foi marcado pelas grandes obras de

Econômico Científico e Tecnológico (I PBCT), coube ao CEBRAE a função de modernizar os segmentos empresariais de pequeno e médio portes, facilitando a estes agentes econômicos o acesso ao crédito e a incorporação de novas tecnologias e métodos administrativos. Ao CEBRAE foi designada a função de informar as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) ¹⁸ sobre os métodos mais adequados para inovar, isto é “introduzir a tecnologia poupadora de mão-de-obra, com conseqüente redução de custos e elevação dos lucros” (Rattner, 1979:44).

Como sabido, as MPEs são empresas, cujo comportamento é mais territorializado, dependendo muito mais das condições regionais de produção, circulação e consumo, quando comparadas às grande empresas de capital flexível e de atuação global (Santos, 1975; 2004 e Borin 2002). Sendo normatizadas pelo grande capital, as MPEs dos países subdesenvolvidos apresentam-se em geral enquadradas nos “circuitos inferior e superior marginal” da economia (Santos, 1975; 2004) por envolver um proeminente caráter residual com “formas de produção menos modernas do ponto de vista tecnológico e organizacional” (Santos, 1975; 2004: 103).

De natureza familiar e até mesmo artesanal, geralmente com grande precariedade tecnológica¹⁹, as organizações empresariais de pequeno porte sempre foram vistas pelos governos brasileiros do período desenvolvimentista como um grande entrave ao desenvolvimento econômico do país. Devido às complementaridades funcionais existentes entre as grandes e as pequenas empresas, tornou-se necessário pensar em um crescimento econômico sincronizado que também contemplasse os agentes econômicos situados às margens dos processos de produção.

transportes e energia, como a construção da ponte Rio-Niterói, a rodovia Transamazônica, a hidrelétrica de Três Marias e a barragem de Itaipu.

¹⁸ No Brasil ainda não existe consenso sobre o que vem a ser uma MPE. Há diferentes classificações e critérios, dentre as quais selecionamos algumas: a) Classificação do SEBRAE para as atividades de comércio e serviço: Micro empresa (ME) são aquelas que possuem de 0 a 9 empregados e as Pequenas Empresas (PE) são aquelas que possuem de 10 a 49 empregados. Já para as atividades da indústria, o SEBRAE classifica como ME aquelas com 0 a 19 empregados e como PE aquelas com 20 a 99 funcionários. Contudo, nem todos os órgãos seguem a classificação do SEBRAE. O Simples Paulista considera como ME aquelas que possuem uma receita bruta anual de R\$150 mil e PE como aquelas que geram uma receita bruta anual de R\$1, 2 milhões. Já o Simples Federal considera como ME aquelas com um faturamento bruto anual de R\$240 mil e PE aquelas que geram R\$ 2,4 milhões.

¹⁹ Para Rattner (1979:49-50), até o final da década de 1970, as MPEs apresentavam uma série de estrangulamentos que dificultavam seu desempenho econômico. São eles: a) a obsolescência técnica e dos métodos de produção; b) ausência de instrumentos da racionalização administrativa; c) predomínio de relações de parentesco e amizade; d) falta de capital de giro e dificuldades na obtenção de crédito.

A necessidade de fortalecer a empresa nacional e substituir as importações justificou a criação do CEBRAE²⁰ que, valendo-se do papel complementar dos pequenos empreendimentos, estimulou indiretamente diversas cadeias produtivas comandadas pelos grandes capitais. Sem desorganizar a estrutura econômica oligopolista, foi criada uma estratégia, que sob o discurso de auxílio ao pequeno, privilegiou o grande capital.

Segundo Teixeira (1984: 13), “a estratégia de fortalecimento da pequena empresa objetivando sua sobrevivência, evidentemente dentro dos espaços determinados na estrutura de mercado e sem, portanto, estabelecer concorrência ou dificuldades para empresas maiores, poderá receber apoio do grande capital, pois indiretamente, o estará beneficiando, na medida em que as funções das grandes empresas no mercado são complementadas e/ou suplementadas pelas menores”.

Em nossas visitas técnicas realizadas aos postos do SEBRAE, pudemos tomar contato com a postura da entidade, que nos revelou ser condescendente aos interesses do grande capital. Em uma consultoria oferecida pelo SEBRAE no interior paulista, um consultor foi enfático ao afirmar que “... o concorrente da pequena empresa, não é a grande empresa... o pequeno empresário deve estar preparado para competir com as demais pequenas empresas e não com a grande empresa”.

Não é por outra razão que Cypriano (2008: 183 e 230) delatou que nos Conselhos Deliberativos do CEBRAE, a participação direta das pequenas empresas nunca ocorreu de forma significativa. Como constatou o autor, “a pequena empresa sempre foi percebida e tomada enquanto um objeto que preenchia uma função econômica e social cuja reprodução era fundamental aos interesses dos segmentos produtivos nacionais situados além da própria pequena empresa” (Cypriano, 2008: 229).

²⁰ Antes da criação do CEBRAE, houve algumas tentativas de apoio ao médio e pequeno empresário, como o caso do Grupo de Assistência a Média e Pequena Empresa (GEAMPE), em 1960, e o Grupo Executivo de Financiamento a Pequena e Média Empresa (FIPEME) criado em 1964.

Conforme o autor, “o CEBRAE resultou da constatação que o problema da indústria pesada emergente era a falta de financiamento para sua produção que era consumida pelas pequenas e médias empresas” (Cypriano, 2008:214). Daí então, a criação do CEBRAE, a fim de financiar o consumo das pequenas empresas e garantir uma demanda permanente junto aos produtos das grandes indústrias de base.

Vinculado ao Ministério do Planejamento, o CEBRAE foi gerenciado inicialmente por um conselho administrativo composto pela Financiadora de Estudos e Projetos S.A. (FINEP), a Associação dos Bancos de Desenvolvimento (ABDE) e o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE). Entre 1972 a 1975, o CEBRAE atuou sobre o território brasileiro por intermédio de diversas entidades estaduais autônomas que se credenciavam junto a sua sede para operar os seus programas de financiamento. Posteriormente, com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)²¹ as antigas entidades credenciadas se unificaram e passaram a ser chamadas de Centros de Assistência Gerencial (CEAGs) ²² compondo uma rede incipiente que representou o CEBRAE em âmbito nacional (Maximo e Melo, 2008: 7).

A unificação dos CEAGs tornou-se necessária a partir deste momento para auxiliar as iniciativas governamentais promovidas pelo Programa das Cidades Médias e pelo Programa da Descentralização Industrial²³, que incentivaram o deslocamento para o interior do país de diversos empreendimentos e as plantas industriais localizadas na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

A partir da década de 1970, devido ao aumento do Valor de Transformação Industrial (VTI) em quase todas as regiões brasileiras, (Cano, 1988 e Negri, 1996), as

²¹ O II PND foi realizado durante o período de 1974 a 1979 e tinha como fito promover o crescimento econômico do país e avançar no processo de integração nacional por meio de incentivos às indústrias de base (siderúrgica e petroquímica), bens de capital e de insumos básicos (metais não-ferrosos, minérios, além de fertilizantes e defensivos). Sob o contexto da crise energética, o II PND incluiu em seus investimentos o apoio a indústria nuclear, a pesquisa do petróleo, e ao desenvolvendo de combustíveis alternativos. Foi também neste período que foram implantadas no Estado de São Paulo as Regiões Administrativas e diversos programas de escala regional, como o Pró-álcool, que foi essencial para o desenvolvimento urbano do interior paulista.

²² Segundo Marco (2003:65), os primeiros CEAGs foram criados nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Em 1973, os CEAGs já estavam presentes em 16 estados brasileiros, inclusive em São Paulo.

²³ Partindo do pressuposto de que a integração do território nacional só seria realizada através de um sistema de planejamento capaz de equilibrar a rede urbana brasileira e o crescimento desenfreado nas grandes cidades, foi elaborado por intermédio do II PND uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), cujos principais desdobramentos foram o Programa das Cidades Médias e o Programa da Descentralização Industrial (Souza, 1999:119-120).

unidades do CEAGs passaram a trabalhar de forma articulada, formando pelo território brasileiro uma rede inicial de crédito e assistência técnica voltada as MPES.

Tabela 6-Distribuição Percentual do VTI da Indústria de Transformação			
Regiões	1970	1980	1990
Nordeste (sem o Estado da Bahia)	4,2	4,4	4,5
Bahia	1,5	3,1	4,0
Minas Gerais	6,4	7,8	8,7
Rio de Janeiro	15,7	10,2	9,8
São Paulo	58,1	54,4	49,2
SP Capital	43,4	34,2	26,2
SP Interior	14,7	20,2	23,0
Paraná	3,1	4,1	5,7
Santa Catarina	2,6	3,9	4,2
Rio Grande do Sul	6,3	7,9	7,7
Outros Estados	2,1	4,2	6,2
Total	100	100	100

Fonte: Negri (1996).

O deslocamento da indústria e a criação de novas empresas de ponta em determinados centros regionais, ampliaram os “circuitos espaciais da produção” (Santos, 1988 e1994; 1998) pelo território nacional e reforçou ainda mais a economia paulista, que mesmo apresentando redução no VTI da cidade de São Paulo, se manteve como a região mais industrializada do país, em função da consolidação de importantes centros industriais no interior do Estado, mas, sobretudo, pela permanência na capital paulista de uma parcela significativa da indústria e dos novos serviços.

Por meio de uma “desconcentração concentrada” (Lencioni, 1998: 206), o Estado de São Paulo permaneceu na condição de centro econômico do país, abrigando aos poucos novas atividades do terciário demandadas pelo crescimento da indústria e do comércio. Tanto a capital como o interior passaram a receber novas modernizações e

funções urbanas provenientes dos novos serviços. Como afirma Gonçalves (1994:43), “o interior [paulista] não só passou a compartilhar a função industrial antes concentrada na metrópole, mas também teve suas atividades terciárias desenvolvidas”.

Se por um lado a capital passou a compartilhar suas funções produtivas com alguns centros do interior, por outro, se especializou nas atividades do terciário e quaternário diferenciando-se dos demais centros. Daí então Lencioni (1998), afirmar que a interiorização da indústria redefiniu o papel da cidade de São Paulo não mais “como a Capital do capital, no sentido da produção, mas como a Capital da gestão” (Lencioni, 1998: 198). Isto é, a primazia da capital paulista passou a ser definida não mais pela concentração industrial, mas pelas informações que garantem a descentralização produtiva por todo o país.

“São Paulo agora comanda o território por produzir, coordenar e distribuir informações produtivas, não encontradas, com a mesma densidade, em outros lugares da rede urbana nacional” (Silva Bernardes, 2001: 103), por isso, consideramos a cidade de São Paulo como “a metrópole onipresente e por isso mesmo, e ao mesmo tempo, como metrópole irrecusável para o território brasileiro” (Santos, 1993; 1996:90), uma vez que controla grande parte das atividades produtivas nacionais se tornando o principal centro de gestão do território.

Tomando-se por base este novo contexto da urbanização paulista, o CEAG São Paulo iniciou seu trabalho na cidade de São Paulo oferecendo os serviços de crédito orientado e das consultorias gerenciais que forneciam, em sua maioria, informações sobre a legislação e comércio exterior. Com o crescimento da economia brasileira neste período, as demandas por informações produtivas se tornaram urgentes, fazendo do CEBRAE uma instituição necessária no processo da integração econômica. Desde sua criação até meados dos anos 80 o número de atendimentos realizados pela agência SEBRAE só aumentou. Veja:

Tabela 7 - Número de Atendimento e Treinamentos realizado pelo SEBRAE		
Ano	Número de Empresas Atendidas	Treinamentos Realizados
1973	1.077	482
1977	7.842	1.517
1981	24.197	2.281
1985	53.360	2.363

Fonte: Adaptado de Penna Dias (2006: 78).

A fim de suprir a grande procura por crédito e informações especializadas foi criado, em 1983, o “Balcão CEBRAE” que ampliou os serviços de crédito e a assistência gerencial sobre o território brasileiro. Considerado a linha de frente do CEBRAE, os balcões constituem pontos de atendimento simplificado direcionado aos empresários. Conforme Addis e Gomes (2001:356) tais postos “funcionam como balcões de informações e se espalham nos diversos estados (alguns são até móveis). Eles oferecem informações sobre os diversos produtos do SEBRAE, desde pequenos manuais que ensinam como abrir diversas espécies de negócios (por exemplo, sorveterias, fábricas de roupa, fábricas de sandálias) até cursos sobre legislação trabalhista, formação de preço e qualidade total”.

Já em 1986, o CEBRAE foi transferido para o Ministério da Indústria e Comércio, que por ocasião recompôs o conselho administrativo da instituição, incluindo os seguintes órgãos públicos:

- Ministério da Indústria e Comércio, MIC;
- Secretaria de Planejamento da Presidência da República, SEPLAN-PR
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES
- Instituto de Planejamento Econômico e Social, IPEA;
- Financiadora de Estudos e Projetos, FINEP;
- Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento, ABDE;
- Caixa Econômica Federal, CEF;
- Banco do Brasil S.A.;
- Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq;

- Conselho Governamental da Indústria e Comércio, CONSIC;
- Conselho de Desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas.

Em meados dos anos 80, a crise econômica que assolou o país reforçou o discurso em prol das MPEs já que estas passaram a representar um meio de absorção da mão-de-obra desempregada tornando-se de certa forma um alibi para a atenuação da crise brasileira. Por conseguinte, uma série de ações foi realizada em benefício da pequena empresa, tais como a criação do Conselho de Desenvolvimento da Micro, Pequena e Média Empresa (COMPEME), a criação do Estatuto da Micro e Pequena Empresa²⁴ e a inclusão dos artigos 170 e 179 na constituição de 1988 que propôs tratamento diferenciado às MPEs.

Todas estas ações foram pleiteadas pelo CEBRAE que sempre manteve uma certa influência sobre o Congresso Nacional. Por envolver os interesses das grandes corporações, Addis e Gomes (2006: 54), afirmam que uma das principais ações do CEBRAE sempre foi o de fazer *lobby* para conseguir benesses e algum tipo de aparato legal em benefício dos empresários.

Entretanto, vale salientar que apesar das conquistas políticas e normativas em defesa das MPEs, o CEBRAE passou por grande dificuldade financeira no final dos anos 80. Dos seus 275 funcionários, 60% foram demitidos, restando apenas 110 em todo o país. Em São Paulo, o quadro de profissionais ligados ao CEAG foi reduzido para 25 funcionários, a maioria da área administrativa.

Sem profissionais em número suficiente, o campo de ação da instituição foi reduzido aos serviços de consultoria ao passo que os programas de crédito e financiamento foram sendo aos poucos eliminados. “É com o esvaziamento da área de crédito, que a agência inverte suas prioridades voltando-se para a área de consultoria concentrada e o treinamento empresarial, passando a buscar e selecionar o seu público com palestras e atividades que visavam apresentar o quadro de apoios existentes” (Cypriano, 2008: 232).

²⁴ O Estatuto descrito pela Lei número 7.256 de 2/11/84 estabeleceu junto às MPEs normas para um tratamento diferenciado no campo administrativo, tributário e creditício.

Nos anos 90, com os programas de privatização e desburocratização da máquina estatal, vários órgãos públicos, dentre eles o CEBRAE, foram desvinculados do governo central. Sob a influência das classes empresariais e com o apoio dos senadores e deputados, o CEBRAE não foi extinto, mas reestruturado, transformando-se em um serviço social autônomo denominado Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), cujo conselho deliberativo foi objeto de intensas disputas até ser constituído por representantes do governo e de entidades de classe. Sem se desvencilhar do poder público, as empresas que pleiteavam uma representação no SEBRAE sugeriram uma parceria com o Estado, para que em conjunto pudessem criar as melhores condições para seus negócios.

Como apontam Hirst e Thompson (1998), mesmo com a globalização, os Estados-Nação ainda permanecem como órgão regulador e legitimador de seu território e população, daí então o surgimento de novas formas de governabilidade em que a iniciativa privada se beneficia do poder do Estado para auferir seus lucros. Foi sob esta perspectiva que o SEBRAE foi estruturado, compondo seu órgão máximo com os seguintes conselheiros:

- Associação Brasileira dos Centros de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, ABACE;
- Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Industriais, ANPEI;
- Associação Nacional das Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas, ANPROTEC;
- Confederação das Associações Comerciais do Brasil, CACB;
- Confederação Nacional da Agricultura, CNA;
- Confederação Nacional do Comércio, CNC;
- Confederação Nacional da Indústria, CNI;
- Secretaria Nacional de Economia do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento;
- Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento, ABDE;
- Banco do Brasil S.A.;
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BDNES;

- Caixa Econômica Federal, CEF;
- Financiadora de Estudos e Projetos, FINEP.

Em meio à abertura econômica dos anos 90, cabia ao novo SEBRAE criar um conjunto de estratégias que amparassem as MPEs, já que a liberalização da economia reduziu as taxas de importações sem que as empresas nacionais estivessem preparadas para enfrentar a concorrência internacional. Naquele momento, o fechamento de um grande número de MPEs representava o maior desafio da instituição que após dois anos de reformulações internas, direcionou suas ações para inserir as MPEs junto ao mercado global orquestrado por firmas oligopólicas.

A primeira iniciativa que marcou a nova fase do SEBRAE foi lançada pela aprovação de mais um marco normativo favorável as MPEs. Em 1996, devido ao *lobby* realizado pelo SEBRAE junto ao governo federal, entra em vigor o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conhecido como “Simples”. Com este, as MPEs passariam a pagar os impostos federais em uma única guia de recolhimento, com alíquotas progressivas de acordo com o faturamento da empresa.

Não só isso, inúmeras remodelações e iniciativas foram incorporadas ao SEBRAE a partir da década de 1990, dentre as quais destacamos:

- A sua atuação junto à mídia, a fim de divulgar seus serviços e criar uma imagem positiva e de credibilidade junto aos empresários;
- A incorporação dos padrões produtivos hegemônicos, tornado-se um dos principais difusores da Internacional Organization for Standardization (ISO) ²⁵ no Brasil. A partir desse momento, o SEBRAE torna-se um elemento-chave no processo de normatização do território brasileiro, difundindo os padrões internacionais de produção e gerenciamento;
- A ampliação de sua rede de serviços por meio dos “Balcões SEBRAE”, levando as informações gerenciais até as cidades locais. Em 1992, os balcões atingiram 300 unidades, realizando até o final dos anos 90 mais de sete milhões de atendimentos.

²⁵ Segundo Furquim Júnior (1996: 262-263), quem pretende participar do mercado global, deve se adaptar as normas britânicas difundidas pela ISO. Este órgão normatiza a produção em mais de 100 países, representando em torno de 95% da produção da indústria mundial.

- A transformação dos CEAGs em SEBRAE Estaduais. Estes foram dotados de personalidade jurídica própria e, portanto, passaram a ter uma relativa autonomia diante do SEBRAE Nacional, selecionando os programas mais adequados e elaborando os projetos específicos conforme as necessidades de sua região.
- Encerramento das atividades de financiamento e concessão de créditos, cabendo ao SEBRAE apenas avaliar tecnicamente os projetos das MPEs e fornecer orientações sobre as linhas de créditos oferecidas pelos bancos e cooperativas de créditos ²⁶. Em virtude das dificuldades encontradas pelas MPEs para a obtenção de crédito, o SEBRAE criou em 1995, o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresa (Fampe), a fim de viabilizar a concessão de garantias. Sem constituir em um programa de financiamento, o Fampe complementa as garantias das MPEs junto às instituições financeiras que liberam os recursos necessários.

Com a transformação do SEBRAE em entidade autônoma, o BNDES se tornou o mais importante órgão público a financiar os projetos das MPEs. Por meio de repasses, o BNDES destinou em 2008, R\$ 92, 235 bilhões para o financiamento de projetos. Deste montante 75% foram destinados às grandes empresas e 19% as micro, pequenas e médias empresas.

Tabela 8- Principais Instituições Financeiras que Recebem os Recursos do BNDES para a realização de Projetos destinados as Micro, Pequenas e Médias empresas.				
Em R\$ milhões		1999	2003	2008
Instituições Públicas	BB	305,40	1.150,90	2.278,70
	BRDE	70,70	257,90	558,60
	CEF	3,90	59,50	264,90

²⁶ Em 2005, o Banco Central com sua política de ampliação da rede bancária, criou o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) que incentivou a participação dos bancos privados e regulamentou o funcionamento de cooperativas de crédito junto as MPES. Como resultado, assistimos a uma multiplicação das instituições que estão voltadas ao microcrédito, tais como as Sociedades de Crédito ao Micro-empendedor (SCM), as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) e as Organizações Não Governamentais (ONGs). Sobre a relação entre o espaço geográfico e o fenômeno das finanças ver Contel (2007).

Instituições Privadas	Bradesco BM	304,60	1.586,90	3.927,9
	Unibanco BM	52,10	245,50	1.796,00
	Volks BM	21,20	700,60	1.750,70

Fonte: BNDES. Organizado pela autora.

- A sua vinculação ao “Sistema S”²⁷. Este é formado por um conjunto de instituições²⁸ de direito privado que são beneficiadas com os recursos federais arrecadados por meio do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Dos impostos arrecadados é destinada ao SEBRAE uma alíquota básica de 0,3% sobre o total das folhas de pagamento despendidas pelas empresas contribuintes. Atualmente, as instituições do “Sistema S” recebem uma grande parcela do recurso público que acabam sendo gerenciado por um seleto grupo de corporações. Além dos empréstimos feitos pelo BNDES, os empresários também recebem dos cofres públicos uma quantia significativa das contribuições sociais que chegam aos agentes econômicos por várias instituições mediadoras como no caso do SEBRAE.

Nos últimos anos a quantidade de recursos públicos destinada ao “Sistema S” vem aumentando, sendo o SEBRAE uma das principais instituições beneficiadas juntamente com as sociedades autônomas que representam a indústria (SESI e SENAI) e o comércio (SESC e SENAC). Nota-se ainda que devido às pressões políticas de outros grupos empresariais, o SEBRAE vem diminuindo sua porcentagem no montante destinado ao “Sistema S”, sem, contudo, reduzir seus recursos. Veja abaixo:

²⁷ Segundo o artigo 149 da Constituição Federal, há três tipos de contribuições que podem ser instituídas pela União. São elas: as contribuições sociais, as de intervenção no domínio econômico e as de interesse das categorias profissionais ou econômicas. Esta última legitima o repasse de recursos federais a um conjunto de instituições denominado “Sistema S”. Tais contribuições financiam desde atividades de aperfeiçoamento profissional até centros de lazer para o trabalhador.

²⁸ O “Sistema S” teve ao longo do tempo diversas instituições. Atualmente o sistema é composto pelas seguintes entidades: SESI (Serviço Social da Indústria), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SESC (Serviço Social do Comércio), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), SEST (Serviço Social dos Transportes), SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte), SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo) e SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas).

Tabela 9- Orçamento do “Sistema S” em Ordem Crescente por Receita					
1998			2008		
Entidades	Valor (R\$)	%	Entidades	Valor (R\$)	%
SESC	615.261	24	SESI	2.086.627.151	28,08
SEBRAE	571.921	23	SENAI	1.549.378.936	19,66
SENAC	311.009	13	SESC	1.634.770.400	19,52
SESI	299.063	12	SEBRAE	1.081.962.000	13,86
INCRA	241.013	10	SENAC	834.000.000	12,12
SENAI	232.753	9	SENAR	264.090.294	2,77
SEST	45.289	3	SEST	172.620.051	1,96
SENAT	45.289	2	SENAT	113.003.254	1,36
SENAR	38.773	2	SESCOOP	69.969.487	0,71
DPC	19.920	1			
Fundo Aeroviário	35.622	1	----	----	----
Total	2.478.516	100	Total	7.806.421.573	100

Fonte: Receita Federal e Fórum do Sistema S (2008).

Segundo Zenorini da Silveira (2008:53), do montante destinado ao SEBRAE, 40% do compulsório é destinado às unidades estaduais²⁹, incluindo a unidade do Distrito Federal, enquanto que 50% é direcionado ao SEBRAE Nacional e os 10% restantes compõem a reserva técnica da entidade. Cada ente federativo recebe sua cota de recursos proporcional ao que arrecada. Logo, os estados mais ativos recebem um montante maior que os demais. O Estado de São Paulo recebe a maior quantia de recursos, ultrapassando os recursos destinados a região norte, centro-oeste e sul do país.

²⁹ Os recursos que são distribuídos aos SEBRAE estaduais são proporcionais ao contingente populacional e a arrecadação do INSS realizada por cada ente federativo (Bonelli, 2001).

Tabela 10- Transferência das Contribuições Sociais do SEBRAE por Região- janeiro a junho de 2009	
Norte	81.243.588
Nordeste	162.451.918
Centro-Oeste	64.021.232
Sul	94.110.206
Sudeste	225.823.350
Unidade Estadual Espírito Santo	16.788.770
Unidade Estadual Minas Gerais	46.783.065
Unidade Estadual Rio de Janeiro	44.332.850
Unidade Estadual São Paulo	117.918.666

Fonte: SEBRAE.

De modo geral, as mudanças realizadas pelo SEBRAE a partir da década de 90 foram basilares para pontuar uma nova fase institucional, até hoje em vigor, voltada para a aplicação de novas metodologias e ampliação de sua rede de consultores.

Com o suporte de uma ampla rede estruturada por um sistema especial denominado SIGEOR (Sistema de Informação em Gestão Estratégica Orientada) para Resultados³⁰, o SEBRAE chegou ao final de 2008 com 747 unidades em todo o país. Dentre essas unidades 76,4% estão localizadas na “região concentrada” (Santos, 1994), indicando a sua prioridade pelos lugares mais competitivos e dinâmicos, onde há maior concentração de MPEs.

Com efeito, a presença do SEBRAE é mais rarefeita nas regiões menos dinâmicas, consagrando a “região concentrada” (Santos, 1994) como a área mais assistida pelos seus serviços. Como nos lembra Addis e Gomes (2001:354), “muitas vezes as atividades do SEBRAE com objetivos sociais são desenvolvidas em localidades que não são as mais carentes, mas que têm maior força política”. Daí podemos pensar, que o SEBRAE reforça as desigualdades regionais e a

³⁰ Este sistema de informação foi criado em 2004 para permitir o monitoramento e análise dos trabalhos desenvolvidos pelo SEBRAE em âmbito nacional. É por meio do SIGEOR que ocorrem as trocas de informações produtivas entre as unidades do SEBRAE e demais agentes.

“desintegração competitiva” do território nacional, que se fragmenta devido à “inserção passiva do Brasil nos mercados em globalização” (Araújo, 2000: 115).

Isso ocorre porque a acumulação capitalista entende o lugar como uma tabula rasa, negando a sua faceta fundamental que se volta ao amparo da vida cotidiana. Não podemos esquecer que “o território é [também o lugar] onde vivem, trabalham, sofrem e sonham os brasileiros” (Santos, 1999 a). No entanto “o dinheiro em estado puro dá as costas à realidade do ambiente que se instala” (Santos, 1999 a).

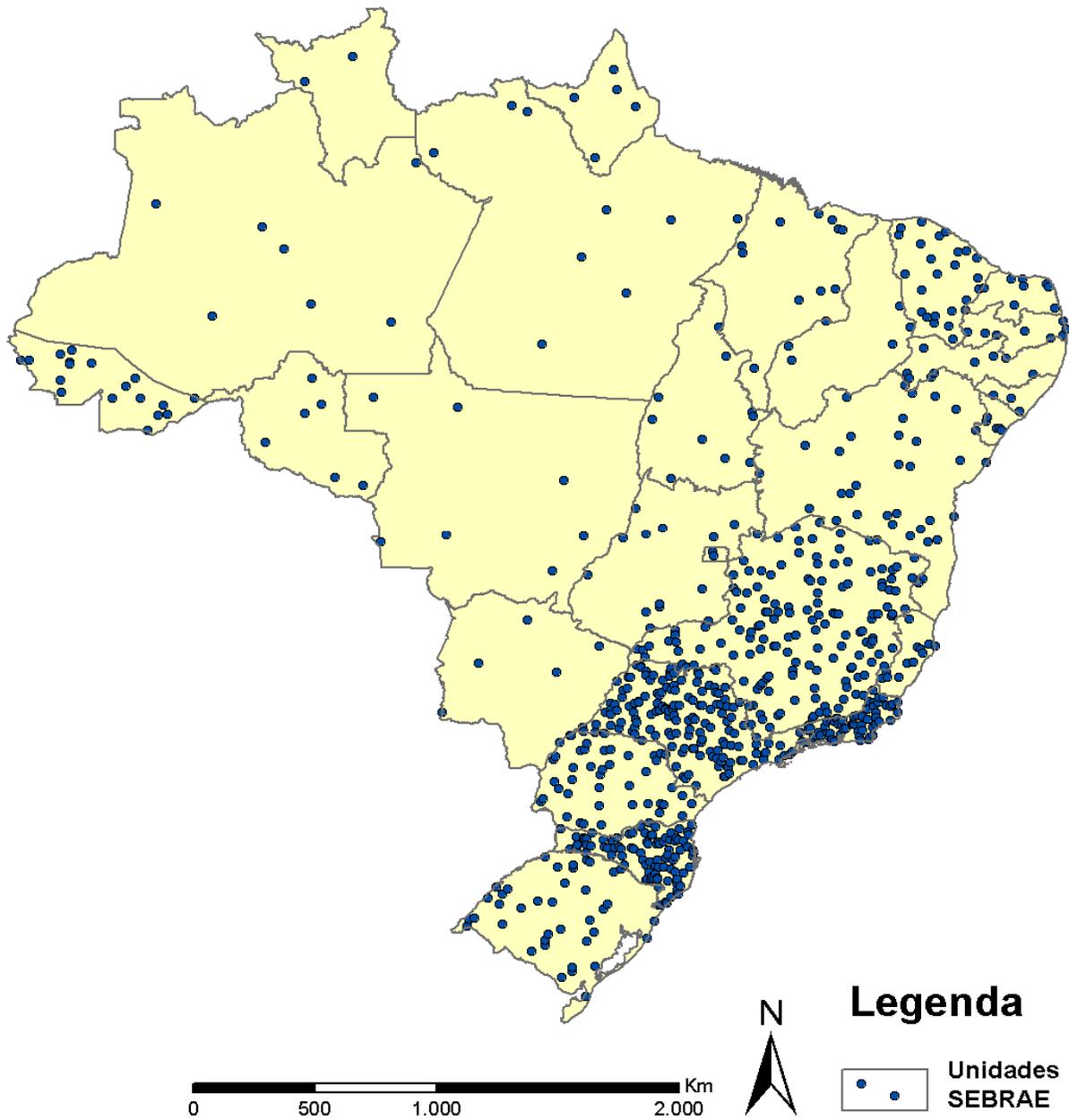
Sob esse contexto, ao invés de direcionar suas unidades às regiões cujas economias são menos dinâmicas, o SEBRAE concentra suas unidades de atendimento justamente no centro de gestão do território brasileiro, onde a demanda por esse serviço é maior em função da intensa divisão territorial do trabalho.

Como podemos notar no mapa abaixo, o Estado de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina são as regiões que mais possuem escritórios do SEBRAE e conseqüentemente são as regiões onde a presença das MPEs é significativa. Ao passo que nos “espaços opacos” (Santos e Silveira, 2001) do território brasileiro a demanda por serviços especializados é reduzida, nota-se que na “região concentrada” (Santos, 1994) a sobreposição das unidades SEBRAE é bem expressiva em função das modernizações territoriais ali instaladas.

A distribuição dos escritórios SEBRAE retratam uma rede urbana em “desordem”³¹, que se aprofunda a partir de uma “gestão desarticulada” (Moura, 2001) que a mercê das lógicas empresariais tendem a concentrar nas regiões sul e sudeste do país uma grande densidade técnica e normativa.

³¹ Para Santos (1997:19 e 21) quando as políticas dos Estados são arrastadas pelos interesses das empresas, as urgências coletivas são abandonadas criando uma desordem territorial. Como complementa Moura (2004: 285), “as empresas criam a ordem para si e a desordem para o resto”. Dessa forma, quando os interesses particulares que envolvem a competitividade empresarial se tornam prioridades nas agendas governamentais, a desordem e a ingovernabilidade territorial se instalam como conseqüência do abandono às questões gerais.

Mapa 4- Distribuição das Unidades SEBRAE pelo Brasil- 2008



Fonte: SEBRAE. Elaboração realizada pela autora.

Tabela 11- Unidades SEBRAE – 2008	
Estados	Unidades
São Paulo	153
Minas Gerais	152
Santa Catarina	92
Rio de Janeiro	63
Paraná	44
Rio Grande do Sul	41
Bahia	33
Ceará	25
Acre	18
Goiás	13
Espírito Santo	12
Maranhão	11
Tocantins	10
Pará	9
Paraíba	9
Rio Grande do Norte	8
Amazonas	7
Mato Grosso	7
Pernambuco	7
Piauí	6
Rondônia	6
Sergipe	6
Amapá	5
Mato Grosso do Sul	5
Alagoas	3
Roraima	2
Total	747

Tabela 12- Distribuição das MPEs - 2008	
Estados	MPEs
São Paulo	1.544.065
Minas Gerais	582.507
Rio Grande do Sul	540.068
Paraná	398.572
Rio de Janeiro	338.191
Santa Catarina	266.900
Bahia	226.356
Goiás	220.761
Ceará	145.029
Pernambuco	118.533
Espírito Santo	94.496
Mato Grosso	80.201
Mato Grosso do Sul	58.657
Pará	58.370
Maranhão	51.506
Paraíba	49.603
Rio Grande do Norte	49.525
Piauí	37.187
Alagoas	35.335
Amazonas	32.458
Rondônia	29.324
Sergipe	23.319
Tocantins	22.950
Acre	8.979
Roraima	8.335
Amapá	7.091
Total	5.028.318

Fonte: SEBRAE. Organizado pela autora.

Ora, pensando na entrevista realizada com Alexandre Magalhães Lopes do SEBRAE Nacional, entendemos que este considera a agência SEBRAE como “parte integrante do governo federal”, assumindo atualmente um “importante papel no desenvolvimento do país”. Mais adiante, em uma apostila elaborada pelo SEBRAE podemos encontrar a mesma idéia de co-responsabilidade diante do desenvolvimento econômico do país:

“O SEBRAE, como os demais serviços sociais autônomos, é fruto da decisão política do governo federal de procurar parceiros privados para ajudá-lo, dividindo responsabilidades, na realização de tarefas importantes para o desenvolvimento brasileiro” (SEBRAE, s/d.).

Neste sentido interessa-nos dizer que, sem ter sua função atrelada a um projeto equitativo de integração nacional, a rede SEBRAE reflete as discrepâncias regionais de nosso país, recrudescendo-as à medida que realiza ações não-convergentes e disparez provenientes de suas unidades estaduais autônomas. Estas são guiadas por diretrizes unilaterais que sob a ingerência de suas elites locais disputam a manutenção do poder (Souza, M. C. e Botelho, M. R., 2001:128).

Se o SEBRAE é co-responsável pelo desenvolvimento brasileiro, quais são suas políticas de desenvolvimento integral para território brasileiro?

Pensando na topologia da rede SEBRAE, não restam dúvidas que os escritórios estão localizados onde a demanda por informações é maior, contudo, se pensarmos o SEBRAE como uma “verticalidade institucional” (Almeida, 2005:135) - isto é, um conjunto institucional de normas que regulamenta determinadas funções ligadas as MPEs e que descentraliza o poder decisório do nível nacional ao nível regional - qual seria então, sua proposta para as regiões menos dinâmicas?

Sabendo que o governo federal partilha, senão delega ao SEBRAE não apenas os recursos setoriais, mas também as ações públicas direcionadas as MPEs, torna-se necessário entendermos qual é sua função no processo de organização do território brasileiro, uma vez que suas ações são direcionadas por um grupo seletivo de entidades de classe de interesses privados.

Embora as receitas das contribuições federais não sejam a única fonte de renda do SEBRAE, ela é de fundamental importância para sua atuação, representando mais da metade de seus recursos.

Tabela 13 – Recursos do SEBRAE Nacional em 2008		
Origens	%	Valor (R\$)
Receitas de Contribuições	64,00	1.081.062.000
Receitas de Capitais (Operação de Créditos e Alienações de Bens)	17,98	300.248.138
Receitas Patrimoniais	7,45	124.456.884
Receitas de Serviços Prestados	5,66	94.577.948
Outras Receitas	4,10	68.525.205
Receita Total	100,00	1.669.770.175

Fonte: Fórum do “Sistema S” (2008).

O descomprometimento em elaborar uma política embasada em um pacto federativo norteador, a reprodução de normas produtivas hegemônicas, associada a ausência de entidades representativas da MPEs em seu conselho deliberativo, faz do SEBRAE um órgão que também representa o grande capital e portanto, os interesses hegemônicos.

Assim, longe de realizar uma política totalizadora e de cunho coletivo, “a ação do SEBRAE assemelha-se a de um assistente social: [restringindo-se a] provisão de informações, treinamentos e orientação” (Bonelli, 2001:17), sem o comprometimento de implantar uma política pública estruturada na diversidade regional do país. Em nossa pesquisa, constatamos que as ações do SEBRAE não são guiadas por uma política pública de desenvolvimento nacional. Ao contrário, a presença do SEBRAE é paliativa quando referente às questões estruturais de nossa formação sócio-espacial³² (Santos, 1979:10).

³² Para Santos (1979:13), o conceito de “formação sócio-espacial” é condição fundamental para se entender como as relações econômicas e os modos de produção se particularizam nos lugares, tornando-os historicamente diferenciados. Em outras palavras, a formação sócio-espacial seria um “filtro” que deformaria a ordem global pura, em função das especificidades históricas específicas presente em

Como vimos, a topologia do SEBRAE acompanha claramente o crescimento das regiões mais ativas, sendo a agência um elemento normativo que elucubra as disputas políticas presentes em cada unidade estadual.

Como assevera Antas Jr. (2005: 219), “a regulamentação do território é híbrida porque há vários agentes em seu exercício”. O SEBRAE é mais um elemento de regulamentação do território brasileiro, que tomando a forma de “verticalidade institucional”, difunde diversos “círculos de informação”, carregados de normas, idéias e ordens voltadas à racionalização das atividades produtivas.

cada território. Assim, os modos de produção não podem ocorrer de forma padronizada em todos os lugares. É necessário que antes ele estabeleça um embate com as especificidades territoriais, que se impõem como resistência às normas homogeneizadoras.

4- A REDE SEBRAE NO PERÍODO CONTEMPORÂNEO: UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO

Composto por um órgão central situado em Brasília-DF, cuja função é deliberar as estratégias e diretrizes normativas da entidade em âmbito nacional, o SEBRAE também conta com 26 unidades estaduais e diversos postos de atendimento municipais que abrigam cerca de 5 mil funcionários e 9,5 mil consultores externos³³, compondo uma rede bem capilarizada, quando comparada com as demais redes de consultorias que atuam no território brasileiro.

Na sede nacional, o órgão supremo é composto por um Conselho Deliberativo Nacional (CDN), que funciona como uma assembléia geral responsável por decidir as ações da entidade conforme seu estatuto social. Atualmente, o CDN é composto por 13 membros elencados a seguir:

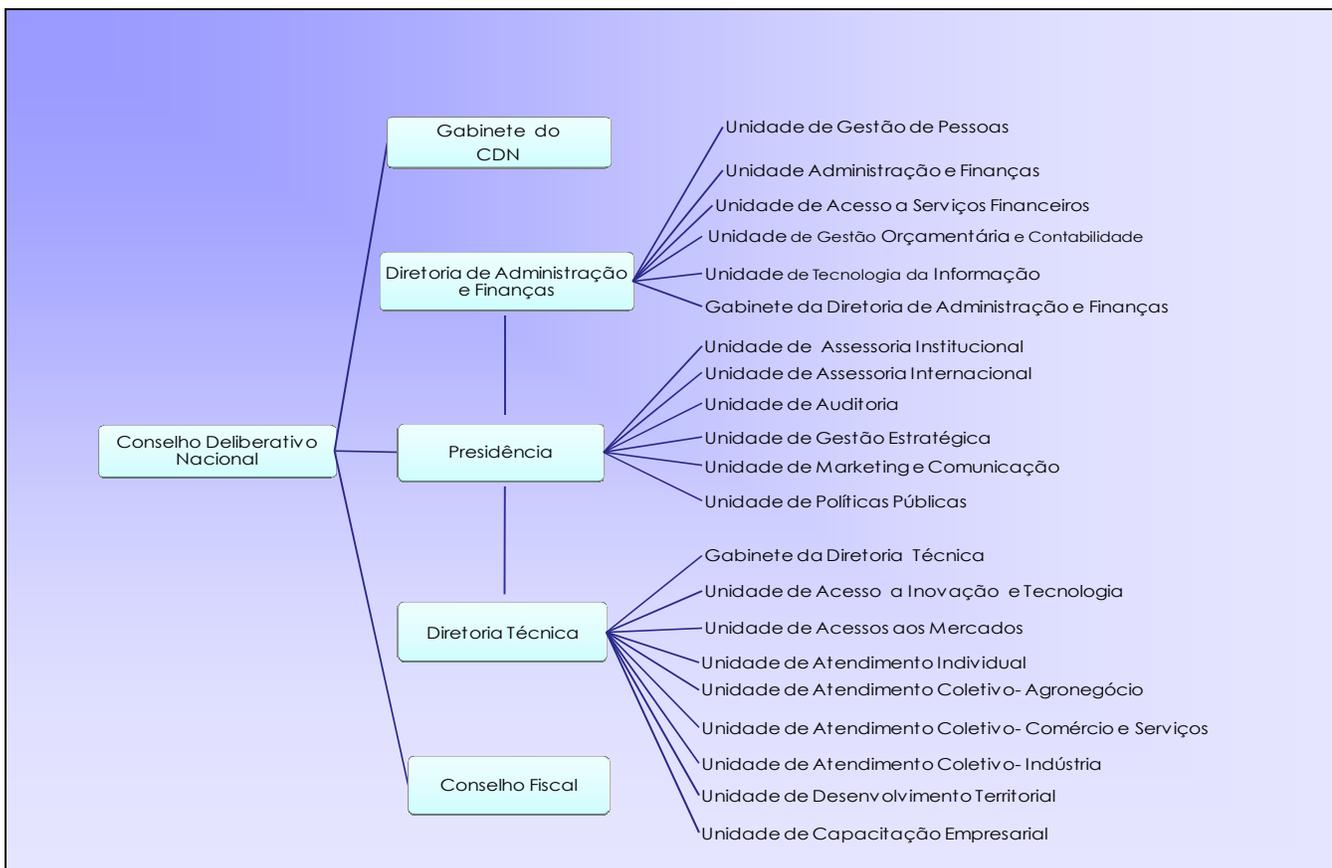
- Associação Brasileira dos SEBRAE Estaduais - ABASE
- Associação Brasileira das Instituições Financeiras de Desenvolvimento – ABDE
- Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras – ANPEI
- Associação Nacional das Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas – ANPROTEC
- Banco do Brasil - BB
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
- Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil - CACB
- Caixa Econômica Federal – CEF
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA
- Confederação Nacional do Comércio Bens, Serviços e Turismo – CNC
- Confederação Nacional da Indústria – CNI
- Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC.

³³ O SEBRAE possui dois tipos de profissionais: os profissionais efetivos do SEBRAE que entram na instituição mediante um processo seletivo e os “facilitadores”, que não possuem vínculo empregatício com o SEBRAE, mas que estão ligados às instituições credenciadas, como as prefeituras, associações comerciais, entidades de pesquisa (universidades, centros e instituto de pesquisa) e demais empresas jurídicas terceirizadas.

Em seu Conselho Deliberativo o SEBRAE Nacional conta com entidades de classe de grande expressão política, bem como importantes órgãos públicos que compõem o SEBRAE desde o seu surgimento, como o caso do BNDES e Banco do Brasil, bem como instituições de fomento em pesquisa e tecnologia como ANPEI e APROTEC, revelando que o SEBRAE ainda mantém sua função inicial de promover a modernização econômica junto as MPES.

Além do Conselho Deliberativo, o SEBRAE Nacional é composto por um Conselho Fiscal (que assessora o CDN quanto a gestão contábil, financeira e patrimonial), o Gabinete do CDN, a Presidência e duas diretorias (uma executiva e outra técnica). Dentro da presidência e das diretorias existem diversas unidades especializadas para garantir o funcionamento da rede. Ao todo a sede da entidade conta com 21 unidades distribuídas entre a presidência (6 unidades), a diretoria técnica (9 unidades) e a diretoria administrativa e financeira (6 unidades).

Fluxograma 1- Unidades que Compõem o SEBRAE- Nacional



Fonte: SEBRAE. Elaborado pela autora.

Figura 1 - Sede do SEBRAE Nacional em Brasília



Fotografia realizada pela autora em 2009.

Figura 2- Unidade de Tecnologia da Informação do SEBRAE-NA.



Fotografia realizada pela autora em 2009.

Enquanto cabe ao SEBRAE Nacional definir o direcionamento estratégico da entidade, cabe as unidades estaduais executar os projetos e ações de acordo com as diretrizes nacionais. Em muitos casos, a unidade estadual cria determinados programas que depois de aprovados pela sede controladora em Brasília, torna-se modelo para todo o país. Em entrevista com o funcionário Alexandre Magalhães Lopes do SEBRAE Nacional, fica evidenciado certo incômodo com relação à autonomia das unidades estaduais, sobretudo com relação à unidade paulista detentora de grande parte das verbas públicas destinadas ao sistema. Para Alexandre Magalhães Lopes “a unidade São Paulo não dá ouvidos ao SEBRAE Nacional”, formulando projetos e iniciativas independentes.

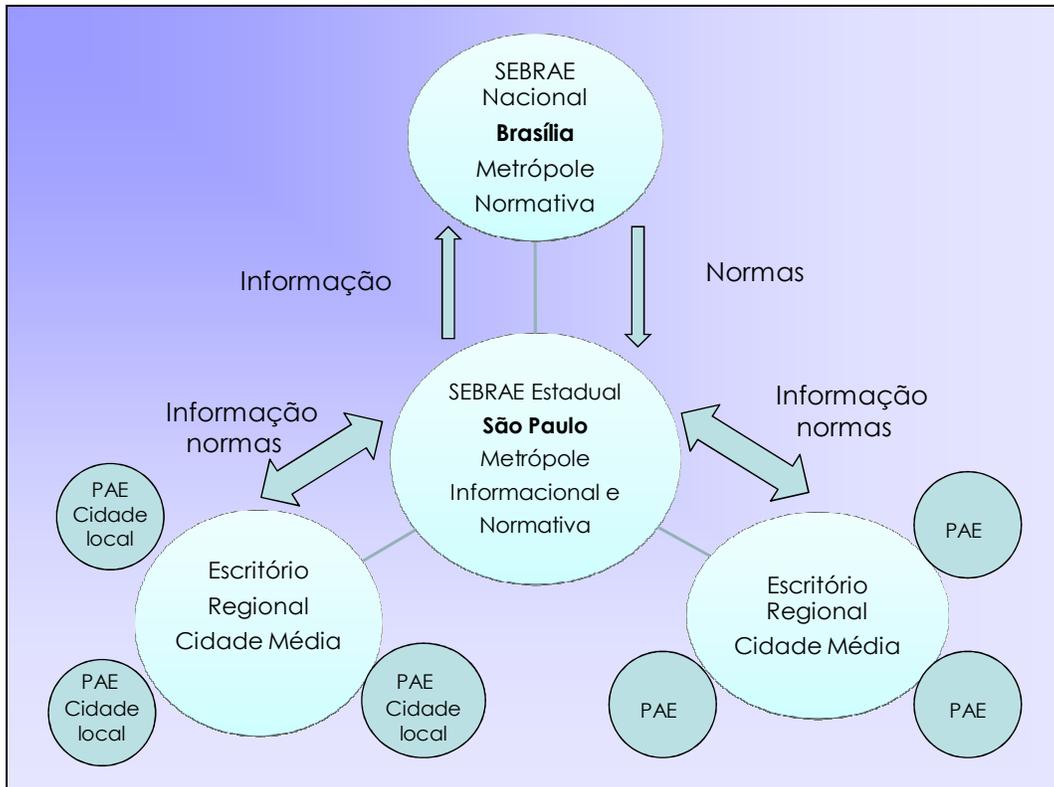
Mesmo com a aprovação do SEBRAE Nacional, constata-se que os projetos da unidade São Paulo são dotados de certa autonomia e especificidade quando comparado com as demais unidades estaduais, cujo perfil é mais conformado as normas provenientes de Brasília. Haja vista, as iniciativas dos Postos de Atendimento ao Empreendedor (PAEs) e do Prêmio Prefeito Empreendedor que foram desenvolvidos pelo SEBRAE-SP, tornando-se, posteriormente, referência para todo sistema nacional. Como afirmou Lopes, “o SEBRAE-SP é uma unidade mais madura... mais forte... mas não é a realidade do país”.

É no SEBRAE-SP que as informações produtivas são recriadas e reproduzidas por uma equipe de *expertise* localizada na cidade de São Paulo: “a metrópole informacional e normativa” (Santos, 1994: 90 e Silva Bernardes, 2001: 36). É em São Paulo que os programas de consultoria são formulados, selecionados e adequados à realidade de cada região, sendo posteriormente executados pelos seus escritórios regionais, localizados nos centros urbanos mais dinâmicos do Estado.

De certa forma, o SEBRAE refuncionaliza as cidades paulistas equipando-as com objetos e ações funcionais para reproduzir e transmitir informações. As cidades locais e médias que antes eram “as cidades dos notáveis” (Santos, 1994) compostas por padres, juízes e comerciantes se transformam em cidades econômicas, onde são imprescindíveis as novas ocupações e estruturas informacionais, tais como os postos do SEBRAE.

Sob o território paulista, o sistema SEBRAE conta com a influência indireta do SEBRAE Nacional, tendo como pólo de decisão a unidade Estadual localizada na capital. De lá são enviadas informações que chegam aos escritórios regionais como Campinas, Piracicaba, Jundiaí e outras cidades regionais, que transmitem as informações para as cidades locais, onde encontram os Postos de Atendimento ao Empreendedor (PAEs).

Fluxograma 2- A Rede Urbana e os Fluxos de Informação do SEBRAE

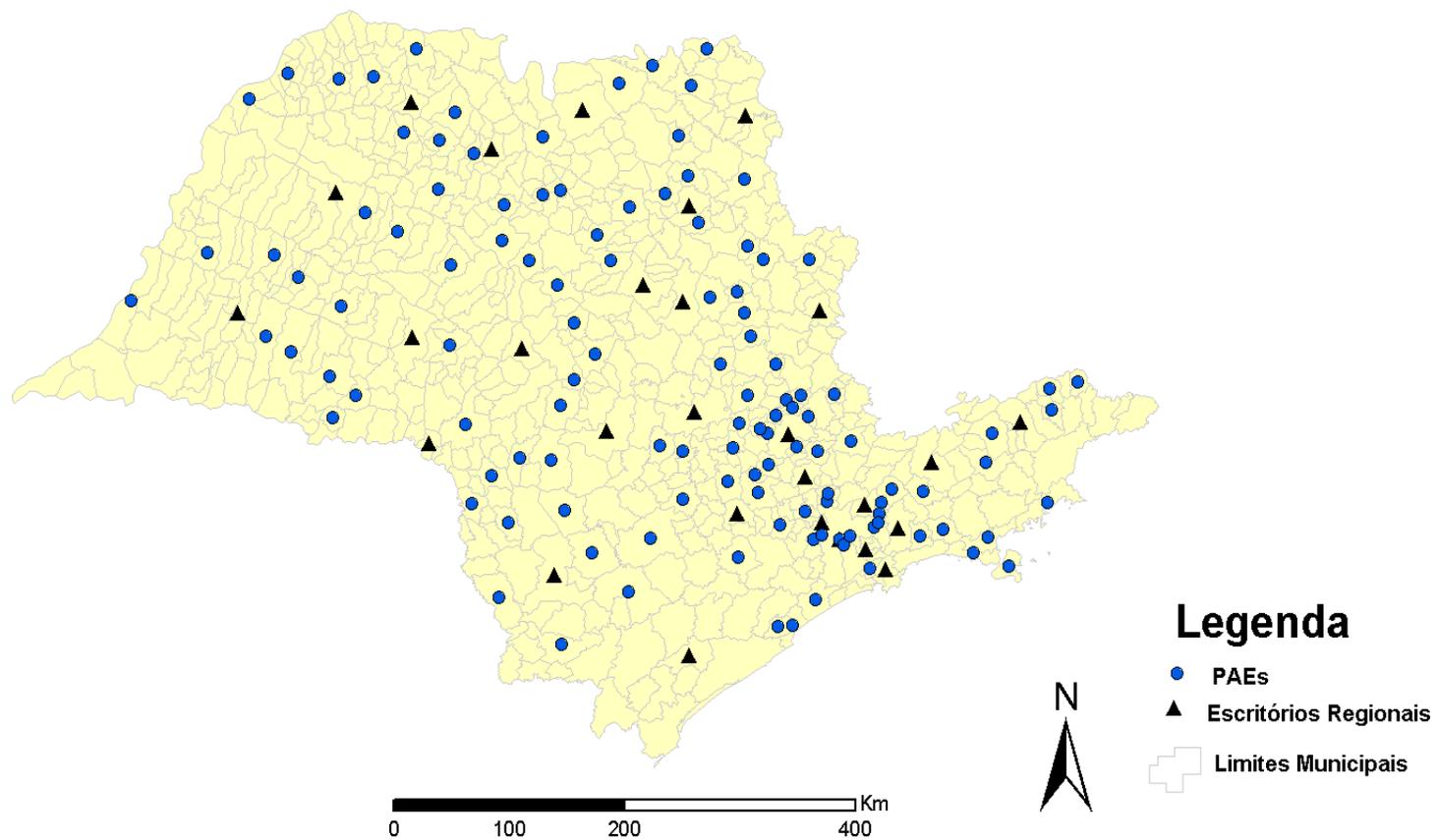


Fonte: Organizado pela autora.

Ao observarmos o esquema hipotético acima esboçado, podemos notar que tal funciona parcialmente, já que muitas vezes as relações informacionais não chegam a atingir o topo da hierarquia ocupado pelo SEBRAE Nacional. Como já mencionamos anteriormente, pelo fato de existir certa disputa política entre a unidade nacional e a unidade estadual São Paulo, grande parte das informações e normas que são aplicadas nos postos do interior paulista é originada na sede estadual, sem a participação de Brasília. Nota-se ainda, que no Estado de São Paulo os fluxos informacionais compostos por consultores, normas, idéias e projetos institucionais são mais intensos

entre a sede Estadual e seus escritórios regionais que polarizam um conjunto de demandas provenientes dos PAEs.

Mapa 5 – Unidades SEBRAE no Estado de São Paulo- 2008



Só no Estado de São Paulo existem atualmente 31 Escritórios Regionais (ERs) e 122 PAE(s). Estes últimos foram criados a partir de novembro de 2003, sendo Assis, no interior paulista, o primeiro município a instalar o posto (Matias, 2006). A fim de revestir o antigo balcão SEBRAE com uma nova denominação mais moderna, o SEBRAE São Paulo passou a difundir esta denominação por todo Estado. Constituídos por pelo menos três entidades, os postos do SEBRAE funcionam por meio das parcerias entre prefeituras, sindicatos, associações e entidades de classe. Compete às entidades associadas a fornecer os locais, as infra-estruturas e os funcionários do posto, enquanto que ao SEBRAE cabe promover o treinamento aos funcionários e oferecer os programas especializados aos pequenos empresários.

Em São Paulo, os serviços do SEBRAE também se localizam nas áreas onde há maior concentração de MPEs. A região metropolitana de São Paulo concentra cerca da metade destes estabelecimentos, sendo portanto, o lugar onde há maior concentração de postos da agência. Além da sede estadual, a Região Metropolitana de São Paulo abriga 17 PAES.

Tabela 14- Localização das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) no Estado de São Paulo- 2004		
Região	Unidades de MPEs	%
Região Metropolitana de São Paulo	759.137	49
Campinas	107.633	7
Ribeirão Preto	53.845	3
Santos	50.072	3
Sorocaba	45.376	3
São José do Rio Preto	35.040	2
São José dos Campos	30.414	2
Jundiaí	26.172	2
Franca	24.790	2
Bauru	23.679	2

Fonte: Observatório da MPEs/ SEBRAE-SP

Nota-se ainda, que a presença da tecnoestrutura oferecida pelos postos SEBRAE se apresenta mais intensa nos municípios cujos territórios estão mais adaptados as exigências da modernidade globalizadora. Enquanto quase não existem postos na região do Vale do Ribeira e do Pontal do Paranapanema, uma das mais pobres do Estado, nota-se que na região da macrometrópole paulista (composta pela Região Metropolitana de Campinas e São Paulo) há uma grande concentração dos mesmos.

Os pequenos empresários localizados nos municípios não atendidos pelos PAEs e que desejam participar de uma consultoria presencial devem se dirigir aos seus respectivos escritórios regionais para se informar ou obter os serviços oferecido pela agência. Cada escritório comanda um conjunto de PAES circunscritos por uma região delimitada pelo SEBRAE Estadual.

Os PAEs não desenvolvem programas, funcionando apenas como um fixo que recepciona os pequenos empresários, informando-os sobre os cursos, palestras e programas oferecidos pelo SEBRAE. Muitas vezes, tais cursos e palestras são realizados no próprio PAE, mas com o suporte das equipes de profissionais vinculadas ao escritório regional e sede estadual.

Conforme a especificidade do problema apresentado pelo empresário, este é direcionado ao escritório regional para que este seja submetido aos seus serviços de consultorias. É no escritório regional que os serviços mais requintados serão oferecidos aos microempresários.

Se por um lado a sede Estadual elabora os programas e projetos, concebendo as informações produtivas que serão repassadas, por outro, os escritórios regionais executam tais programas, lidando com a realidade empírica trazida pelos microempresários de cada região. Daí serem os escritórios regionais importantes centros de informações empíricas, acumulando ao longo dos anos diversos estudos e pesquisa sobre as MPEs.

Além de direcionar os microempresários aos escritórios regionais, cada PAE tem a disposição pelo menos um funcionário com formação em administração de empresa, que tem a função de iniciar e encaminhar para a sua sede regional os processos de orientação empresarial.

Em nossas visitas técnicas, pudemos notar que os PAEs, assim como as demais unidades do SEBRAE contam com uma infra-estrutura simplificada de escritórios, onde o trabalho informacional e sua divulgação se tornam o cerne dos serviços oferecidos. Na maioria dos PAEs visitados, pudemos observar que a infra-estrutura é composta basicamente por três elementos: computadores, mesas e cadeiras. Somente na sede estadual e nacional constatamos a presença de escritórios mais equipados com a existência de auditórios e bibliotecas para consulta presencial.

Se na sede estadual ocorre a concepção e reelaboração das informações provenientes de fora, no escritório regional os serviços oferecidos reproduzem as informações da sede estadual, delegando aos PAEs apenas a função de encaminhar e divulgar os serviços oferecidos pela agência.

Contudo, não restam dúvidas que aos PAEs cabem ainda uma função primordial, que vai além da assistência ao pequeno empresário. Ao fortalecer a relação política entre o SEBRAE e os governos municipais, os postos tornam-se ferramentas políticas importantes, uma vez que se fazem presentes nas ações públicas oficiais. A simbiose entre poder municipal e o SEBRAE é muitas vezes tão forte que em muitos casos, o posto de atendimento se encontra dentro da própria prefeitura, compartilhando o mesmo local, os mesmos funcionários, bem como as mesmas estratégias políticas das secretarias municipais de desenvolvimento econômico.

Sabe-se que as ações das unidades do SEBRAE sempre estiveram em sintonia com as diretrizes de determinados grupos políticos. Dependendo da escala governamental, as relações com o SEBRAE passam a ser facilitadas ou dificultadas. Haja vista as dificuldades encontradas entre o SEBRAE Nacional e o SEBRAE Estadual paulista, cujos grupos de influência são distintos. A mesma dificuldade também ocorre em nível municipal, já que a instalação do PAE depende do entrosamento entre a prefeitura, as associações locais e o SEBRAE. Não são todos os municípios que são favoráveis a criação do PAEs demonstrando que a dinamização econômica muitas vezes não é o único critério para a instalação de uma unidade SEBRAE.

Figura 3 – Escritório Regional do SEBRAE em Campinas



Fonte: Fotografia realizada pela autora.

Figura 4 – PAE Paulínia Localizado em Prédio Próprio



Fonte: fotografia realizada pela autora.

Figura 5– PAE localizada junto à Secretaria de Desenvolvimento (SED) do Município de Indaiatuba.



Fonte: Fotografia realizada pela autora.

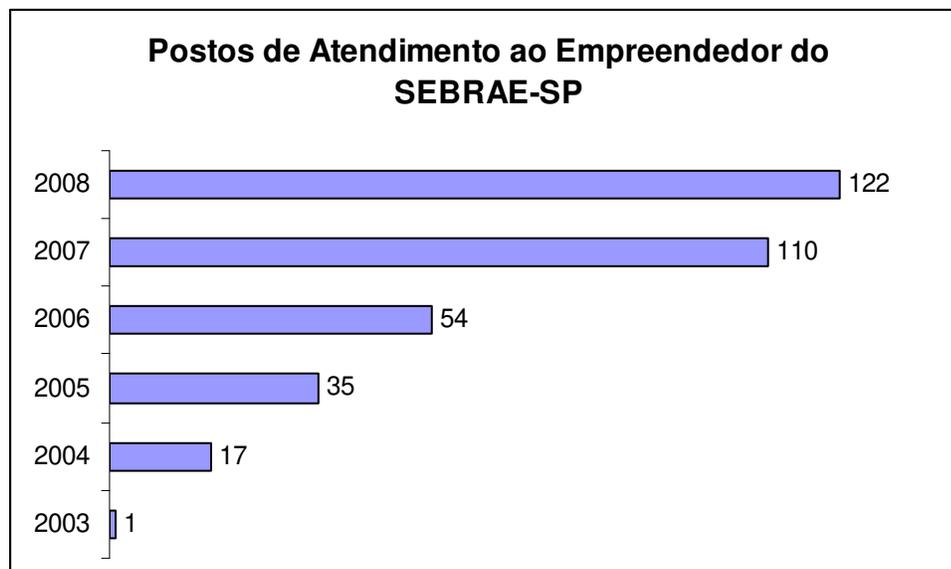
Figura 6 – PAE do SEBRAE em Indaiatuba



Fonte: Fotografia realizada pela autora.

Com o intuito de participar cada vez mais das decisões políticas dos municípios, nota-se que nos últimos anos, o SEBRAE-SP adotou como prioridade ampliar sua rede de postos de atendimento. Veja:

Gráfico 1- PAES do SEBRAE em São Paulo- 2008



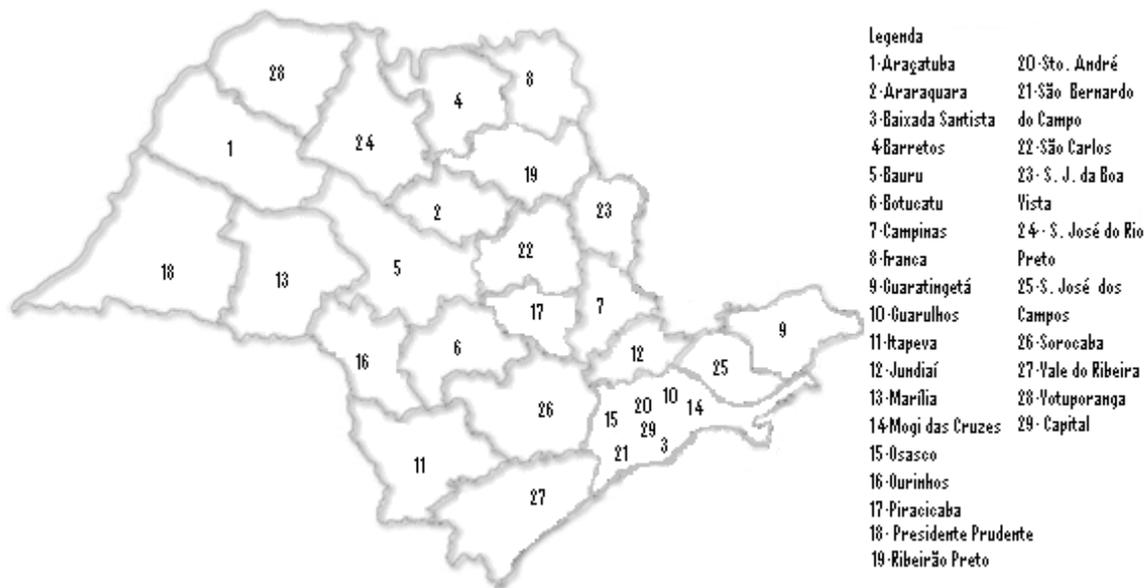
Fonte: SEBRAE-SP

Com a mesma estrutura institucional do SEBRAE Nacional, a unidade estadual de São Paulo possui autonomia administrativa e financeira para decidir quais serão as ações realizadas em todo Estado. Vale destacar que o poder político das entidades de classes que compõem seu conselho deliberativo faz desta unidade SEBRAE uma das mais atuantes em todo o país. Atualmente, as entidades que compõem o conselho do SEBRAE São Paulo são:

- Associação Comercial de São Paulo (ACSP)
- Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras (ANPEI)
- Banco Nossa Caixa S.A.
- Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP)
- Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)
- Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FECOMÉRCIO)
- Fundação Parque Alta Tecnologia de São Carlos (ParqTec)
- Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT)
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE Nacional)
- Sindicato dos Bancos de São Paulo (Sindibancos)
- Superintendência Estadual da Caixa Econômica Federal (CEF)
- Superintendência Estadual do Banco do Brasil (BB)

Outro aspecto que chama atenção na organização espacial do SEBRAE é que cada unidade estadual possui subdivisões territoriais específicas, que nem sempre seguem as subdivisões administrativas internas a cada Estado. Em São Paulo, a unidade estadual é composta por 29 sub-regiões cada uma administrada por um escritório regional, que responde diretamente ao SEBRAE Estadual com sede em São Paulo. Veja:

Mapa 6- Divisões Administrativas do SEBRAE em São Paulo- 2009.

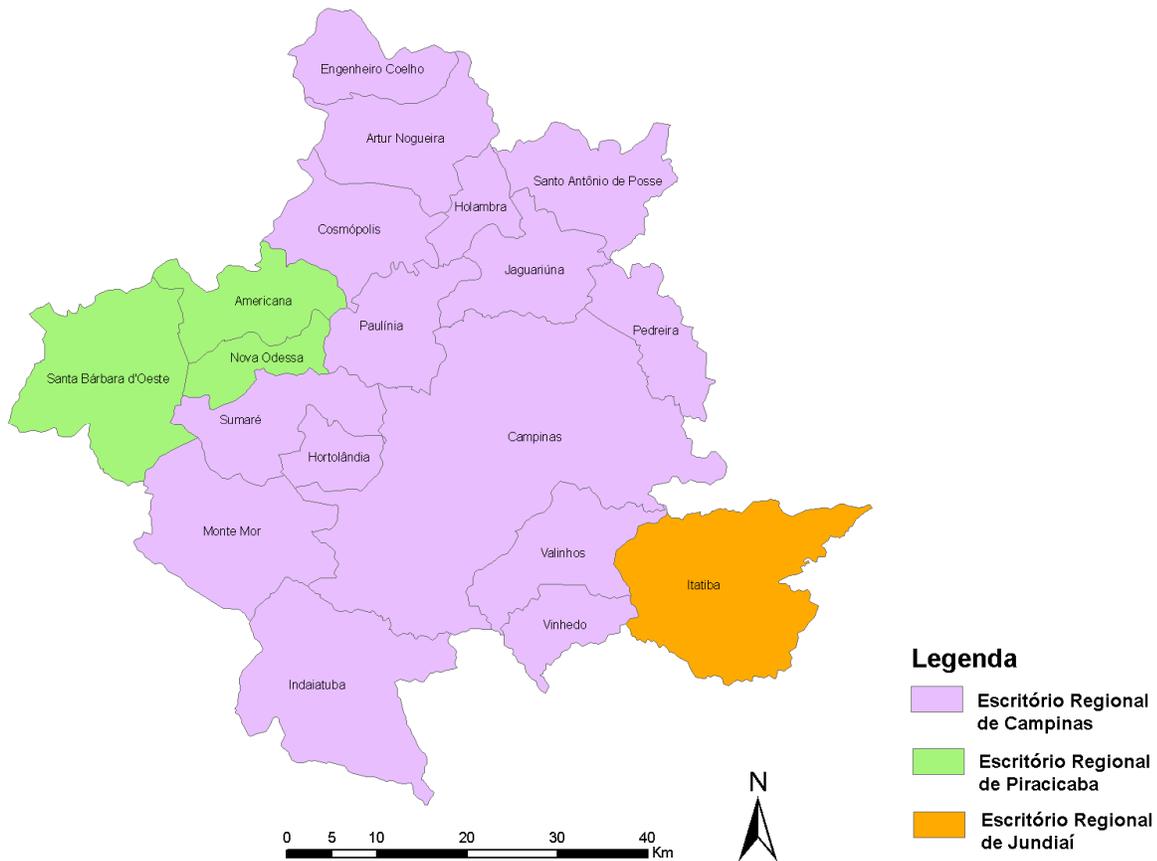


Fonte: Adaptado do SEBRAE-SP

O funcionamento normativo da rede em âmbito estadual ocorre através das sub-regiões estaduais. Estas foram delimitadas conforme a conveniência administrativa do SEBRAE-SP que ao longo dos anos realizou um estudo das “vocações regionais paulista” para agrupar cidades que apresentassem semelhanças econômicas.

Como podemos observar na figura abaixo, o SEBRAE-SP ignora as regionalizações oficiais propostas pelo governo do Estado, propondo uma regionalização funcional e específica aos seus interesses. Se observarmos a Região Metropolitana de Campinas no interior de São Paulo, notamos que tal é subdividida por três regiões do SEBRAE, cada uma com um comando regional diferenciado. Enquanto grande parte dos municípios é controlada pelo escritório regional de Campinas, apenas o município de Itatiba segue os comandos do escritório de Jundiaí. O mesmo ocorre com os municípios de Americana, Nova Odessa e Santa Bárbara que seguem os comandos informacionais e normativos do escritório regional de Piracicaba.

Mapa 7- Regionalização do SEBRAE na Região Metropolitana de Campinas



Fonte: SEBRAE. Organizado pela autora.

Vale ressaltar ainda, que a regionalização sugerida pelo SEBRAE não impede o compartilhamento de projetos inter-regionais. Como pudemos constatar que, em muitos casos, os programas do SEBRAE chegam a envolver mais de uma região. Desse modo, freqüentemente são restabelecidas as “interações espaciais” entre os municípios paulistas, resignificando as fronteiras instituídas por ordem administrativa.

5- A FUNÇÃO INFORMACIONAL DO SEBRAE NO ESTADO DE SÃO PAULO

Criado em função dos interesses da grande empresa, sobretudo das emergentes indústrias de base, o SEBRAE passou a atuar como elemento massificador da informação, garantindo a transferência do conhecimento produtivo aos mais tradicionais e precários agentes da economia brasileira.

Com a intenção de promover a competitividade da pequena empresa, o SEBRAE tomou a informação como a principal ferramenta, já que “todas as ações, projetos, produtos e serviços da instituição têm em consideração que apenas a cultura do aprendizado e do uso do conhecimento pode garantir uma gestão competitiva e eficiente” (SEBRAE, s/d: 15).

Figura 7- Encarte Informativo Distribuído pelo SEBRAE- 2009



Fonte: Fotografia realizada pela autora em 2009.

Ao analisar a procedência das informações que percorre “os círculos de cooperação” promovidos pelo SEBRAE, deparamo-nos com muitas fontes de informações exógenas. Tais são advindas do “circuito superior da economia” (Santos, 1975; 2004) e, portanto, são portadoras de um alto grau de racionalidade e tecnicidade. Dessa forma, o SEBRAE recebe as informações externas e acaba filtrado-as por meio de seus *expertises*. Estes têm a função de reproduzi-las de forma mais simples e acessível para as MPEs.

Grosso modo, os funcionários do SEBRAE se apóiam em três fontes de informações externas para compor seus projetos e programas institucionais. São elas:

- 1) periódicos e revistas especializadas,
- 2) reuniões, feiras e congressos científicos,
- 3) cursos de capacitações.

Atualmente, o SEBRAE, em parceria com a Faculdade Getúlio Vargas, criou sua universidade corporativa, onde são oferecidas as seguintes disciplinas: “Economia aplicada as MPES”, “Elaboração de Projetos Internos”, “Elaboração de Projetos de Atendimento Individual”, “Formação Social e Política do Brasil”, “Intra-empendedorismo e Inovação nas organizações” e “O SEBRAE e as MPES”.

Depois de colher as informações, as equipes de consultores do SEBRAE Nacional e das unidades estaduais, reelaboram as informações produtivas, difundindo-as por diversos meios, dentre os quais:

- Palestras e cursos. Neste, os instrutores SEBRAE fornecem informações para melhorar ou criar estratégias empresariais. As temáticas dos cursos variam conforme as necessidades de cada região e podem ocorrer via web e até mesmo em escolas de ensino médio e fundamental.
- Publicações informativas. Além de sua biblioteca e seu acervo virtual, o SEBRAE publica revistas, manuais e jornais sobre os temas mais decorrentes do segmento.
- Encontros de negócios. Por meio das “rodadas de negócios”, feiras e consórcios, o SEBRAE reúne vendedores e compradores afins com a intenção de estimular novas oportunidades de negócios.
- Implantação de projetos e “parcerias”. Neste caso, o SEBRAE visa interferir na realidade da empresa através das consultorias.
- Prêmios e concursos, cuja intenção é estimular a criação de um ideário empresarial junto aos governantes municipais, estudantes e empresários.

Como aponta Drucker (1989:182), ultimamente as empresas vêm requerendo informações claras e objetivas para que possam ser convertidas em ações específicas. Neste sentido, o SEBRAE colhe, seleciona e distribui as informações, fornecendo a MPES o que eles chamam de “Inteligência Competitiva”. Esta tem a função de facilitar

as operações administrativas, difundir as tendências e oportunidades de mercado, promover o planejamento, além de resolver as dificuldades de ordem tecnológica e gerencial que envolve as MPEs.

“Hoje se faz necessário que os dados e as informações relevantes ao negócio sejam organizados de forma prática e acessível. Essas informações reunidas e analisadas apoiarão todos os níveis da empresa e, principalmente, auxiliarão os tomadores de decisão no momento de definir suas estratégias. A este processo de identificação, coleta, análise e disseminação das informações do ambiente de negócio com o objetivo de orientar a tomada de decisões é que denominamos de Inteligência Competitiva” (Gomes, 2007:7).

Vê-se que a informação é um recurso necessário ao ambiente empresarial, pois auxilia os empresários na tomada de decisão, na criação de inovações e no monitoramento do ambiente externo que se apresenta cada vez mais complexo e globalizado.

Tomando-se por base a cientifização da produção e dos territórios, tornou-se inevitável modernizar as MPE para que estas pudessem corresponder adequadamente às necessidades do mercado contemporâneo. Nesta perspectiva, cabe ao SEBRAE difundir as informações produtivas, adequando, de certa forma, as MPEs brasileiras à “unicidade técnica³⁴” (Santos, 2000).

Persuadidas, muitas empresas se adaptaram a um sistema unificado de técnicas e normas, garantindo a padronização de sua produção conforme as exigências do grande capital internacional. Para Donadone (2001:77-79), o processo de padronização da produção ocorre por meio de um “isomorfismo coercivo e mimético”. Enquanto o isomorfismo coercitivo ocorre quando as empresas são pressionadas a se adaptarem a determinados padrões hegemônicos (como no caso das normas da ISO), no isomorfismo mimético, a reprodução das práticas gerenciais alheias e bem sucedidas, surge como solução mais segura diante das incertezas do mercado.

³⁴ É por meio da informação que os sistemas técnicos se combinam dando origem a “uma unicidade técnica” (Santos, 2000: 24) que padroniza e hegemoniza determinadas técnicas não-hegemônicas, tornando-as iguais e universais em qualquer lugar do mundo com o propósito de alimentar a mais-valia global, ou seja, “o motor único” (Santos, 2000: 29) gerado pelas ações hegemônicas.

Neste sentido, podemos afirmar que uma das funções do SEBRAE é contribuir com a realização de um isomorfismo coercitivo e mimético. Desde que foi criado no início dos anos 70, o SEBRAE iniciou uma fase de afirmação do seu papel institucional, buscando treinar e capacitar seus funcionários conforme metodologias e programas desenvolvidos fora do país. Nos anos 90, dadas as mudanças éticas e normativas instauradas pela reestruturação produtiva, o isomorfismo mimético realizado pelo SEBRAE foi incrementado pela cooptação do conceito de empreendedorismo.

Cunhado inicialmente pelo economista Joseph Schumpeter, em 1911, o termo “empreendedor” tornou-se o principal elemento discursivo do capitalismo flexível, estimulando a criação de novos produtos e métodos de produção. Para Schumpeter (1961:102), “alguém só é um empreendedor quando realmente, empreende novas combinações”. Isto é, o empreendedor é aquele sujeito que assume riscos e que tem “o ímpeto de lutar, de provar-se superior aos outros, de vencer,...” (Ibid. 128).

Tomando a perspectiva schumpeteriana, o SEBRAE (1995: 2) define que o papel do empreendedor é justamente o de estabelecer novos patamares econômicos e tecnológicos, sempre na busca do lucro e de realização profissional. Dado seu papel de propulsor de inovações, Veiga assegura que:

“São os empreendedores os principais agentes da mudança econômica, pois são eles que geram disseminam e aplicam inovações. Ao procurarem identificar as potenciais oportunidades de negócios e assumirem os riscos de suas apostas, eles contribuem tanto para um maior uso dos recursos disponíveis, quanto para expansão das fronteiras da atividade econômica” (Veiga 2002:9).

Ora, para que o empreendedorismo exista, é necessário que o empresário se torne empreendedor. O empreendedorismo torna-se uma incumbência exclusiva do empresário, deixando de fora as condições sócio-espaciais que estruturam as relações econômicas e políticas, bem como os condicionantes históricos da sociedade em movimento.

Vê-se que o empreendedorismo apresenta-se como uma qualidade inerte e intrapessoal, descomprometendo o Estado, as grandes empresas e até mesmo o

SEBRAE pelo fracasso ou sucesso dos negócios empreitados pelas MPEs. Restringindo seu conteúdo sob a clivagem de uma ética individualista e comportamental, o empreendedorismo fez do capital humano o elemento central na geração do valor sócio-econômico (Cypriano, 2008; Maximo e Melo, 2008).

Penna Dias (2006: 47) acrescenta ainda que o empreendedorismo discursa sobre o auto-emprego, convencendo cada indivíduo a ser autônomo e a construir o seu próprio emprego, em função das poucas vagas existentes no mercado de trabalho. Sem ter a solução para garantir o desenvolvimento das MPEs, o SEBRAE se lança ao discurso do auto-empendedorismo, ocultando a ausência de políticas e soluções voltadas para este segmento.

“O que fica expresso no discurso apologético do SEBRAE é que a saída é individual, cabendo as pessoas se adequarem ao mercado, aprimorando seus talentos, enquanto saída única para resolver o problema do desemprego. É adquirindo competências que o indivíduo poderá dotar-se de empregabilidade como forma de tornar-se empregado ou adquirir competências que impliquem na oportunidade de empresariar a si mesmo no formato de empreendedorismo” (Penna Dias, 2009).

Para Gorz (2005: 23-24), com o advento do auto-empendedor, “a pessoa deve, para si mesma, tornar-se uma empresa” e para tanto, cada trabalhador deve cuidar de seu capital humano, investindo em cursos de formação que proporcionem o aperfeiçoamento permanente de seus conhecimentos. Segundo o autor, a vida tornou-se *Business*, pois cada sujeito deve tomar para si a responsabilidade de viabilizar a competitividade de sua empresa. Mais do que uma sociedade do conhecimento baseada na ciência e tecnologia, Gorz (2005) assegura que vivemos numa sociedade da inteligência, em que a ciência e o saber local (presente nas qualidades individuais de cada trabalhador) deverão ser mobilizados para a produção da mais valia.

Vê se que o empreendedorismo é antes de tudo uma ideologia que chega as MPEs na forma de informação produtiva. Reproduzida pelo SEBRAE, a informação

sobre o empreendedorismo é acomodada junto as MPEs, criando uma “psicosfera”³⁵ (Santos, 1996; 2002: 255) que cabalmente impulsionará novas demandas por informações especializadas. Isso ocorre porque o empreendedorismo convence os pequenos empresários a inovar seus processos administrativos, utilizando para isso os programas elaborados pelo SEBRAE que oferecem informações prontas e segmentadas conforme a necessidade de cada empresário.

O empreendedorismo se configura como uma “informação ideologizada” (Santos, 2000: 39-49), isto é, uma informação manipulada que institui um discurso que antecede a ação. Em seu “discurso de fabulações”, (Santos, 2000:18), o empreendedorismo nos convence que é mediante o protagonismo individual que o desemprego estrutural poderá ser resolvido.

Embora o SEBRAE não tenha a função exclusiva de produzir ou conceber informações produtivas, notamos que a instituição exerce uma importante função na reprodução e difusão das mesmas, bem como na sedimentação de uma “psicosfera produtiva” que forja um conformismo político capaz de alisar as “rugosidades” (Santos, 1996; 2002) territoriais em função dos interesses globais. Sem contrapartida, o empreendedorismo destaca a necessidade de participar da racionalidade dominante, contribuindo para a construção de uma “nação passiva” (Santos, 1999c), onde a insatisfação dos trabalhadores é rotulada como um problema individual decorrente da ausência de um espírito empreendedor.

A idéia do despreparo e da incapacidade produtiva do pequeno empresário relatada por Rattner no final da década de 70 ainda persiste³⁶ e rege as ações da agência SEBRAE, utilizando para tal uma nova rotulagem baseada na “cultura empreendedora”. Esta, por sua vez, é um discurso que legitima as ações do SEBRAE ao longo de sua existência, sem nos deixar perceber que sua ação está sendo realizada segundo os interesses hegemônicos.

³⁵ Segundo Santos (1996; 2002:255-257), a psicosfera é o reino das idéias e das crenças, representando o conteúdo das relações sociais e o conjunto dos comportamentos que regem as ações humanas.

³⁶ A eternização da incapacidade produtiva das MPEs torna-se uma ideologia, pois não considera a natureza dialética da sociedade, imobilizando as estruturas sociais criadas na década de 70, arrastando-as até o presente. Como nos lembra Chauí (1981), a petrificação do tempo só é alcançada senão por meio da ideologia. Esta não tem história, pois não acompanha o movimento da sociedade. “Na ideologia as idéias estão fora do tempo, embora a serviço da dominação presente” (Chauí, 1981:5).

“O fato da ação do SEBRAE ser dirigida para o pequeno e não pelo pequeno, não apenas os colocam em posições diferentes, mas obriga a agência a, permanentemente, buscar legitimar sua ação” (Cypriano, 2004: 272). A legitimação das ações do SEBRAE, que ocorrem mediante o empreendedorismo, aduz um discurso exortativo, mas que, ao final abandona as MPEs a própria sorte, sem se responsabilizar pelas conseqüências finais desse processo. Trata-se do “discurso competente” (Chauí, 1981:12), cujas idéias baseiam-se em formulações já instituídas e portadoras de um conservadorismo que não solicita nenhuma mudança na consciência social. Criado pelas elites e “santificado” por alguns cientistas, o discurso competente parte da concepção de que a maioria dos pequenos empresários é incapaz de agir economicamente, daí precisarem dos programas de formação e orientação do SEBRAE para nortear suas ações.

Nos últimos anos, o SEBRAE desenvolveu uma série de consultorias e palestras tratando sobre o empreendedorismo, como no caso do Programa Brasil Empreendedor e o Programa de Formação de Jovens Empreendedores.

Durante o início do século XXI, o SEBRAE que até então só oferecia produtos e serviços destinados às MPEs, passou a atuar junto ao setor público municipal, iniciando uma nova fase institucional baseada no planejamento regional das cadeias produtivas (Marco, 2003: 85). Neste momento, o SEBRAE aperfeiçoou seu conceito de empreendedorismo, deslocando sua ênfase schumpeteriana (de caráter individual), para um “empreendedorismo compartilhado” baseado no capital social e no desenvolvimento territorial. (Penna Dias, 2006:87).

Mais abrangente que o empreendedorismo schumpeteriano, o empreendedorismo compartilhado, denominado por Harvey (1996) e Compans (2005) de “Empreendedorismo Urbano” se volta para as questões territoriais, atrelando ao discurso do desenvolvimento regional as urgências normativas relacionadas às MPEs. Trata-se de um discurso que visa criar uma “cultura empreendedora” capaz de influenciar tanto os órgãos públicos municipais, como as pequenas empresas no sentido de adequá-las aos padrões do mercado hegemônico.

Ao criar uma psicofera produtiva a partir de uma informação ideologizada traduzida sob o contexto do empreendedorismo, o SEBRAE cria junto aos empresários

e prefeituras a necessidade de adquirir novas informações que serão fornecidas pela própria agência por meio de suas consultorias e ações territoriais.

Veja que se no início de sua atuação, o CEBRAE fornecia, sobretudo, a “informação-monetária” para fins de financiamento de projetos. Posteriormente, com a criação do novo SEBRAE, a entidade passou a fornecer às MPEs uma “informação-tecnológica”, seguida de uma “informação-gerencial” ambas voltadas às questões da produção e gerenciamento empresarial. Foi somente com o aprofundamento do Estado neoliberal que o SEBRAE se lançou ao fornecimento de uma “informação-territorial” utilizada para ampliar a “arena de atuação” das empresas, mas sobretudo, para orientar o poder público municipal na gestão e organização dos territórios, revelando que a condição espacial é fundamental para a concretização da economia.

Partindo do pressuposto de que o espaço geográfico é uma “instância social” (Santos, 1978), que contém e é contido pela sociedade, e sabendo que o território é o resultado empírico de um sistema de objetos e ações permeado por relações conflituosas que se acumulam e se modificam ao longo da História (Santos, 1996; 2002: 109), faz sentido entendermos que a informação-territorial evidencia uma gama de indicativos sócio-espaciais portadores de intencionalidades. Ao revelar a organização espacial e sua “realidade projetiva” (Isnard, 1982), a informação- territorial demonstra a lógica que respalda a organização do espaço, proporcionando maior precisão as ações hegemônicas.

Dada a complexidade da realidade espacial, a informação- territorial traz consigo uma multiplicidade de conteúdos que vai desde as descrições dos sítios geográficos às dimensões mais estruturais da realidade sócio-espacial. Esta realidade quando sintetizada na forma de informação apresenta uma sobreposição de dados, que revelam o funcionamento do território, possibilitando seu uso estratégico.

Assim, se pinçássemos a totalidade espacial, uma infinidade de informações poderiam ser retirada e segmentada, tornando-se uma fonte de recursos tanto para os agentes econômicos como para os órgãos municipais, que incorporaram a racionalidade empresarial junto à administração pública. A diferença é que a informação- territorial além de conter informações produtivas, incorpora também o saber local advindo dos lugares. Antes de ser segmentada, a informação-territorial se depara

com a totalidade sócio-espacial que abriga os embates entre as normas locais (horizontais) e as globais (verticais).

Visto isto, podemos entender que a informação territorial é mais abrangente que a informação produtiva, pois leva em conta as relações espaciais que compõem o cotidiano do lugar, numa tentativa de controle e capitalização das mesmas para fins verticalizantes. É por meio da informação-territorial que o SEBRAE vem estimulando a formação de associativismos empresariais e a implantação dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) ³⁷, que utilizam as relações horizontais e o saber local para estimular a divisão territorial do trabalho das regiões. Em resumo, a informação-territorial busca nas “horizontalidades” (Santos, 1996; 2002) componentes agregadores para a produção.

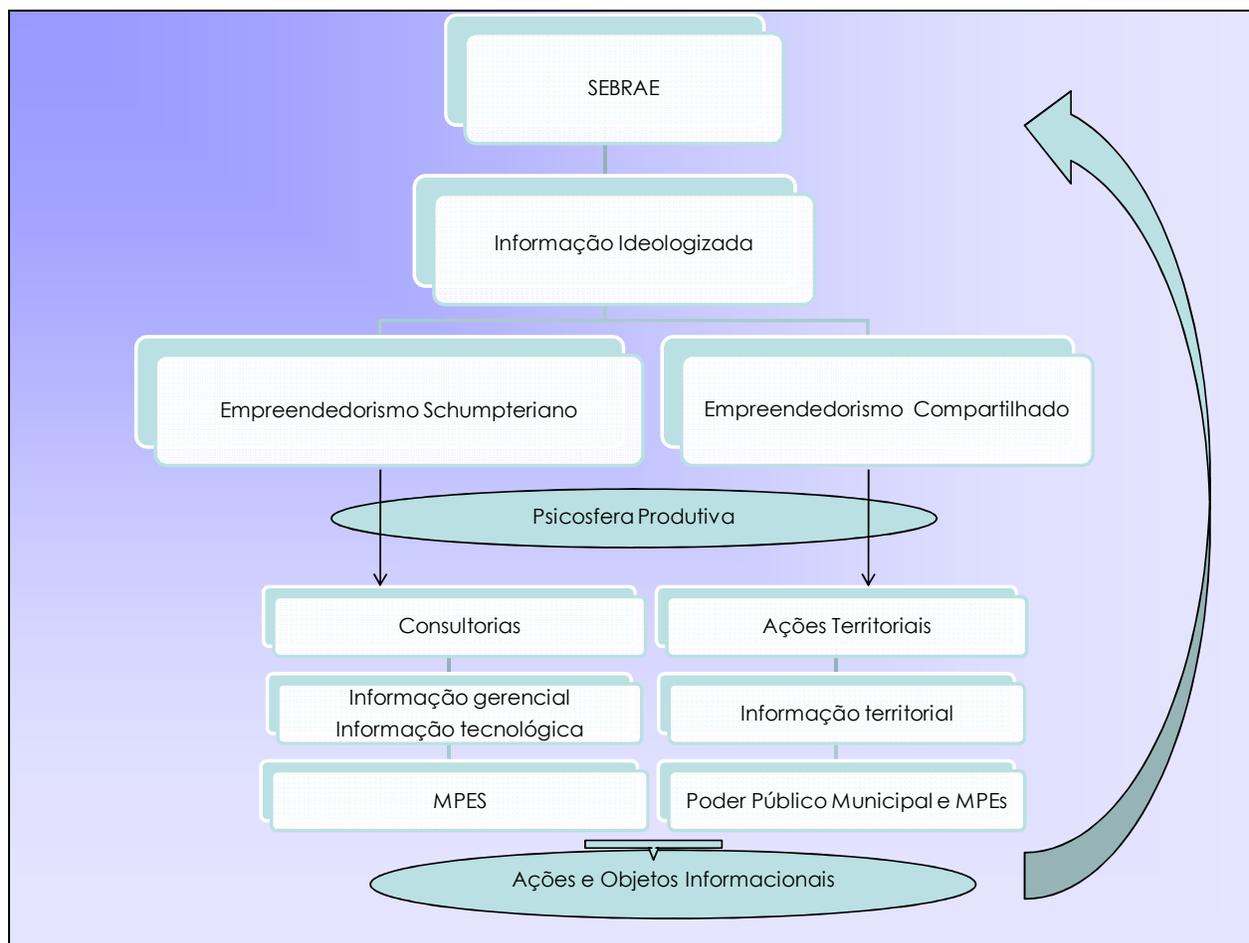
³⁷ Para o SEBRAE (2008), os “Arranjos Produtivos Locais são aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação/interação/cooperação/aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa”.

Quadro 2 - Tipos de Informações Difundidas pelo SEBRAE desde a sua Criação								
Ano	Tipo de Informação	Conteúdo						
1972	Informação-monetária	<ul style="list-style-type: none"> • Dados numéricos (montantes de recursos, juros e prazos) • Conhecimento científico • Normas para o financiamento 						
1980	Informação- técnicas (gerencial e tecnológica)	<ul style="list-style-type: none"> • Racionalidade produtiva • Conhecimento científico • Normas de produção • Normas de gerenciamento • Transferência de tecnologias 						
2002	Informação- territorial	<ul style="list-style-type: none"> • Informações híbridas resultantes dos: <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="text-align: center; padding: 5px;">Saberes locais</td> <td style="text-align: center; padding: 5px;">+</td> <td style="text-align: center; padding: 5px;">Conhecimentos</td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;"> <ul style="list-style-type: none"> -Proveniente do cotidiano -Experiências e práticas humanas -Intuição e hábitos -Emoção -Relações comunicativas </td> <td></td> <td style="padding: 5px;"> <ul style="list-style-type: none"> -Proveniente da ciência -Conteúdos formalizados e objetivos -Socialmente construído -Razão -Relações informacionais </td> </tr> </table> 	Saberes locais	+	Conhecimentos	<ul style="list-style-type: none"> -Proveniente do cotidiano -Experiências e práticas humanas -Intuição e hábitos -Emoção -Relações comunicativas 		<ul style="list-style-type: none"> -Proveniente da ciência -Conteúdos formalizados e objetivos -Socialmente construído -Razão -Relações informacionais
Saberes locais	+	Conhecimentos						
<ul style="list-style-type: none"> -Proveniente do cotidiano -Experiências e práticas humanas -Intuição e hábitos -Emoção -Relações comunicativas 		<ul style="list-style-type: none"> -Proveniente da ciência -Conteúdos formalizados e objetivos -Socialmente construído -Razão -Relações informacionais 						

Fonte: Organizado pela autora.

Vê-se que antes mesmo do fornecimento das informações-territoriais e das informações- técnicas (segmentadas e voltadas exclusivamente as MPEs), o SEBRAE difunde a idéia do empreendedorismo, convencendo os agentes públicos e privados da necessidade de adquirir novas informações produtivas. Tal processo forma um ciclo vicioso que requer cada vez mais informações especializadas à medida que os objetos e ações se tornam cada vez mais refinados pelo conteúdo informacional.

Fluxograma 3 - A Função Informacional do SEBRAE



Fonte: elaboração realizada pela autora.

Dentre os programas do SEBRAE que difundem o empreendedorismo compartilhado estão:

- O Curso “Projeto Empreender”, que difunde os preceitos da inovação;
- O curso “SEBRAE Ideal” que estimula os participantes a pensar o município de forma estratégica, desenvolvendo um projeto de empreendedorismo para seus respectivos municípios;
- O curso “Liderar” voltado para estimular a liderança através da concretização de ações na sociedade;
- O curso “Planejamento Estratégico” que possibilita ao participante pensar o município de acordo com os pressupostos da administração gerencial;

e) O Prêmio “SEBRAE Prefeito Empreendedor Mário Covas” que seleciona e premia os municípios inscritos conforme suas ações voltadas ao estímulo do empreendedorismo compartilhado.

Apoiando-se na avaliação anual do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM)³⁸ elaborada pela Babison College (Estados Unidos), o SEBRAE-SP criou o “Prêmio SEBRAE Prefeito Empreendedor, que se tornou uma referência nacional para avaliar as regiões empreendedoras. Encabeçado pelo Estado de São Paulo, o prêmio tem por objetivo divulgar e homenagear as prefeituras que foram capazes de gerar emprego e promover o desenvolvimento territorial por meio do empreendedorismo. Como mostra o SEBRAE (2005:84), cada projeto inscrito ao prêmio é analisado de acordo com os seguintes quesitos:

- Legislação Municipal que promova um tratamento diferenciado para as MPEs;
- Infra- estrutura de Apoio às MPEs;
- Desenvolvimento de Novos Mercados para a Produção Local;
- Criação de Mecanismos que facilitem o acesso ao Crédito e à Capitalização;
- Acesso das MPEs à inovação tecnológica;
- Capacitação de Recursos Humanos;
- Estímulo a Cooperação/Associativismo

³⁸ Trata-se de uma avaliação anual realizada desde 1999 que classifica os países conforme o grau de empreendedorismo. A avaliação utiliza uma série de critérios (ver página 115 em anexo) que cabalmente demonstram que os países com baixos níveis de empreendedorismo são conseqüentemente levados a um baixo crescimento econômico.

Figura 8- Premiação da Quinta Edição do Prêmio SEBRAE Prefeito Empreendedor.



Fonte: Revista Conexão SEBRAE (2009: 30)

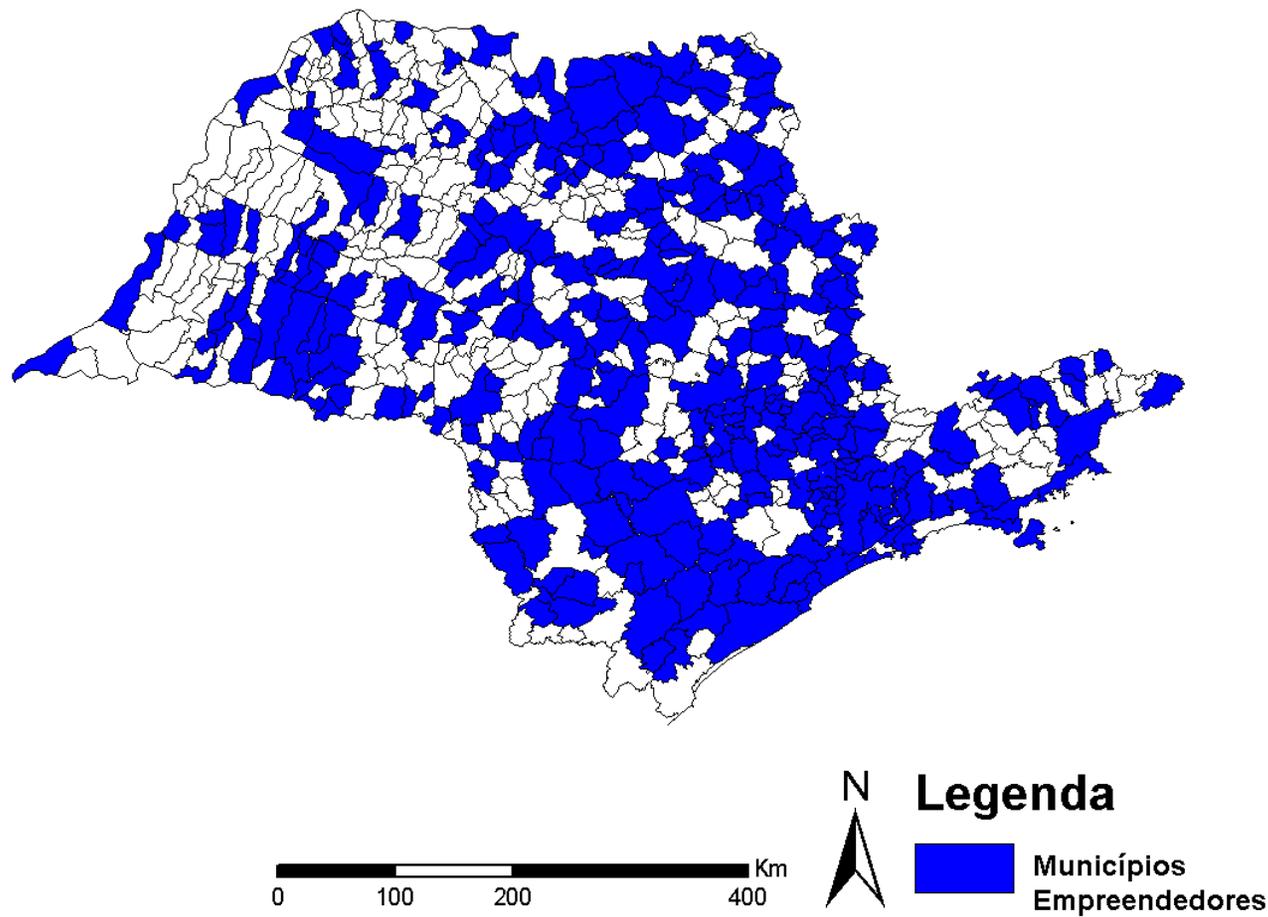
Criado em 1999 pelo SEBRAE-SP, o Prêmio Prefeito Empreendedor já está em sua sexta edição, envolvendo grande parte dos municípios paulistas. Só em 2007, 323 municípios participaram do concurso, representando 50% dos municípios localizados no Estado. Desde que foi criado, o concurso vem divulgando as “cidades modelos” que adotaram o empreendedorismo como forma de gestão eficiente. As cidades premiadas tornam-se arquétipos para as demais, estimulando um mimetismo de ações territoriais que vem fomentando a ilusão de poder reproduzir as mesmas estratégias econômicas em lugares distintos e com especificidades sócio-espaciais diferenciadas.

Ao observar a ilustração abaixo notamos como a ideologia do empreendedorismo vem se dissipando pelas regiões paulista, “catequizando” cada vez mais as políticas municipais para um direcionamento empresarial.

O empreendedorismo urbano se apresenta, portanto, como uma “ideologia geográfica” (Moraes, 2002) que se manifesta no campo das idéias encorajando determinadas práticas e interpretações espaciais. Segundo Moraes (2002:44), “as ideologias geográficas alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto à autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da sua relação com ele”. Dessa forma, o

empreendedorismo urbano pode ser considerado uma ideologia geográfica, pois envolve ações e vivências espaciais.

Mapa 8 - Municípios Participantes das Cinco Primeiras Edições do Prêmio "SEBRAE Prefeito Empreendedor".



Fonte: SEBRAE. Elaborado pela autora.

Para o SEBRAE (2005:37), as cidades empreendedoras são aquelas capazes de captar os recursos e articular a participação da sociedade e dos pequenos negócios em obras e ações inovadoras. Nas apostilas e cursos oferecidos aos vereadores e prefeitos³⁹, o SEBRAE (2005) ressalta a necessidade de um empreendedorismo público capaz de inserir a cidade no mercado globalizado. Para tanto, o SEBRAE indica uma lista de ações padronizadas que devem ser realizadas pelo executivo e legislativo municipal para fomentar a gestão empreendedora. Conforme o manual “Prefeito Empreendedor: parceiros dos pequenos negócios”, editado pelo SEBRAE (2006), é necessário que o poder público municipal realize as seguintes ações:

- Facilite a abertura de MPEs;
- Promova a participação das MPEs nas compras governamentais;
- Construa uma boa infra-estrutura para receber as empresas (distritos industriais, sistemas de transportes e centros comerciais);
- Facilite o acesso ao crédito;
- Adote políticas de incentivos fiscais e tributários voltadas às MPEs;
- Crie uma legislação municipal adequada aos interesses das MPEs;
- Promova a capacitação profissional da mão-de-obra, adequando-a de acordo com a cultura empreendedora;
- Amplie o acesso das MPEs com relação à ciência e tecnologia;
- Promova a participação popular;
- Desenvolva o mercado local, por meio do associativismo, do cooperativismo e da formação dos arranjos produtivos locais, que serão discutidos mais adiante.

Tal como uma empresa, o SEBRAE aconselha que a cidade seja gerenciada pelos ditames do empreendedorismo. Este transfere as técnicas da gestão empresarial para a administração pública, criando o que Harvey (1996) denominou de “empresariamento

³⁹ Desde 2004, nas eleições para prefeitos e vereadores, o SEBRAE vem produzindo o “Guia do Candidato Empreendedor” com o objetivo de incluir o tema das Micro e Pequenas Empresas nas eleições municipais. No mesmo ano de lançamento do guia, o SEBRAE-SP distribuiu 10 mil exemplares para as prefeituras, câmaras Municipais e partidos políticos, além de ter realizado seis fóruns regionais com a participação de mais de 10 mil candidatos.

urbano”, já que evoca a eficácia administrativa e a racionalidade concorrencial como principais instrumentos de gestão territorial.

O empresariamento urbano é apresentado pelo SEBRAE aos poderes municipais como a conduta mais certa para o desenvolvimento territorial, contrapondo-se ao planejamento normativo criado durante o período Fordista que propunha a contenção do crescimento urbano por meio das leis de zoneamento e pela ordenação, propostas pelos planos diretores.

De maneira geral, a crise econômica dos anos 80 diminuiu a transferência dos recursos federais aos municípios, fazendo com que estes passassem a incorporar novos modelos de gestão urbana “mais flexíveis” e “pró-ativos” empenhados pelo empreendedorismo urbano.

O empreendedorismo fundamentou as urgências neoliberais valendo-se de uma nova estratégia territorial baseada no planejamento estratégico⁴⁰. Este fez da competitividade urbana o seu principal objetivo, lançando mão de instrumentos como as parcerias entre o setor público e privado (para garantir os interesses do mercado), além das estratégias de *city marketing* (para vender os lugares como mercadoria).

Isso explicaria o atual esforço dos governos locais em equipar seus territórios com normas e objetos técnicos favoráveis a reprodução capitalista. A intenção é tornar a cidade atraente sob o contexto da competição interurbana e neste sentido, cada governo municipal torna-se protagonista de estratégias isoladas tais como a renúncia fiscal e tributária, assim como o oferecimento de facilidades territoriais como a criação de infra-estruturas e doações de terrenos à iniciativa privada.

Com o advento do empreendedorismo urbano “o conceito de cidade, e com ele os conceitos de poder público e de governo da cidade são investidos de novos significados, numa operação que tem com um dos seus efeitos a transformação da cidade em sujeito/ator econômico... e, mais especialmente, num sujeito/ator cuja natureza mercantil e empresarial instaura o poder de uma nova lógica, com a

⁴⁰O planejamento estratégico surgiu nos Estados Unidos durante os anos 60 como uma ferramenta de competição voltada para iniciativa privada. Foi somente durante as políticas do governo Reagan que tal instrumento foi adaptado ao poder público, sendo difundido por todo o mundo, sobretudo após os anos 90, por meio dos consultores catalães, tais como Manuel Castells e Jordi Borjas. Ambos defendem que “o governo local capaz de dar resposta aos atuais desafios urbanos e de construir um projeto de cidade, assim como de liderá-lo, tem de ser um governo promotor” (Castells e Borja, 1996:158).

qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais” (Vainer, 2000: 89).

Estimulando uma verdadeira “guerra dos Lugares” (Santos, 1996; 2002), o SEBRAE mune-se da ideologia do empreendedorismo aliando a esta primeira, a importância econômica das MPEs, já que estas representam mais de 98% dos estabelecimentos de São Paulo, sendo também responsável por 67% dos postos de trabalho no Estado. Daí a agência afirmar que o desenvolvimento dos municípios está diretamente atrelado ao crescimento das MPEs, já que “os pequenos negócios é quem contribuem com a maioria dos postos de trabalho e promovem a circulação e a fixação da riqueza nas localidades” (SEBRAE, 2006:11).

Encorajando o protagonismo local, em detrimento de um projeto nacional, o SEBRAE afirma que é o poder municipal quem representa as urgências da população local, dada à proximidade espacial desta última. Para o SEBRAE (2006) “o empreendedor não está no Estado ou no País. Ele está no município”. Daí a necessidade de envolver os prefeitos, vereadores e a comunidade local quanto à implantação de medidas que contribuam para facilitar o desenvolvimento da pequena empresa.

Utilizando o protagonismo local como um discurso aparentemente democrático, o SEBRAE garante a manutenção política e econômica das elites regionais, sem se preocupar com as necessidades coletivas. Trata-se portando, de um processo lobista em que os discursos da racionalidade administrativa e da autonomia local são manipulados para inserir nas agendas governamentais os interesses de um grupo econômico que “representa” as MPES.

Outrossim, concordamos com Compans (2005), quando esta afirma que “o modelo do empreendedorismo competitivo consiste em uma estratégia político-argumentativa destinada a viabilizar certos projetos de modernização capitalista” (Compans, 2005: 27).

Ao difundir o empreendedorismo, o SEBRAE direciona a divisão territorial do trabalho e interfere nas três solidariedades espaciais. As “solidariedades organizacionais” (Santos, 1996; 2002) que atingem o território pontualmente e funcionam conforme a competitividade do mercado são incorporadas pelo SEBRAE,

pois são elas que normatizam as ações das pequenas empresas e dos municípios, bem como organizam as “solidariedades orgânicas” (Santos, 1996; 2002) existentes nos lugares. Contínuas e de ordens locais, as solidariedades orgânicas são compostas pelas atividades sociais e por isso, são mobilizadas pelas demais solidariedades, mesmo que a sombra de um projeto político hegemônico. Não é a toa que grande parte das ações do SEBRAE é descentralizada, voltando-se ao âmbito municipal, senão regional, a fim de enraizar seus interesses sobre as solidariedades contínuas, protagonizando desse modo, uma rede produtiva coerente com seus objetivos. Em alguns casos a proximidade é tanta entre a agência e os governantes municipais, que podemos encontrar muitos postos de atendimento do SEBRAE alojados dentro das prefeituras, auxiliando-as nas políticas de desenvolvimento territorial.

E por fim, para que seus interesses sejam alcançados, o SEBRAE contar ainda com um amplo aparato normativo e institucional garantido pela “solidariedade institucional”. Definida por Castillo *et alli* (1997:70), a solidariedade institucional é aquela coesão que surge a partir do ordenamento jurídico e político-administrativo existente em um determinado território. A necessidade de uma normatização flexível, capaz de facilitar a atuação das grandes e pequenas empresas, vai ao encontro dos lobbys⁴¹ realizados pelo SEBRAE que tentam aprovar junto ao poder legislativo leis e decretos que facilitem a “porosidade dos territórios” (Arroyo, 2006) criando uma normatização territorial apropriada aos interesses econômicos.

É, portanto, dessa forma que o SEBRAE interfere na organização do espaço, aprofundando não só uma “urbanização corporativa” (Santos, 1994) voltada aos interesses organizacionais, mas contribuindo especialmente para o surgimento de uma nova urbanização, que descentraliza as redes informacionais, trazendo novas funcionalidades às diversas cidades brasileiras.

⁴¹ Como exemplo, podemos citar a Frente Parlamentar Mista de Apoio à Micro e Pequena Empresa formada por 404 parlamentares (354 deputados e 50 senadores) lançada em 01 de julho de 2008, evidenciando o significativo apoio político conquistado pelo SEBRAE nos últimos anos.

6-A REDE SEBRAE DE CONSULTORIA E O USO DO TERRITÓRIO PAULISTA

A informatização da produção aliada a complexização do ambiente empresarial passou a exigir das empresas um conjunto de informações precisas referentes aos aspectos gerenciais, jurídicos e tecnológicos de seus respectivos empreendimentos. Neste momento, surgem as empresas de consultoria oferecendo um sistema de intervenções para auxiliar as demais empresas a identificar problemas e resolvê-los mediante o oferecimento de um conjunto de saberes, instrumentos e experiências que aquelas não possuem (Stern e Tutoy, 1995:27).

No Brasil, as empresas de consultorias surgiram a partir dos anos 70, em função da consolidação e modernização do seu parque industrial. Mas foi somente nos anos 90 que as empresas de consultorias foram massificadas em todo o país, em grande parte em virtude da necessidade de orientação dos trâmites comerciais que envolveram as privatizações dos órgãos públicos, bem como da instalação do modelo da reengenharia empresarial em diversas empresas (Silva Bernardes e Manzoni Neto, 2008).

Tabela 15- Número de Ocupações Envolvendo as Atividades de Consultoria ⁴²			
Ano	1995	2000	2005
Brasil	282.135	362.013	365.477
São Paulo	131.277	163.990	155.384
Região Metropolitana de São Paulo	94.158	126.614	123.259
Região Metropolitana de Campinas	5.191	6.224	5.978

Fonte: RAIS.

Para Donadone e Sznelwar (2004:9) os serviços de consultoria envolvem “um exército de jovens recém-saídos das *Business Schools* e Centros de Tecnologia armados de MBAs e habilidades em Tecnologias de Informação e com um

⁴² Inclui consultorias em hardware, software, atividades jurídicas, contabilidade e auditoria, além de orientações na compra de holdings, pesquisa de mercado e assessoria em gestão empresarial.

relacionamento baseado na venda de ferramentas e pacotes-gestão”. Segundo os autores, a função dos consultores é a de transformar as teorias desenvolvidas no meio acadêmico em portfólios gerencias, fornecendo as informações econômicas como instrumentos essenciais para o aumento do poder financeiro das empresas.

Atualmente, das inúmeras firmas de consultorias presentes no país, destaca-se a atuação das grandes firmas de abrangência global, tais como as *Big Four Accounting Firms* compostas pela *KPMG*, *Deloitte Touche Tohmatsu*, *Ernst & Young* e *Pricewaterhousecoopers* (Donadone, 200).

Tabela 16 - Big Four em 2008			
Empresas	Receita (bilhões)	Consultores	Abrangência
Deloitte Touche	US\$27.400	165.000	140 países
Ernst & Young	US\$24.523	135.000	140 países
Pricewaterhous e	US\$28.185	154.000	153 países
KPMG	US\$22.690	136.896	140 países

Fonte: Organizado pela autora a partir de informações encontradas nos *sites* oficiais das empresas citadas.

Ao contrário das grandes firmas de consultoria que atuam em diversos países, o SEBRAE se restringe ao território brasileiro se apresentando como uma rede não convencional, por ser uma instituição subsidiada em grande parte pelos recursos públicos e por direcionar suas ações a um público-alvo bem definido: as Micro e Pequenas Empresas (MPEs).

Com cerca de 800 funcionários em todo o estado, a unidade São Paulo conta com 35 consultores fixos na capital paulista, enquanto que nos seus escritórios regionais, a quantidade de consultores varia de 2 a 7 especialistas que percorrem os postos de atendimento localizados nas cidades menores. Veja:

Tabela 17- Quantidade de Consultores do SEBRAE-SP Conforme Área de Atuação	
Administradores	14
Advogados	7
Engenheiros	10
Computação	3
Publicitários	1
Total	35

Fonte: Zenorini da Silveira (2007)

No entanto, é necessário levar em consideração que além dos consultores do SEBRAE-SP citados acima, a agência estadual conta ainda com 640 empresas de consultoria externas⁴³ que são credenciadas pela instituição, após uma seleção e treinamento⁴⁴.

Os consultores terceirizados são de extrema importância para sustentar a ampla rede organizada pelo SEBRAE, que atingem atualmente mais de 4 milhões de estabelecimentos em todo Estado. Sem tais empresas, o SEBRAE não teria a eficácia e amplitude que apresenta hoje, já que sua capilaridade territorial é garantida por esse conjunto de pequenas empresas credenciadas. Em sua maioria, as empresas contratadas pelo SEBRAE-SP são de origem nacional e estão localizadas no próprio Estado. Apenas 10 das empresas se localizam fora do território paulista. Dentre as 640 empresas de consultoria terceirizadas, 34%, (ou seja, 217 empresas) encontram-se na Região Metropolitana de São Paulo, 6% (37 firmas) na Região Metropolitana de Campinas e 3,2% (21firmas) na cidade de Ribeirão Preto, presumindo que a

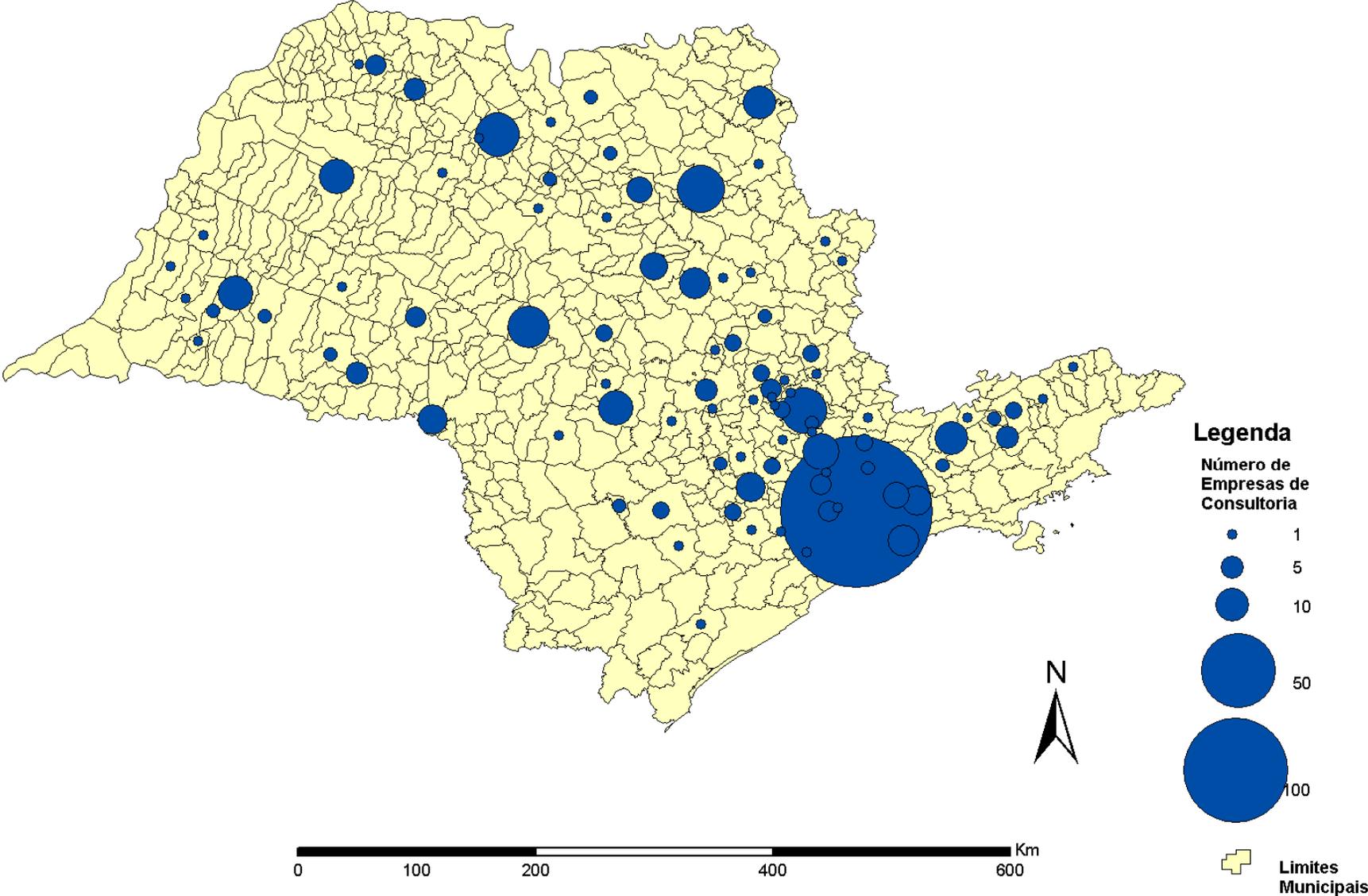
⁴³ Veja na página 118 em anexo a lista das empresas de consultoria credenciadas pelo SEBRAE-SP. Tais empresas de consultoria são selecionadas pelo SEBRAE de acordo com 12 áreas. São elas: 1) Recursos humanos; 2) Finanças, Marketing e Venda; 3) Comércio Exterior; 4) Produção e Qualidade; 5) Diagnóstico Empresarial; 6) Legislação; 7) Tecnologia; 8) Desenvolvimento Regional; 9) Agronegócios; 10) Associativismo e cooperativismo; 11) turismo, artesanato e cultura.

⁴⁴ Conforme Alexandre Magalhães Lopes, funcionários do SEBRAE Nacional, a agência treina os funcionários e facilitadores de todo o país por meio de cursos ministrados na universidade corporativa do SEBRAE.

urbanização movida pelas relações informacionais é cada vez mais presente na rede urbana paulista.

Nota-se que os “círculos de cooperação espacial” promovidos pelo SEBRAE, vêm transformando as cidades do interior paulistas em lugares mais dinâmicos e complexos, sem oferecer-lhes o papel de comando sobre a rede urbana, ainda reservado para a cidade de São Paulo. Esta concentra as sedes das grandes empresas e por isso, concentra um significativo número de atividades informacionais, tais como os serviços de consultoria que fazem circular as informações necessárias para ampliar os fluxos materiais que percorrem grande parte do território brasileiro. Se observarmos o mapa abaixo, referente a localização das empresas de consultorias credenciadas pelo SEBRAE, podemos observar que em sua grande parte estão localizadas na região metropolitana de São Paulo, bem como em alguns centros regionais como Ribeirão Preto, Campinas, São José do Rio Preto, Bauru e São José dos Campos. Contudo, é possível perceber também a participação cada vez mais crescente de um conjunto de cidades locais e de menor significância econômica no fornecimento dos serviços informacionais junto à rede SEBRAE. Tal evidência demonstra a formação de uma nova divisão do trabalho que abrange toda a rede urbana paulista, inserindo de forma seletiva, cidades de diferentes tamanhos e funções. Trata-se de uma nova urbanização promovida pela informação, onde se constata a expansão do “meio técnico-científico-informacional” para além dos grandes centros.

Mapa 9- Localização das Consultorias Credenciadas pelo SEBRAE-SP



Fonte: SEBRAE. Elaborado pela autora

Tal como aponta Rebouças de Oliveira (1999:53), as consultorias do SEBRAE seguem praticamente duas estruturas. Inicialmente são oferecidas as “consultorias de pacote” em que há a transferência de estruturas metodológicas e técnicas administrativas sem preocupação de adequá-las à realidade da empresa. Estas são chamadas pelo SEBRAE de consultorias coletivas, pois são dadas como se fossem palestras para um grupo de micro-empresários com problemas diversos. A massificação da consultoria coletiva é uma estratégia necessária que foi incorporada pelo SEBRAE, a fim de garantir sua capilaridade por quase todas as regiões paulistas, viabilizando a orientação empresarial para um número significativo de pequenos empreendedores.

A consultoria coletiva é uma etapa obrigatória para aqueles que desejam receber a consultoria individual. Esta é realizada de forma individualizada, sem contudo, se deter aos problemas específicos de cada empreendimento. As “orientações artesanais” (Rebouças Oliveira, 1999) são raras no SEBRAE, pois possuem um caráter particularizado, por envolver as necessidades de cada empresa, exigindo métodos e técnicas apropriadas para cada tipo de problema. Mesmo atendendo individualmente cada empresário, as consultorias individuais do SEBRAE apresentam sempre um conjunto de soluções pré-elaboradas e bem conhecidas pelos seus funcionários e facilitadores, traduzindo-se como uma “orientação geral” que não extrapola o rol de conhecimento estipulado pela agência.

Trata-se, portanto, de um mecanismo de massificação das informações hegemônicas que é instituído sobre as pequenas firmas de consultorias associadas ao SEBRAE, para que essas repassem às demais empresas de pequeno porte tal conhecimento e normativas. Daí ser a consultoria do SEBRAE-SP uma rede estratégica que instrumentaliza os lugares para receber, acomodar e disseminar informações produtivas calcadas sobre um discurso instituído.

Em nossas visitas aos escritórios do SEBRAE, pudemos constatar que com exceção do programa SEBRAETEC⁴⁵ e de alguns projetos atrelados às Incubadoras de empresas e aos Arranjos Produtivos Locais (APLs), quase todos os demais programas

⁴⁵ Programa que proporcionar por meio de consultorias, assessorias e oficinas a transferência do conhecimento tecnológico às empresas que apresentam dificuldades técnicas. Geralmente o SEBRAETEC envolve custos às MPEs, pois é necessário financiar parte dos acordos firmados com as universidades e centros de pesquisa. Veja em anexo (página 133), as modalidades de ação oferecida por este programa.

do SEBRAE são gerenciados pelos grupos de funcionários e facilitadores da agência. Estes tendem a reproduzir informações externas, transformando as teorias desenvolvidas no meio acadêmico em portfólios gerenciais. Isto é, enquanto que grande parte dos programas do SEBRAE reproduz as informações criadas alhures, nos programas SEBRAETEC, Incubadoras e APLs, com o auxílio dos institutos e centro de pesquisa⁴⁶, nota-se que há maior possibilidade de criação de informações estratégicas e produtos inovadores que passam inclusive a ser patenteados.

**Figura 9 – Consultoria Coletiva no Escritório Regional do SEBRAE
Campinas.**



Fonte: Fotografia realizada pela autora.

Para o SEBRAE, as consultorias têm como objetivo aconselhar e orientar as empresas sem criar uma relação de dependência entre as duas partes. Pelo fato de atuar de forma descomprometida com os resultados alcançados pelas MPEs, o SEBRAE prefere usar o termo “orientação empresarial” ao invés de consultoria, evitando semelhanças com os serviços prestados pelas empresas de consultoria existentes no mercado, que de certa forma tornam-se co-responsáveis pelas orientações implantadas (Zenorine da Silveira, 2007:63-64). As orientações empresariais realizadas pelo SEBREA são realizadas por meio da consultoria remota

⁴⁶ Veja na página 134 em anexo, os institutos de pesquisa e universidades credenciadas pelo SEBRAE.

(via *net*) e pela consultoria presencial. Em suas orientações a agência acaba separando os microempresários em quatro grupos: a) os empresários potenciais; b) aqueles que procuraram o SEBRAE, mas que ainda não abriram suas respectivas empresas; c) os que acabaram de abrir algum empreendimento; d) aqueles que já possuem empresas com mais de dois anos de existência.

Para cada público, o SEBRAE desenvolve um tipo de estratégia. Aos possíveis empresários são oferecidas informações preparatórias baseadas no empreendedorismo, já aos empresários consolidados são oferecidas informações técnicas sob a forma das consultorias. Observe o quadro abaixo:

Quadro 3 – O Público-Alvo e A Função Informacional da Consultoria SEBRAE				
Grupos de Atuação				
	Universitários, Egressos de escolas técnicas; Aposentados	Todos aqueles que acessam os serviços do SEBRAE	MPEs de 0 a 2 anos	MPEs com mais de 2 anos
Função Informacional	Sensibilizar por meio da cultura empreendedora	Convencer sobre os aspectos do planejamento empresarial	Oferecer consultorias que possibilitem o funcionamento da empresa	Oferecer consultorias que subsidiem o funcionamento dos negócios
Resultado Esperado	Reflexão	Tomada de decisão: abrir uma MPE	Sobrevivência diante da concorrência	Crescimento e lucro

Fonte: SEBRAE. Organizado pela autora.

Segundo o SEBRAE-SP, em suas consultorias, sejam elas coletivas ou individuais, são fornecidas três ordens de informações: as informações técnicas (referentes às atividades operacionais das empresas), as informações estratégicas (voltadas às informações e tendências do mercado) e por fim, as informações comportamentais (ligadas a postura e relacionamentos empresariais). Tais informações são estruturadas em módulos compactados que são difundidos de forma padronizada. Mimetizando os conteúdos informacionais instituídos pela agência, as consultorias envolvem quase sempre uma informação massificada, travestida de um discurso instituído. Raramente envolvem a concepção de uma informação produtiva. Esta

quando existente é resultado de programas mais amplos, que envolvem a participação de centros de pesquisa. De modo geral, podemos dizer que as consultorias SEBRAE massificam as seguintes informações:

Quadro 4- Conteúdo das Informações Difundidas pela Consultoria SEBRAE-SP

Competências Técnicas		Competências Estratégicas		Competências Comportamentais	
Informação: Formação de Preço	Descrição: Orienta o empresário	Informação: Associativismo	Descrição: Diz respeito à cooperação entre empresas, à união para se fortalecer em conjunto e ao esforço coletivo para geração de trabalho e renda	Informação: Empreendedorismo	Descrição: Refere-se ao desenvolvimento de um conjunto de características comportamentais positivas ao desempenho da empresa.
Informação: Normas ISO 9000 de Gestão da Qualidade	Descrição: Visa melhorar e padronizar os processos produtivos como estruturar os preços dos produtos, considerando os custos e as margens de lucros	Informação: Sócios Empresariais	Descrição: Informa sobre o conceito e a caracterização da sociedade, além do papel e comunicação dos sócios	Informação: Liderança	Descrição: Abrange a condução de ações e esforços que promovem resultados em favor de um grupo ou da comunidade
Informação: Controles Financeiros	Descrição: Direciona o empresário com relação à análise financeira da empresa, por meios de instrumentos de controle, previsão e análise do caixa	Informação: <i>Gestão de Pessoas</i>	Descrição: <i>Orienta a seleção dos colaboradores, como estimulá-los e gerir os recursos humanos</i>		
Informação: Vendas	Descrição: Trata-se do domínio das técnicas de venda, das estratégias comerciais, da percepção de oportunidades de realizar negócios e do comportamento de quem compra	Informação: <i>Marketing</i>	Descrição: <i>Abrange o modo como o negócio e seus produtos são expostos no mercado, a maneira como se torna conhecido e desejado pelos clientes.</i>		
Informação: Atendimento ao Cliente	Descrição: Direciona o empresário com relação aos procedimentos de atendimento aos clientes, à postura de sua empresa e de seus colaboradores perante os clientes	Informação: <i>Contabilidade</i>	Descrição: <i>Trata-se de informações contábeis que possibilitem a tomada de decisões gerenciais</i>		
Informação: Produção	Descrição: Informa o empresário sobre as técnicas de produção e sobre o planejamento para se produzir	Informação: <i>Qualidade</i>	Descrição: <i>Abrange a compreensão dos conceitos de qualidade, planejamento estratégico, ambiente, processos e o comportamento das pessoas para a qualidade</i>		
Informação: Logística e Distribuição	Descrição: É o conhecimento sobre os princípios para distribuição de produtos, desde a entrada até a entrega ao cliente.				

Tais informações produtivas citadas acima são difundidas pelo SEBRAE por meio de seus programas institucionais. Entre 2008 a 2009, o SEBRAE lançou 163 projetos por todo Estado de São Paulo, seguindo as temáticas apresentadas a seguir:

Programas Temáticos	Objetivos
1-“Arranjos Produtivos Locais (APL)”	<ul style="list-style-type: none"> • Aprofunda a divisão do trabalho entre as aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território.
2-Projetos Setoriais das Indústrias	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento de alguns setores industriais, visando a capacitação técnica, eficiência produtiva e responsabilidade com meio ambiente.
3-Projetos Setoriais do Comércio e Varejo	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar as empresas do setor varejista localizadas em uma determinada região.
4-Projetos Setoriais de Serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Voltado ao desenvolvimento financeiro de várias empresas prestadoras de serviços
5-“Incubadoras de Empresas”	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar consultorias e serviços especializados, por meio da intermediação com instituições de pesquisa e órgãos governamentais

6-Projetos de Fomento a Cultura Empreendedora	<ul style="list-style-type: none"> • Difundir o comportamento empreendedor por meio de oficinas.
7-Desenvolvimento do Turismo, artesanato e cultura e realizações de circuitos / roteiros turísticos.	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o desenvolvimento regional por meio das atividades relacionadas ao turismo e cultura
8-“Projeto de Atendimento Presencial Individual”	<ul style="list-style-type: none"> • Transferir conhecimento gerencial e difundir a cultura empreendedora para as MPEs.
9-“Projeto FINEP/SEBRAE”	<ul style="list-style-type: none"> • Potencializar as MPEs organizadas em APLs que possam ser beneficiadas pela Política Industrial, Tecnológica e Comércio Exterior (PITCE).
10-Projetos voltados a Agropecuárias e Agronegócios	<ul style="list-style-type: none"> • Visa estruturar e fortalecer os grupos de produtores rurais de uma mesma cadeia produtiva em projetos regionais.

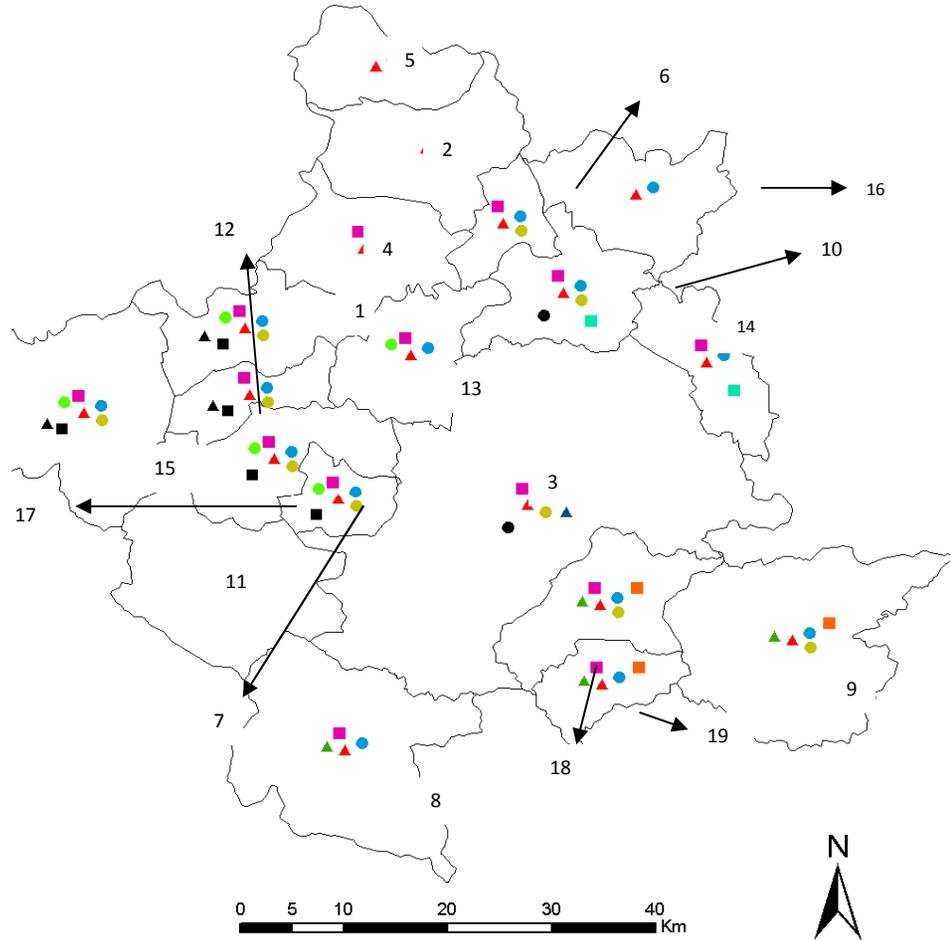
Fonte: SEBRAE. Organizado pela autora.

Se observarmos a realização dos Programas SEBRAE na Região Metropolitana de Campinas, podemos notar que para cada programa existe uma série de projetos particulares. Só na região de Campinas existem 12 projetos, cada um contando com uma rede de informação especializada que percorrem seletivamente os municípios. Veja:

Mapa 10- Os Círculos de Informação na Região Metropolitana de Campinas

Municípios

- 1- Americana
- 2- Artur Nogueira
- 3- Campinas
- 4- Cosmópolis
- 5- Engenheiro Coelho
- 6- Holambra
- 7- Hortolândia
- 8- Indaiatuba
- 9- Itatiba
- 10- Jaguariúna
- 11- Monte Mor
- 12- Nova Odessa
- 13- Paulínia
- 14- Pedreira
- 15- Sta. Barbara d' Oeste
- 16- Sto. Antônio de Posse
- 17- Sumaré
- 18- Valinhos
- 19- Vinhedo



Legenda

- ▲ Projeto FINEP/SEBRAE Eletroluminescencia
- ▲ Projeto FINEP/SEBRAE Refrigeração
- ▲ Circuito Turísticos das Frutas
- ▲ Projeto Agro- Cadeia da Ovinocultura
- Projeto Agro- Cadeia da Cachaça
- Projeto Comércio Varejista
- APL de Floricultura
- Projeto das Indústrias de Móveis
- APL do Setor Têxtil e de Confecção
- Projeto de Atendimento Presencial Individual
- Incubadora de Empresas
- Projeto Setorial das Tinturarias e Lavanderias

Fonte: SEBRAE. Elaborado pela autora.

Veja que é possível identificar as especializações produtivas de cada lugar a partir da disposição dos “círculos de informação” (Silva Bernardes, 2001) emitidos pelo SEBRAE. Cada círculo informacional denuncia uma determinada etapa dos circuitos produtivos, possibilitando um entendimento mais apurado da divisão territorial do trabalho.

De tal modo, não restam dúvidas de que o SEBRAE aprofunda a especialização produtiva dos municípios paulista, aumentando a circulação de informações produtivas na rede urbana. Se por um lado existem projetos mais gerais que contemplam todos os municípios da região, como no caso do “Projeto FINEP/ SEBRAE” e o “Projeto de Atendimento Presencial Individualizado”, de outro existem projetos bem específicos como o caso do “Projeto Incubadora” que envolve apenas os municípios de Campinas e Jaguariúna.

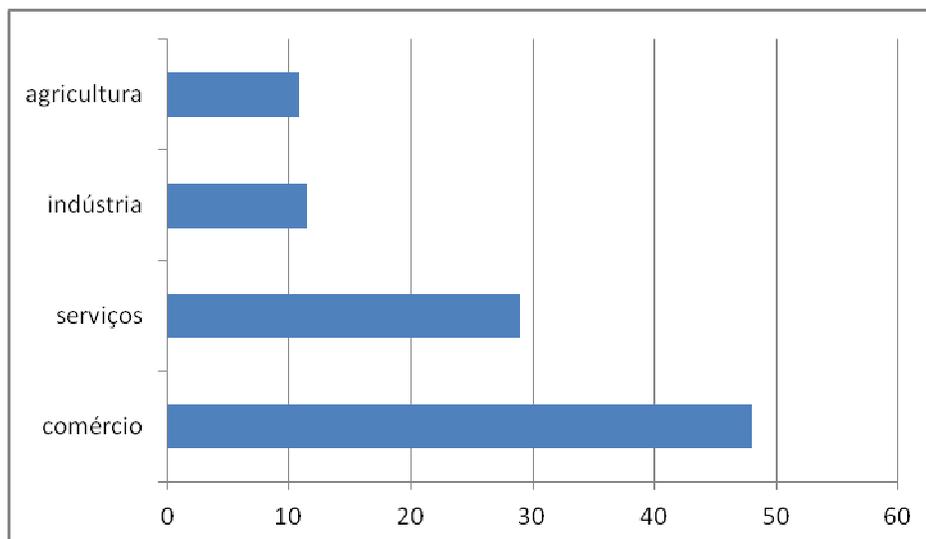
Além de seu escritório regional situado em Campinas, considerado o município mais dinâmico, o SEBRAE conta com 9 PAEs espalhados pela Região Metropolitana de Campinas. Nota-se que os círculos de informação produzidos pelo SEBRAE são intensos na região noroeste junto aos municípios de Santa Barbara d’Oeste, Americana e Sumaré, ao passo que nas regiões menos dinâmicas como Arthur Nogueira, Engenheiro Coelho e Santo Antônio de Posse quase não há presença dos círculos de informação do SEBRAE.

Em 2005, cerca de 98% dos empreendimentos da região de Campinas eram de micro e pequeno porte. Neste mesmo ano, a economia da região foi composta por 92.484 MPEs e 1.596 médias e grandes empresas. Quase a metade dos postos de trabalho da região advinha das MPEs que representavam 48,9% dos empregos gerados (SEBRAE, 2009).

Conforme o SEBRAE, as MPEs da região de Campinas atuam principalmente no setor terciário. No comércio, as pequenas empresas estão, sobretudo, no setor de vestuário (4.223 unidades) e no setor de material de construção (4.415). Já no setor de serviços, ganham destaque aquelas MPEs voltadas à prestação de serviços à outras empresas (8.587 unidades) e aquelas voltadas aos serviços de alojamento e alimentação (7.379). Na indústria, as MPEs somam 3.031 unidades no setor de material de construção e 1.271 no setor de vestuário.

Gráfico 2- Setores de Atuação das MPES na Região de Campinas-2005

(em porcentagem)



Fonte: SEBRAE (2009).

Tais especializações produtivas presentes na região de Campinas são, guardadas as proporções, incitadas pelos “círculos de informação” produzidos pelo SEBRAE. Estes conectam um grande número de empresas locais e territoriais, acomodando-lhes funções modernas e hegemônicas de produção e intercâmbio. Talvez por isso, possamos afirmar que o SEBRAE é um elemento fomentador do capital monopolista. Entretanto, não devemos entender o SEBRAE apenas como um agente mimetizador dos interesses hegemônicos, mas, também como uma instituição informacional que possibilita os circuitos “inferior e superior marginal da economia urbana”, que estão enraizados no lugar, à uma modernização técnica capaz de torná-los mais competitivos. Ora, ao estimular a capacitação e a competitividade das MPEs, o SEBRAE se coloca como agente propulsor do capital concorrencial. Qual seria então, a posição política do SEBRAE diante do contexto econômico nacional? A qual capital privilegia de fato?

Conforme pudemos constatar, o SEBRAE usa o território paulista por meio de ações híbridas que mesclam ações e interesses globais e locais. Daí ser uma instituição

complexa e “pendular” que estimula a concorrência do pequeno empresário, ao passo que privilegia os grandes grupos empresariais; ora estimulando o capital concorrencial por meio das pequenas empresas, ora privilegiando os oligopólios empresariais.

7- O PROJETO DO SEBRAE PARA O BRASIL: DA INFORMAÇÃO TERRITORIAL AO PENSAMENTO LOCALISTA.

Como vimos, a informação- territorial envolve desde experiências humanas, práticas e hábitos cotidianos até os conteúdos territoriais objetivados e formalizados pela inteligência capitalista. Para Gorz (2005), quando instrumentalizado, o saber local reverte-se em externalidade positiva capaz de gerar o que os economistas denominam de “capital humano”. Daí ser este associado ao conhecimento organizado (informação produtiva), a fim de criar as bases da informação territorial.

Se tratando de uma informação geografizada, a informação-territorial surge inicialmente no SEBRAE em 1997 por meio de uma parceria de estudo com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Juntamente com o Instituto de Economia da UFRJ, o SEBRAE participou de uma rede de pesquisa ⁴⁷ que estudou 26 regiões brasileiras com a intenção de testar as metodologias envolvidas no processo de formação dos Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Mas foi oficialmente em 2002, que as informações-territoriais entraram para o rol de prioridades do SEBRAE. Por meio de um projeto que custou U\$ 5,8 milhões, o SEBRAE com o apoio do BID e da Agência Internacional da Câmara de Comércio, Indústria e Artesanato de Milão (PROMOS), implantou suas quatro primeiras APLs⁴⁸.

Como nos lembra Borin, Almeida e Terra (2009:174), a implantação das primeiras APLs gerenciadas pelo SEBRAE teve a Itália como um parceiro importante, devido ao conhecimento das técnicas e metodologias desenvolvidas pela agência Promos.

Espelhando-se nos distritos industriais italianos, o SEBRAE treinou seus primeiros dirigentes em Turim fornecendo a eles modelos de gestão territorial que passaram a subsidiar a construção dos APLs no Brasil. Desde 2002 até hoje, o

⁴⁷ Denominada de “Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais” (Redesist), foi criado um grupo de estudo interdisciplinar composto por vários institutos de pesquisa existentes no Brasil e exterior. Atualmente é um dos principais propulsores dos modelos de desenvolvimento local baseado em APLs.

⁴⁸ As APLs financiadas pelo Projeto PROMOS/ SEBRAE/ BID foram: Pólo de madeira e móveis em Paragominas (PA), Pólo de couro e calçados em Campina Grande (PB), Pólo de confecções em Tobias Barreto (SE) e Pólo de moda íntima em Nova Friburgo (RJ).

SEBRAE organiza caravanas de experimentações junto aos prefeitos e micro-empresários italianos, para entender como é possível conciliar os interesses das MPEs ao desenvolvimento territorial. Além de seus funcionários, o SEBRAE tem incluído em suas viagens à Itália, até mesmo as autoridades municipais vencedoras do “Prêmio SEBRAE Prefeito Empreendedoras”

Figura 10- Encontro Promovido pelo SEBRAE entre os Prefeitos Brasileiros e Autoridades da Província de Pesaro (Itália) em 2007.



Fonte: SEBRAE (2007).

Conforme aponta Garofoli (1993), foi a partir dos anos 70, por meio de uma reestruturação produtiva⁴⁹, que a região de Emilia Romagna ao Sul da Itália, região tradicionalmente pobre, ficara conhecida internacionalmente devido ao desenvolvimento de seus distritos industriais, e também pela política pública voltada às pequenas e médias empresas. A alta taxa de exportação, os elevados salários, o pleno emprego e a melhoria do nível de vida resultante de um sistema produtivo baseado na PMEs, fez da Itália um exemplo a ser seguido pelo SEBRAE.

A reestruturação italiana marcou uma nova forma de produção capitalista, envolvendo a concentração territorial das MPEs. Tal como apontou Benko (1999), se

⁴⁹ Segundo Garofoli (1993), o processo de reestruturação econômica que ocorreu na Itália foi determinado por uma desconcentração produtiva acompanhada de uma progressiva atomização flexível da produção, fazendo com que as pequenas empresas adquirissem um papel fundamental em contraponto ao modelo fordista dos anos 50 e 60.

antes as empresas se repartiam regionalmente, fugindo da concorrência e buscando a proximidade com seus clientes e matérias-primas, hoje sob as conjunturas da acumulação flexível e com o avanço dos sistemas de comunicação e transporte, as concentrações empresariais não se apresentam apenas prejudiciais, mas sim como condição positiva para concorrência e cooperação entre as firmas.

Segundo Markusen (1995:10), o “novo distrito industrial”, tal como encontrado na Itália deve sua capacidade de atração de investimentos às pequenas empresas inovadoras que se articulam em arranjos cooperativos de âmbito regional, oferecendo uma capacidade de adaptação e crescimento frente às tendências globalizadoras. Ainda com base em Markusen (1995), dentre os aspectos fundamentais que proporcionam a competitividade singular dos distritos industriais do tipo italiano, pode-se destacar:

- Preponderância de pequenas empresas;
- Mercado interno altamente flexível;
- Decisão tomada no lugar;
- Trabalhadores mais identificados com o lugar do que com a empresa;
- Consolidação de uma identidade cultural específica;
- Intensa relevância entre as transações internas aos distritos;
- Alta cooperação entre empresas concorrentes;
- Participação de instituições locais no processo produtivo;
- Grande número de ocupações quaternárias.

Vê-se que para implantar um modelo de gestão territorial parecido com os distritos industriais italianos, o SEBRAE foi obrigado a ampliar seu conteúdo informacional. Ora se são as informações e suas “difusões por contágio”⁵⁰ (Hagerstrand, 1969) promovidas por uma rede de comunicação social que garantem a sustentação e a desenvoltura de tais conglomerados, coube ao SEBRAE aperfeiçoar o seu sistema

⁵⁰ Em seus estudos sobre a difusão da inovação no espaço geográfico, Hagerstrand (1967) atribui à informação um papel decisivo. De acordo com seus modelos de difusão, o autor define a “difusão por vizinhança ou contágio” como uma etapa do processo de transmissão da informação que ocorre por contato em um espaço geográfico próximo e imediato ao centro emissor da inovação. Tal como define Hagerstrand (1967:264) é por meio dos contatos sociais que as inovações são difundidas, já que “é razoável imaginar que uma pessoa torna-se mais e mais inclinada a aceitar uma inovação à medida que ela entra em contato com outras pessoas que já aceitaram a inovação”.

informacional para que este não fosse regido apenas por transações mercantis isoladas.

Apoiando-se na informação-territorial, o SEBRAE aproximou-se das relações cotidianas, a fim de criar as condições previstas nos distritos italianos. Foi somente por meio da informação- territorial que o SEBRAE pôde interferir na formação cultural dos conglomerados e transferir o saber local para junto das decisões produtivas.

A formação de uma rede de comunicação social, tal como proposta por Hagerstrand (1967), fundamental para a difusão da inovação, tornou-se o principal desígnio da informação- territorial elaborada pelo SEBRAE. Não à toa, ao instalar seus programas de âmbito territorial, o SEBRAE formaliza uma série de procedimentos que visam incorporar as relações cotidianas nas condutas de produção.

Tal como demonstram Borin, Almeida e Terra (2009) é preocupação do SEBRAE envolver a comunidade local em seus projetos de escala territorial e por isso, é procedimento padrão da agência tomar as seguintes iniciativas:

- Identificar junto aos lugares de produção as “lideranças representativas” dispostas a se engajar no projeto;
- Capacitar tais lideranças, denominadas de “agentes de fomento”, homogeneizando a visão de tais sobre as questões de desenvolvimento regional. Neste momento entra em cena “o discurso competente” (Chauí, 1981), como discurso do conhecimento para tentar devolver aos sujeitos a qualidade sócio-política que lhes foram roubada;
- Sensibilizar, com o auxílio dos “agentes de fomento”, os demais membros do lugar, tais como empresários, sindicatos, prefeitura, setor acadêmico, etc.;
- Institucionalizar um conselho de desenvolvimento local e comitês temáticos para que estes possam iniciar a elaboração de um planejamento estratégico para a região.

Vejam que tais procedimentos viabilizam a conversão do saber local junto aos interesses hegemônicos, exaltando as forças locais como o único e exclusivo fator do desenvolvimento regional. Por meio de um “pensamento único localista” (Brandão, 2007: 45) calcado no empreendedorismo urbano propõe-se um retorno ao conceito de comunidade, cuja constituição é movida por uma identidade cultural comum destituída

de interesses de classe. É como se a força comunitária da cooperação fosse suficiente para garantir o crescimento econômico, ignorando a idéia central de concentração do capital.

Destituído da importância do Estado nacional nas relações global-local, a informação- territorial proposta pelo SEBRAE é localista e portanto, sem vínculo com as pendências de nossa formação sócio-espacial. Daí Brandão (2007:50) afirmar que, “aniquilam-se nessas abordagens localistas todas as possibilidades de tratamento adequado das heterogeneidades estruturais dos países subdesenvolvidos”. Se a acumulação capitalista envolve diversas escalas espaciais, sendo multiescalar, fica evidente a ineficiência da abordagem local sem a regulamentação e o controle da escala nacional.

Sem mais, é ainda necessário entender que ao promover o localismo, a informação territorial do SEBRAE propõe a minimização do poder do Estado e favorece a emergências das elites locais que disputam entre si um lugar junto ao capital globalizado. Trata-se, portanto, de uma informação neoliberal que corrompe o saber local, incorporando tal contigüidade para acirrar a competição entre os lugares.

Valendo-se da informação territorial fornecida pelo SEBRAE, os lugares são organizados e usados como recursos, acentuando o processo de fragmentação territorial, à medida que criam pontos extrovertidos denominados de “espaços alienados” (Isnard, 1978: 14-15), que desqualificam o conjunto nacional e a possibilidade de construir coletivamente uma política de desenvolvimento territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerado uma rede de modernização do território brasileiro, o SEBRAE é um conjunto de fixos e fluxos híbridos que divide opiniões tanto no que tange sua natureza institucional, como no que se refere às suas ações sobre o território brasileiro. Representando recursos e interesses mistos de origem privada e pública, o SEBRAE se apresenta como um elemento da “neo-regulamentação” (Santos, 1998 e Manzoni Neto, 2007) que envolvem tanto pequenas como grandes empresas.

Sabe-se que o SEBRAE estimula a inovação e a concorrência entre as pequenas empresas sem colocá-las defronte aos interesses oligopólicos. Estes estão presentes nas condutas políticas da instituição que normatizam as pequenas empresas conforme a “unicidade técnica” (Santos, 2000) e a racionalidade hegemônica. Daí a dificuldade em definir a postura política da agência, já que ela envolve uma grande complexidade de agentes e relações sócio-espaciais.

Em suma, entendemos que o SEBRAE é um elemento importante do atual período, pois atua como um elemento ativo na intensificação da divisão territorial do trabalho que amplia a reprodução e a circulação das informações estratégicas para além dos “centros de gestão do território” (Corrêa, 1996), criando uma rede de trabalho informacional que sustenta novas atividades e conteúdos urbanos diferenciados.

Não obstante, trata-se ainda de uma instituição importante para a organização do território brasileiro, pois oferece, ainda que de forma incompleta, uma proposta de desenvolvimento territorial calcada no empreendedorismo urbano e no protagonismo localista dos municípios. Trata-se, portanto, de uma instituição importante que merece ser estudada e pormenorizada nos futuros estudos geográficos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADDIS, K. e GOMES, E. “Outro Lado da Liberalização: impactos sociais transformadores do apoio do SEBRAE às micro e pequenas empresas”. In: GUIMARÃES, N. A. e MARTIN, S. (org). *Competitividade e Desenvolvimento: atores e instituições locais*. São Paulo: Senac. 2001.
- ADDIS, K. e GOMES, E. “Corporativismo, Liberalização e Democratização: um estudo a partir dos serviços do Sistema S”. In: ABREU, A. A. (org). *A Democratização no Brasil: atores e contextos*. Rio de Janeiro: FGV. 2006.
- ALMEIDA, E. P. *Uso do Território Brasileiro e os Serviços de Saúde no Período Técnico-Científico-Informacional*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP. 2005.
- AMATO NETO, J. “As Políticas Industriais e Tecnológicas e as Pequenas e Médias Empresas: iniciativas na História Recente da Economia Brasileira”. In: *Revista Gestão Industrial*. V.3. N.1. Ponta Grossa: UFP. 2007.
- ANDRADE, T. A. e SERRA, R. V. *O Recente Desempenho das Cidades Médias no Crescimento Populacional Urbano Brasileiro*. Texto para Discussão n. 554. Rio de Janeiro: IPEA. 1998.
- ANDRADE, T. A e SERRA, R. V. *Cidades Médias Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA. 2001.
- ANTAS JR, R. M. *Território e Regulação: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito*. São Paulo: Fapesp/Humanitas. 2005.
- ARRAÚJO, T. B. *Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan/ Observatório. 2000.
- ARROYO, M. M. “Dinâmica Territorial, Circulação e Cidades Médias”. In: SPOSITO, E. ; SPOSITO, M. E. e SOBARZO, O. *Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular. 2006.
- BAKIS, H. *Que Sais-Je? Géopolitique de l'information*. Paris: Presses Universitaires de France, 1987.
- BECKER, B. e EGLER, G. “A Economia-Mundo e as Regiões Brasileiras”. In: *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1992.

- BELL, D. *O Advento da Sociedade Pós-Industrial: uma tentativa de previsão social*. São Paulo: Editora Cultrix. 1999. (1973).
- BENKO, G. *Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI*. São Paulo: Hucitec. 1999.
- BONELLI, R. *Políticas de Competitividade Industrial no Brasil - 1995/2000*. Texto para discussão n. 810. Rio de Janeiro: IPEA. 2001.
- BORIN, P. *Divisão Interurbana do Trabalho e Uso do Território nos Municípios de Águas de Lindóia (SP), Lindóia (SP), Serra Negra (SP), Socorro (SP) e Monte Sião (MG)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH- USP. 2002.
- BORIN, E. C.; ALMEIDA, M. e TERRA, B. "A Atuação Institucional do SEBRAE no Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais: o caso do APL de moda íntima de Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Brasil". *REDES*. Santa Cruz do Sul. V. 13. N. 3. set/dez. 2008.
- BRANDÃO, C. *Território & Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Editora Unicamp. 2007.
- BRASIL. GOVERNO FEDERAL. *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil. Volume 5- Redes Urbanas Regionais: Sudeste*. Brasília: IPEA. 2002.
- CALDAS, R. W. e CRESTANA, S. *Políticas Públicas Municipais de Apoio às Micro e Pequenas Empresas*. São Paulo: SEBRAE, 2005.
- CANO, W. "Subsídios para a reformulação das políticas de descentralização industrial e de urbanização no estado de São Paulo". In: SEADE/ UNICAMP. *A interiorização do desenvolvimento econômico no estado de São Paulo, 1920-1980*. São Paulo: SEADE. 1988.
- CASTELLS, M. "Mudança Tecnológica, Reestruturação Econômica e a Nova Divisão Espacial do Trabalho". *Espaço & Debates*. São Paulo: NERU. ano VI, n. 17. 1986. p. 05-23.
- CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. Vol. I. São Paulo: Paz e Terra. 1989.
- CASTELLS, M e BORJAS, J. "As Cidades como Atores Políticos". In: *Revista Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo. N.45, julho de 1996. p.152-166
- CASTELLS, M. *La Galaxia Internet: reflexiones sobre a internet, empresas y sociedad*. Madrid: Areté. 2001.

- CASTILLO, R. A. ; TOLEDO JUNIOR, R. ; ANDRADE, J. “Três Dimensões da Solidariedade em Geografia”. *Revista Experimental*, São Paulo, v. ano III, n. 3, p. 69-99, 1997.
- CASTILLO, R. A. “Tecnologias da Informação e os Novos Fundamentos do Espaço Geográfico”. In: DOWBOR, L.; IANNI, O. ; RESENDE, P. E. e SILVA, H. (orgs). *Desafios da Comunicação*. Petrópolis: Editora Vozes. 2001.
- CHAUÍ, M. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Ed. Moderna. 1981.
- CHESNEAUX, J. *Modernidade-Mundo*. Petrópolis: Vozes. 1996.
- COMPANS, R. *Empreendedorismo Urbano: entre o discurso e a prática*. São Paulo: Unesp. 2005.
- CONTEL, F. B. *Território e Finanças: técnicas, normas e Topologias Bancárias no Brasil*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH- USP. 2007.
- CORRÊA, R. L. “Origem e Tendência da Rede Urbana Brasileira: algumas notas”. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE. ano 56, n.1. 1994.
- CORRÊA, R. L. “Os Centro de Gestão do Território: uma nota”. In: *Território*. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ. 1996.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajelórias Geográficas*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1997.
- CYPRIANO, C. A. C. *Pequena Empresa, Desenvolvimento Social e a Ação Institucionalizadora do SEBRAE*. Tese de Doutorado. Salvador: Escola de Administração da UFB. 2004.
- DANTAS, M. “Informação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo”. *Revista Lua Nova*. N.60. 2003.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *Anuário da Qualificação Social e Profissional-2006*. São Paulo. 2007.
- DIAS, L. C. “Redes: emergência e organização”. In: CASTRO, I; GOMES, P. C. e CORRÊA, R. L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2000.
- DOLLFUS, O. “Geopolítica do Sistema-Mundo” In: SANTOS, M. (org). *O Novo Mapa do Mundo: fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec/ ANPUR. 1993.

- DONADONE, J. C. e SZNELWAR, L. I. “Dinâmica Organizacional, Crescimento das Consultorias e Mudanças nos Conteúdos Gerenciais nos Anos 90”. In: *Produção*. Vol. 14, n.2. São Paulo. 2004.
- DONADONE, J. *Os Hunos Já Chegaram! : dinâmica organizacional, difusão de conceitos gerenciais e atuação das consultorias*. Tese de Doutorado. São Paulo: Escola Politécnica da USP. 2001.
- DRUCKER, P. *The New Realities*. New York: Harper & Row. 1989.
- FURQUIM JR, L. “Normatização do Território: a conexão com o mundo”. In: Carlos, A. F. (org) *Ensaio de Geografia Contemporânea, Milton Santos: obra revisada*. São Paulo: Hucitec. 1996.
- GAROFOLI, G. *Industrializzazione Diffusa e Piccola Impresa: il modello italiano degli anni 70 e 80*. Ensaio FEE. Porto Alegre. Vol. 14. 1993.
- GOMES, E. *Termo de Referência para Atuação do Sistema SEBRAE em Inteligência Competitiva para MPEs*. Brasília: SEBRAE. 2007.
- GONÇALVES, M. F. “Novas Configurações no Desenvolvimento Urbano Paulista”. In: *Espaço & Debate*. Ano XIV, n. 38. São Paulo: NERU. 1994.
- GONÇALVES, M. F. “Uma Metrópole Singular” In: FONSECA, R; DAVANAZO, A. e NEGREIROS, R. *Livro Verde: desafios para gestão da Região Metropolitana de Campinas*. Campinas: Unicamp. 2002.
- GORZ, A. *O Imaterial*. São Paulo: Annablume. 2005.
- GRAMSCI, A. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Círculo do Livro. 1985.
- HAGERSTRAND, T. *Innovation Diffusion as Spacial Process*. Chigado. University of Chicago. 1967.
- HARVEY, D. “Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio”. In: *Espaço & Debate*. São Paulo. N. 39, XVI, p. 49-63. São Paulo: NERU. 1996.
- HARVEY, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume. 2006.
- HIRST, P. e THOMPSON, G. *Globalização em Questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Rio de Janeiro: Vozes 1998.
- ISNARD, H. *O Espaço Geográfico*. Lisboa, Almedina, 1982.

- LENCIONI, S. "Reestruturação urbano-industrial no estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada". In: SANTOS, M., SOUZA, M. A. de e SILVEIRA, M. L. (orgs). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ ANPUR.1998.
- LOJKINE, J. *A Revolução Informacional*. São Paulo: Cortez. 1995.
- MALIN, A. "Economia e Política de Informação: novas visões da história". In: *Revista São Paulo em Perspectiva*. Vol.8, n. 4. out/dez: Fundação Seade. São Paulo. 1994.
- MANZONI NETO, A. *O Novo Planejamento Territorial : empresas transnacionais de consultoria, parcerias público-privadas e uso do território brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Campinas. IG: Unicamp. 2007.
- MARCO, S. A. *Novas Abordagens a Promoção das Pequenas Empresas: um estudo do programa SEBRAE de desenvolvimento de arranjos produtivos locais*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IG-UNICAMP. 2003.
- MARKUSEN, A. "Áreas de Atração de Investimentos em um Espaço Econômico Cambiante: uma tipologia de distritos industriais". In: *Nova Economia*. Belo Horizonte. Vol. 5. N.2. dez. 1995.
- MATIAS, B. "PAEs: aposta no futuro". *Revista Conexão SEBRAE*. Ano II, n. 6. dez/2006 e jan/2007. p. 30- 31.
- MAXIMO e MELO, N. "SEBRAE e Empreendedorismo: origem e desenvolvimento". In: *Anais do 32º Encontro Nacional da ANPOCS*. Caxambu. 2008.
- MELLO, J. M. C. *O Capitalismo Tardio*. Campinas: IE- Unicamp. 1998 (1975).
- MONTALLI, K. M. L. e CAMPELLO, B. S. "Fontes de Informação sobre Companhias e Produtos Industriais: uma revisão da literatura". *Ciências da Informação*. Brasília. Vol. 26, n. 3. Set/dez/ 1997.
- MORAES, A. C. R. *Ideologias Geográficas*. São Paulo: Hucitec. 2002.
- MOURA, R. "Gestão Desarticulada: políticas urbanas em tempos de ajuste estrutural". In: Sposito.M.E.B. *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: FCT/ Unesp. 2001.
- MOURA, R. "Metrópoles em Reestruturação: a lógica da desordem". In: RIBEIRO, L. C. Q. *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Preseu Abramo. 2004.

- NEGRI, B. *Concentração e Desconcentração em São Paulo (1880-1990)*. Campinas: Editora da Unicamp. 1996.
- PENNA DIAS, G. *Empreendedorismo e Educação: o SEBRAE na escola*. Dissertação de mestrado. Niterói: Faculdade de Educação da UFF. 2006.
- PORAT, M. U. *The Information Economy: definition and measurement*. Whashington DC: Office of Telecommunication. Vol. 1. 1977. Disponível em www.eric.ed.gov.
- RAFFESTIN, C. *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática. 1993.
- RATTNER, H. *Pequenas e Médias Empresas no Brasil: 1963/1976*. São Paulo: Símbolo. 1979.
- RIBEIRO, A. C. T. “Relações Sociedade-Estado: elementos do paradigma administrativo”. Rio de Janeiro: *Cadernos do IPPUR*. Ano XII, vol.2.1998.
- RIBEIRO, A. C. T. “Lugares dos Saberes: diálogos abertos”. In: BRANDÃO, M. A. (org). *Milton Santos e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2004.
- SANTOS, M. *O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: EDUSP. 2004 (1975).
- SANTOS, M. *Por Uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec. 2002. (1978).
- SANTOS, M. *Espaço e Sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes. 1979.
- SANTOS, M. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Hucitec. 1997. (1982).
- SANTOS, M. *Metamorfose do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. São Paulo: Hucitec. 1988.
- SANTOS, M. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec. 1996. (1993).
- SANTOS, M. “Da Política dos Estados a Política das Empresas”. In: *Cadernos da Escola do Legislativo*. N. 6. Ano II. 1997.
- SANTOS, M. *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec. 1998. (1994).
- SANTOS, M. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel. 1998. (1987).
- SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo. razão e emoção*. São Paulo: Edusp. 2002. (1996).
- SANTOS, M. “O Chão Contra o Cifrão”. Folha de São Paulo de 28/02/1999a

- SANTOS, M. "O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise". In: *Cadernos IPPUR*. São Paulo. Ano XIII, n. 2. Agosto/Dezembro de 1999b.
- SANTOS, M. "Nação Ativa, Nação Passiva". Folha de São Paulo de 21/11/1999c.
- SANTOS, M. *Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record. 2000.
- SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. *O Ensino Superior Público e Particular e o Território Brasileiro*. Brasília: ABMES. 2000.
- SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Record. 2001.
- SASSEN, S. *As Cidades na Economia Mundial*. São Paulo: Studio Nobel. 1998. (1994).
- SERVIÇO DE APOIO A MICRO E PEQUENA EMPRESA. *Criando seu Próprio Negócio: como desenvolver o potencial empreendedor*. São Paulo: USP e Edições SEBRAE-SP. 1995.
- SERVIÇO DE APOIO A MICRO E PEQUENA EMPRESA. *Prefeito Empreendedor: parceiro dos pequenos negócios*. São Paulo: SEBRAE-SP e Fundação Prefeito Faria Lima- CEPAM. 2006.
- SERVIÇO DE APOIO A MICRO E PEQUENA EMPRESA. *Missão Itália*. 2007.
- SERVIÇO DE APOIO A MICRO E PEQUENA EMPRESA. "Onde Estão as Micro e Pequenas Empresas em São Paulo". São Paulo: SEBRAE-SP. 2007. Disponível em <http://www.sebraesp>. 02/08/2008.
- SERVIÇO DE APOIO A MICRO E PEQUENA EMPRESA. *Guia do Candidato empreendedor*. São Paulo: SEBRAE-SP. 2008.
- SERVIÇO DE APOIO A MICRO E PEQUENA EMPRESA. *Relatório com Dados Regionais: Área de abrangência do escritório regional sudeste paulista- campinas*. 2009.
- SERVIÇO DE APOIO A MICRO E PEQUENA EMPRESA. *O SEBRAE para Conselheiros*. Brasília. s/d.
- SERVIÇO DE APOIO A MICRO E PEQUENA EMPRESA. *Capacitação Básica em Atendimento Individual. Módulo 1- O SEBRAE e as Micro e Pequenas Empresas no Brasil*. Brasília. s/d.

- SCHUMPETER, J. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura. 1961.
- SILVA BERNARDES, A. M. *A Contemporaneidade de São Paulo: produção de informação e novo uso do território brasileiro*. São Paulo: FFLCH- USP. Tese de doutorado. 2001.
- SILVA BERNARDES, A. M. “As Grandes Cidades e o Período Popular da História: contribuições ao debate”. In: *III Encontro com Pensamento de Milton Santos*. Salvador: UFBA. 2005.
- SILVA BERNARDES, A. M. *Círculos de Informações e Novo uso do Território Brasileiro: o impacto das ações das grandes empresas de consultoria (1990-2007)*. Texto Inédito: Campinas. IG/Unicamp. 2007.
- SILVA BERNARDES, A. M. B. da e MANZONI NETO, A. *O Planejamento Territorial no Brasil nos anos 1990: as ações das empresas globais de consultoria (o caso da empresa Booz-Aleen & Hamilton)*. Texto inédito. Campinas. IG/ Unicamp. 2008.
- SILVEIRA, M. L. *Um País, Uma Região: fim de século e modernidades na Argentina*. São Paulo: FFLCH- USP e FAPESP. 1999.
- SOUZA, M. A. de. “Conexões Geográficas: um ensaio metodológico: uma versão preliminar”. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 71, 1995.
- SOUZA, M. A. de. “O II PND e a Política Urbana Brasileira: uma contradição evidente” In: DÉAK, C. (org.) *O Processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp. 1999.
- SOUZA, M. C. A. F. de e BOTELHO, M. dos R. “Reflexões sobre as Políticas de Apoio às Pequenas Empresas Brasileiras no Período Recente” In: *Ensaio FEE*. Porto Alegre. Vol. 22, n. 1. 2001.
- SPOSITO, M. E. *O Chão em Pedacos: urbanização, economia e cidades no estado de São Paulo*. Tese de livre docência. Presidente Prudente: Unesp. 2005.
- STACEY, M. “Business as Usual?”. *Refer*. London. V. 11. N. 1. Winter/ 1995.
- STERN, P. e TUTOY, P. *Le Métier de Consultant: principes, méthodes, outils*: Les Éditions D’Organisation. Paris. 1995.
- TEIXEIRA, D. L. P. “A Estrutura de Poder, o Paternalismo e o Papel da Assessoria Técnica Gerencial na Pequena Empresa Industrial”. *Revista de Administração de Empresa*. Rio de Janeiro. n. 24, vol. 2. 1984.

- TOMELIN, M. *O Quaternário: seu espaço e poder*. Brasília: UNB. 1998.
- VAINER, C. "Pátria, Empresa e Mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano". In: ARANTES, O. ; VAINER, C. e MARICATO, E. *A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consenso*. Petrópolis: Vozes. 2000.
- VEIGA, J. E. "A Face Territorial do Desenvolvimento". *Revista Interações*. Vol.3. N.5 set. 2002.
- VERON, K. D. C. *Information Sources in Management and Business*. London: Butterworths. 1984.
- ZENORINE DA SILVEIRA, F. Z. *Massificação da Consultoria: descrição e análise de mudança do SEBRAE-SP*. Dissertação de Mestrado. São Carlos: UFSCAR. 2007.

ANEXOS

Tabela 1- Tamanho e População das Cidades Brasileiras								
Tamanho dos centros (1.000 hab.)	1950		1970		1991		2000	
	Número de Cidades	% da Pop.						
<20	1.745	35,3	3.574	26,2	3.736	19,3	4.022	19,8
20e50	55	10,0	177	10,6	438	12,4	958	16,9
50 e 100	16	7,5	49	6,5	160	10,2	303	12,4
100 e 250	4	4,8	34	9,1	100	14,3	140	12,7
250 a 500	3	7,6	6	3,5	33	10,1	53	10,6
500 a 2 mil	1	3,9	8	15,8	20	16,5	25	12,8
>2 mil	2	31,0	2	28,2	4 1	7,1	6	14,8
Total	1.826	100	3.850	100	4.491	100	5.507	100

Fonte: Adaptado de Andrade e Serra (1998) e Andrade e Serra (2001).

Tabela 2 - População do Brasil, Região Sudeste e Estado de São Paulo (de 1950 a 2000)

Ano	Brasil				Região Sudeste				Estado de São Paulo			
	Rural		Urbana		Rural		Urbana		Rural		Urbana	
	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.
1950	63,8 4	33.161.50 6	36,1 6	18.782.891	52,0 0	11.827.76 0	47,5 5	10.720.73 4	47,4 1	4.330.21 2	52,5 9	4.804.211
1960	54,9 2	38.987.52 6	45,0 8	32.004.817	42,6 4	13.244.32 9	57,3 6	17.818.64 9	37,1 9	4.824.72 0	62,8 1	8.149.979
1970	44,0 2	41.603.83 9	55,9 8	52.904.744	27,2 4	10.984.79 9	72,7 6	29.347.17 0	19,6 4	3.526.44 9	80,3 6	14.432.24 4
1980	32,3 0	39.137.19 8	67,7 0	82.013.375	17,1 7	9.029.863	82,8 3	43.550.66 4	11,3 5	2.880.87 1	88,6 5	22.494.32 8
1991	24,4 1	35.834.48 5	75,5 9	110.990.99 0	11,9 8	7.514.418	88,0 2	55.225.98 3	7,20	2.274.06 4	92,8 0	29.314.86 1
2000	18,7 5	31.845.21 1	81,2 5	137.953.95 9	9,48	6.863.217	90,5 2	65.549.19 4	6,59	2.439.55 2	93,4 1	34.592.85 1

Fonte: IBGE (2008). Organizado pela autora.

As variáveis medidas pelo GEM (Global Entrepreneurship Monitor): aspectos sociais, culturais e contexto político

“A primeira das variáveis consideradas pelo GEM são os aspectos sociais, culturais e o contexto político de um país. A história de cada nação apresenta-se distinta, com eventos e decisões diferentes que, conseqüentemente, geram instituições e modo de vida distinto. Daí, a importância de mensurar em termos das mesmas características e estruturas da sociedade como educação e idade da população do país.

1- Situação geral nacional

- Abertura Econômica: grau de integração de um país na economia mundial;
- Governabilidade: o papel do Estado, as políticas fiscais, o grau de intervenção e a qualidade dos serviços públicos;
- Financiadores: o grau de investimento do mercado no setor produtivo;
- Tecnologia: o grau de tecnologia e a acumulação do conhecimento;
- Infra-estrutura: a qualidade da infra-estrutura (telecomunicações, facilidades de distribuição, meios de transporte etc.);
- Gestão: o gerenciamento empresarial como as estratégias competitivas, desenvolvimento da produção, controle de qualidade, operações financeiras cooperativas, recursos humanos;
- Mercado: a eficiência e flexibilidade do mercado;
- Instituições: a capacidade de suporte pelas instituições quanto à modernidade, a competitividade do mercado, incluindo as regras do direito que resguardam a propriedade privada.

A incorporação desses fatores no GEM reflete a apreciação da qualidade de análise, seja conceitual, seja metodologicamente.

2- Sistema empreendedor

- Suporte Financeiro: viabilidade de recursos financeiros;
- Políticas Governamentais: o grau de políticas governamentais refletidos em taxas, regulações, incentivos fiscais;

- Programas Governamentais: programas de incentivo para o surgimento e crescimento de firmas em todos os níveis de governo (nacional estadual e municipal);
- Capacitação: incorporação de sistemas educacional e treinamento em todos os níveis;
- Pesquisas de Desenvolvimento: o grau de pesquisas nacionais e desenvolvimento de novas oportunidades comerciais, tendo em vista a viabilidade para novas, pequenas e crescentes firmas;
- Serviços de Infra-estrutura: a presença de instituições e serviços comerciais e de responsabilidade fiscal que encoraje e suporte a emergência das novas, pequenas e crescentes empresas;
- Infra-estrutura Física: facilidade de acesso a recursos físicos como comunicação, transporte etc.;
- Abertura do Mercado Interno: o grau de arranjos comerciais submetidos a constantes mudanças e a capacidade de absorção de empregos imediatos;
- Normas Culturais e Sociais: presença de fatores culturais e sociais que encorajam ou não as ações individuais a qual pode conduzir para novos caminhos de empregos e atividades econômicas.

3- Oportunidades empreendedoras

- Existência de oportunidade: a presença ou emergência de oportunidades do mercado adequado para as iniciativas empreendedoras;
- Percepção de oportunidades: a percepção das oportunidades das iniciativas empreendedoras.

4- Potencial empreendedor

- Capacidade: o grau de indivíduos presentes na sociedade com potencial para implementar iniciativas empreendedoras;
- Motivação: o grau de motivação dos indivíduos para implantar iniciativas empreendedoras.

5- Dinâmicas de emprego e trabalho

- As variáveis expostas aqui (origem, declínio, expansão e contração das empresas) envolvem as mudanças dinâmicas nas empresas que constroem o sistema econômico.

6- Crescimento econômico

Baseadas nesses fatores, as pesquisas do GEM do ano de 2002 realizadas no Brasil revelam:

- Há no Brasil em torno de 14,4 milhões de pessoas envolvidas em atividades empreendedoras, ou seja, uma em cada sete pessoas se caracteriza como empreendedora, o que coloca o Brasil em sétimo lugar, com uma Taxa de Atividade Empreendedora de 13,5%;
- O empreendedorismo está intimamente associado aos demais fatores do desenvolvimento nacional (investimentos estrangeiros, qualidade da infra-estrutura, crescimento do mercado local). Assim o declínio da atividade econômica do país entre 2000 e 2002 levou a uma queda da posição do Brasil de 1.º para 7.º lugar na classificação geral;
- Os fatores que levam uma pessoa a ser empreendedora (oportunidade ou necessidade) ilustram as circunstâncias do país e a dinâmica da atividade empreendedora. O Brasil se caracteriza pelo empreendedorismo por necessidade e não por oportunidade;
- Um dos setores que mais se caracterizaram pelo seu dinamismo foi o segmento de comércio e serviços, destacando-se o setor de alimentação;
- A empresa familiar predomina no Brasil, com 50%, representando 6,3 milhões do total;
- Os principais obstáculos enfrentados pelos empreendedores no Brasil são a dificuldade de acesso e o alto custo do capital (e financiamentos) para as MPEs e a inexistência de um mercado organizado de capitais de risco (*venture capital*) que poderiam ajudar empreendimentos com alto potencial de crescimento;
- A mulher participa com 42% do total de empreendedores, acima da média mundial de 39,9%;
- Outros obstáculos no fortalecimento do empreendedorismo são: a carga tributária excessiva, exigências legais inadequadas, burocracia, falta de capacitação e a dificuldade de acesso a novas tecnologias.

7- Recomendações do GEM aos Governos

- Compreender e estudar melhor o fenômeno do empreendedorismo;
- Estudar mais a relação entre crescimento econômico e empreendedorismo;
- Ampliar o acesso ao Crédito para fomentar o empreendedorismo;
- Políticas voltadas para desenvolver o empreendedorismo por necessidade podem não estimular e mesmo inibir o empreendedorismo por oportunidade”.

Fonte: CALDAS, R. W. e CRESTANA, S. *Políticas Públicas Municipais de Apoio às Micro e Pequenas Empresas*. São Paulo: SEBRAE, 2005

- Empresas Habilitadas pelo SEBRAE para Realização de Consultorias (até Agosto de 2008)

O. J. LEAL DE PAULA & CIA LTDA - TAUBATÉ;
+ VALOR CONSULTORES EM GESTÃO – BOITUVA;
3 TEC ABN INFORMÁTICA LTDA - SÃO PAULO;
A. MATHEUS MARKETING E COMUNICAÇÃO LTDA – BELO HORIZONTE;
A.S. QUALITY CONSULTORIA E TREINAMENTO S/C LTDA –SÃO PAULO;
ABACO – INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E TECNOLÓGICO – CAMPINAS;
ÁBACO ENGENHARIA – ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. – SÃO PAULO;
ABARCA TREINAMENTO E CONSULTORIA S/S LTDA - BARRETOS;
ABC ASSESSORIA E TREINAMENTOS EM GESTÃO EMPRESARIAL LTDA. – FRANCA;
ABC SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA,SISTEMAS E AUTOMAÇÃO LTDA – BAURU;
ABF CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA - SÃO PAULO;
ABM INFORMÁTICA LTDA. ME – TARABAÍ;
ABMAT ENGENHARIA S/S LTDA - MOGI DAS CRUZES;
ACÁCIA SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA – SÃO PAULO;
AÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS LTDA – SÃO PAULO;
ACARA ASSESSORIA EMPRESARIAL S/S LTDA - PINDAMONHANGABA;
ACERTE CONSULTORIA E GESTÃO EMPRESARIAL - SÃO PAULO;
ACTUM CONSULTORIA S/C LTDA - TUPÃ ;

ACTUS – CONSULTORIA E ASSESSORIA S/C LTDA – PARANÁ;
AGREGA – ASSESSORIA EM LOGÍSTICA LTDA ME – SÃO JOSÉ DOS CAMPOS;
AGRO PROJ CONSULTORIA E PROJETOS LTDA – JUNDIAÍ;
AGROCON – ASSESSORIA, TREINAMENTO, PLANEJAMENTO E SERVIÇOS – SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA – BEBEDOURO;
AGROPARCEIRA CONSULTORIA E TREINAMENTO EM AGRONEGÓCIOS LTDA. – VALINHOS;
AGROPECUÁRIA A&G LTDA - PIRACICABA;
AGROTEC CONSULTORIA AGROPECUÁRIA SS LTDA – SÃO CARLOS;
AGROTEC ENGENHEIROS ASSOCIADOS S/C LTDA. – SÃO MIGUEL ARCANJO;
AGROTEC S/C LTDA. – ESTRELA D’OESTE;
AGROTUR CONSULTORIA EM AGROPECUÁRIA, TURISMO E INFORMÁTICA S/C LTDA. – MONTEIRO LOBATO;
AGUIRRE CONSULTORIA TREINAMENTO E REPRESENTAÇÕES LTDA – SÃO PAULO;
AJM LOPES GESTÃO EMPRESARIAL LTDA - SANTO ANDRÉ;
AJM MARTINS CONSULT LTDA - SÃO PAULO;
AJNA GESTÃO EMPREENDEDORA LTDA - SÃO PAULO;
AKS - SERVIÇOS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA – SÃO PAULO;
ALBERTO SANTINI JUNIOR – CAMPINAS;
ALCALÁ CONSULTORIA E SERVIÇOS S/C LTDA – SANTANA DE PARNAÍBA;
ALENCAR ASSOCIADOS CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - SANTOS;
ALFA SERVICE LTDA – SÃO PAULO;
ALIMENTARIS PLANEJAMENTO E TREINAMENTO EM SEGURANÇA ALIMENTAR LTDA - SANTANA DE PARNAÍBA;
ALIMENTO-ISO SEGURANÇA ALIMENTAR LTDA - SÃO PAULO;
ALLCONSULT – CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA - RIBEIRÃO PRETO;
ALLMARKET REPRESENTAÇÕES E COMERCIO LTDA – CAMPINAS;
ALMEIDA PRADO CONSULTORIA E LICENCIAMENTO AMBIENTAL S/C LTDA. – JAÚ;

ALMERCA CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA – SOROCABA;
ALVARENGA E CONTI LTDA - FRANCA;
AM – TREINAMENTO E CONSULTORIA TURÍSTICA LTDA – CAMPINAS;
AMARAL CONSULTORIA E ASSESSORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL LTDA – ITU;
AMÉRICA GESTÃO EMPRESARIAL LTDA. - AMERICANA;
AMOM CONSULTORIA EMPRESARIAL S/S LTDA;
AMPLA ASSESSORIA CONSULTORIA E TREINAMENTO EMPRESARIAL S/C LTDA – SÃO PAULO;
ANÁLISE ASSESSORIA, CONSULTORIA E TREINAMENTO EMPRESARIAL S/C LTDA. – MOGI DAS CRUZES;
ANDIA & OLIVER LTDA – ME - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO;
ANDRADE RIBEIRO AUDITORIA E CONSULTORIA S/C LTDA - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO;
ANJOS & SOBREIRA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA – ME - SÃO PAULO;
ANTONELI J. OLIVEIRA TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA - SÃO PAULO;
ANTONELLI & PALAIA CONSULTORES EDUCACIONAIS S/C LTDA. – SÃO PAULO;
APIÁRIO SANTA TEREZINHA LTDA ME – TAUBATÉ;
APTIDÃO – DESENVOLVIMENTO HUMANO E CONSULTORIA S/C LTDA – SÃO PAULO;
APTIDÃO CONSULTORIA S/S. LTDA. – ME - JUNDIAÍ;
ARAÚJO E COSTA S/C LTDA. – BAURU ;
ÁREA TÉCNICA SERVIÇOS LTDA - SÃO PAULO;
ARGOTUR – PLANEJAMENTO E GESTÃO EM TURISMO E COMUNICAÇÃO LTDA. - JACAREZINHO;
ARUANDA SUPORTE EMPRESARIAL S/C LTDA. – SÃO PAULO;
ASSESE EDUCAÇÃO CONTINUADA S/C LTDA – SANTO ANDRÉ;
ASSESSOCON ASSESSORIA OU CONSULTORIA LTDA – SOROCABA;
ASSETO CONSULTORIA LTDA. – GUARULHOS;
ASTOLPHI E PASCOAL CONSULTORIA E ASSESSORIA S/C LTDA. – OURINHOS;
ATITUDES M&V CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. - SÃO PAULO;
ATRIO CONSULTORIA E TREINAMENTO EM ALIMENTOS LTDA - SÃO PAULO;

ATUAÇÃO COMERCIAL E RECURSOS HUMANOS LTDA – TREMEMBÉ;
AUDOC.COM – ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA – SÃO PAULO;
AUGUSTO AKI COMÉRCIO E CONSULTORIA LTDA - SANTO ANTONIO DE POSSE;
AUSWEGE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL LTDA – BOTUCATU
AV CONSULTORIA LTDA - SÃO PAULO;
AYRES SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA - SANTANA DE PARNAÍBA;
AZEVEDO E MELO ASSOCIADOS S/C LTDA. – PRESIDENTE PRUDENTE;
B & M TECNOLOGIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. ME – SANTOS;
BCM CONSULTORES ASSOCIADOS S/C LTDA – SÃO PAULO;
BEA BAH CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA – SÃO CARLOS;
BERARD E GIBRAN S/C LTDA – ARARAQUARA;
BERARDELI ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA – ME – PORTO FELIZ;
BERNARDES E MENTONE TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA - BARUERI;
BERTOLUCCI CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL S/C LTDA. – ARAÇATUBA;
BIO-LOGICA CONSULTORIA AGROAMBIENTAL LTDA - RIO CLARO;
BIT-A-BIT MATERIAIS DIDÁTICOS LTDA - SÃO PAULO;
BITTAR & GIMENES REPRESENTAÇÕES LTDA. – FRANCA;
BLASI CONSULTORIA E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA - BOTUCATU;
BOM RUMO SOROCABA S/C LTDA. – SALTO DE PIRAPORA;
BONIN E ITO ASSESSORIA LTDA - SÃO PAULO;
BRASIL PECUÁRIA S/A - SÃO PAULO;
BRISOT CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA. - BAURU;
BRITO & SZUSTER ARQUITETOS ASSOCIADOS LTDA – SANTANA DO PARNAÍBA;
BUGANO E COLOMBI CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA - SÃO PAULO;
C FRANCO CONSULTORIA S/C LTDA – MIRASSOL;
C. ROCHA TREINAMENTOS – ME – BAURU;
C.A .T. CONSULTORIA E ASSESSORIA E TREINAMENTO S/C LTDA. – MARÍLIA;
C.J. MARTINS & J.A. SANCHES CONSULTORIA LTDA - ITAJOBÍ;
CAAD TECNOLOGIA E INFORMÁTICA S/A - CONCHAS;

CAMPOS VERDES CONSULTORIA LTDA – IBIUNA;
CANHOS CONSULTORIA E TREINAMENTO EM AGRONEGÓCIOS LTDA – JAÚ;
CANISARES & CANISARES S/C LTDA – MARTINÓPOLIS;
CAPITAL CONSULTORIA E TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA – SÃO PAULO;
CAPITAL SOCIAL INSTITUTO DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DAS AÇÕES SOCIAIS – EMBU;
CAPPI CONSULTORIA ECONOMICA LTDA - SÃO CAETANO DO SUL;
CARLOS ROBERTO VILLA JUNIOR & CIA LTDA - ARAÇATUBA;
CARVACON – CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - PIRACICABA;
CARVAS & CARVAS TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA – TAQUARITINGA;
CASTEX & KIRSCHNER CONSULTORES S/S - ITU;
CATIVAR - COOPERATIVA DE ASSESSORIA TÉCNICA INTEGRAL DO VALE DO RIBEIRA - REGISTRO;
CEDEN – CENTRO DE ESTUDOS, DESENVOLVIMENTO E NEGOCIAÇÕES S/C LTDA. – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO;
CELSO DONIZETI ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA - BAURU;
CENARIUM COMUNICAÇÃO E EVENTOS LTDA - PINDAMONHANGABA;
CENTRO BRASILEIRO DE DANÇATERAPIA LTDA ME - SÃO PAULO;
CENTRO CATE – CONSULTORIA, ASSESSORIA E TREINAMENTO EMPRESARIAL S/C LTDA - RIBEIRÃO PRETO;
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPRESARIAL S/C LTDA. – FRANCA;
CEPPAN CENTRO DE PESQUISAS E APOIO MERCADOLÓGICO LTDA - SÃO PAULO;
CESARIA CONSULTORIA & TREINAMENTOS S/C LTDA. – EMBU;
CJ CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA - SÃO PAULO;
CLASSE CONSULTORIA E SERVIÇOS S/C LTDA – BOTUCATU;
CLS – CONSULTORIA LIDERANÇA E SOLUÇÕES – SÃO PAULO;
CMM – REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. – PRESIDENTE VENCESLAU;
COATER – COOPERATIVA DE ASSESSORIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – PARAGUAÇU PAULISTA;
COE – CONSULTORIA, ORIENTAÇÃO E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - ME -

SÃO PAULO;
COLETE PLANEJAMENTO TECNICO E ASSESSORIA AGROPECUÁRIA LTDA – SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA;
COLETI – CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA. – IPEÚNA;
COMERCIAL MARTINS & TOLEDO LTDA – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO;
COMMITMENT ASSESSORIA E CONSULTORIA EM ENGENHARIA DE QUALIDADE S/C LTDA - CAMPINAS;
COMPASS LOGÍSTICA S/C LTDA – MOGI DAS CRUZES;
COMPETITIVIDADE S/C LTDA - SANTANA DE PARNAÍBA;
CONCILIART CONSULTORIA E ARTES LTDA - LINHARES;
CONDE & RIBEIRO CONSULTORIA E REPRESENTAÇÃO LTDA – TREMEMBÉ;
CONEXA CONSULTORIA EM RH E AÇÕES EDUCATIVAS S/C LTDA. – SÃO PAULO;
CONEXÃO SOCIAL ORGANIZAÇÃO E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA. – ARAÇATUBA;
CONSAGRO CONTABILIDADE RURAL S/C LTDA. - DRACENA ;
CONSATE – CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA LTDA - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO;
CONSOLIDAR - COOPERATIVA DE CONSULTORES, INSTRUTORES, COORDENADORES E FACILITADORES DAS ÁREAS DE GESTÃO EMPRESARIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – BAURU;
CONSUGRO – CONSULTORIA AGROPECUÁRIA S/S LTDA – SÃO CARLOS;
CONSUGRO CONSULTORIA E TREINAMENTOS EM GESTÃO EMPRESARIAL LTDA. – PIRACICABA;
CONSULPLAN CONSULTORIA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL LTDA - OURINHOS;
CONSULTE BRASIL CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA – EPP – SÃO PAULO;
CONSULTORIA ATALLAH LTDA. – ME - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO;
CONSULTORIA VINTE E SETE HOSPITALIDADE LTDA – CAMPINAS;
CONTAC – CONTABILIDADE, ASSESSORIA E CONSULTORIA S/S LTDA – ME – PORTO FERREIRA;
CONTI & CONTI CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA – SOROCABA;
CONTRAT CONSULTORIA E TREINAMENTOS EM GESTÃO EMPRESARIAL – SÃO

BERNARDO DO CAMPO;
CONVEST CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA – EPP - BAURU;
COOLABORE – COOPERATIVA DE CONSULTORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS – JUNDIAÍ;
COOMAPA - COOPERATIVA MARILIENSE DE PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS – MARÍLIA;
COOPERAGRO - COOPERAT. PROFISSIONAIS DO SETOR AGROPECUÁRIO E AFINS DE RIBEIRÃO PRETO - JABOTICABAL;
COOPERATIVA DE ASSESSORIA E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS E TREINAMENTOS – COASAT – PRESIDENTE PRUDENTE;
COOPERATIVA DE TRABALHO DE PROFISSIONAIS NA ASSISTÊNCIA AO MEIO RURAL – BRAGANÇA PAULISTA;
COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PREST. DE SERV. E CONS. NO RAMO AGROP. E AFINS DE FERNANDÓPOLIS E REGIÃO ‘COOPERAGRO’ – FERNANDÓPOLIS;
COOPERATIVA EDUCACIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO - SANTANA DO PARNAÍBA;
COOPERHIDRO - COOPERATIVA DO POLO HIDROVIÁRIO DE ARAÇATUBA – AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL- ARAÇATUBA;
COOPERTEC - COOPERATIVA DE TECNOLOGIA ORGANIZACIONAL – BELO HORIZONTE/MG;
COSTA E SILVA CONSULTORIA EMPRESARIAL S/S LTDA - JUNDIAÍ;
COTEASP – COOPERATIVA DE TRABALHO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS E DEMAIS PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (COOTA) – SÃO PAULO
CREATOR CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA - SANTANA DE PARNAÍBA;
CRIE–CRIATIVIDADE EMPRESARIAL CONSULTORIA DE RECURSOS HUMANOS LTDA. – SÃO BERNARDO DO CAMPO;
CRISTIANE GANTUS ENCINAS – ME -SÃO PAULO;
CRITÉRIO LÓGICO INTELIGÊNCIA EMPRESARIAL & CONSULTORIA LTDA. – MOGI MIRIM;

GROCOMO CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA - PIRACICABA;
CTHT ASSESSORIA E ADMINISTRAÇÃO EM HOTELARIA E TURISMO S/C Ltda - MAIRIPORÃ;
CTR BRASIL CONSULTORIA ADMINISTRATIVA LTDA – VINHEDO;
CULTURA INVEST LTDA. – SÃO PAULO;
D S MKT E CONSULTORIA TURÍSTICA LTDA – GUARATINGUETÁ;
D&M CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO S/C LTDA - BAURU;
D.H. ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO;
DANNIAS CONSULTORIA E ASSESSORIA S/C LTDA. – SÃO PAULO;
DARUMÃ TREINAMENTOS COMPORTAMENTAIS – SANTO ANDRÉ;
DASH RECEPTIVO E ASSESSORIA S/C LTDA – BARUERI;
DE LUCCA E DE LUCCA ASSESSORIA E CONSULTORIA RURAL LTDA – BOTUCATU;
DE OLIVEIRA CONSULTORIA, ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA - RIBEIRÃO PRETO;
DEC CONSULTORIA ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E INFORMÁTICA LTDA – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO;
DELBRE CONSULTORES INDEPENDENTES LTDA - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO;
DELTTA ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA ME - SÃO PAULO;
DEPAUL ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA – EPP – SÃO PAULO;
DESENVOLVIMENTO HUMANO E CORPORATIVO SARTOR MORENO LTDA – BOTUCATU;
DIÁLOGOS RECURSOS HUMANOS S/C LTDA. – SANTO ANDRÉ;
DIAS CONSULTORIA E REPRESENTAÇÕES LTDA - CAMPINAS;
DIAS GOMES CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL LTDA – GUARULHOS;
DIMARTINS – CONSULTORIA EMPRESARIAL S/C LTDA. – CAJAMAR;
DINÂMICA CONSULTORIA EMPRESARIAL S/C LTDA – SÃO PAULO;
DINANI CONSULTORES LTDA - SÃO PAULO;
DLY – ASSESSORIA OPERACIONAL LTDA – SÃO PAULO;
DO VALLE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM RECURSOS HUMANOS LTDA. – POÁ;
DSM CONSULTORIA ESCOLAR LTDA - SÃO PAULO;

E & C RECURSOS HUMANOS LTDA – PRESIDENTE PRUDENTE;
E S M CONSULTORIA E ASSESSORIA EM TURISMO LTDA - SÃO PAULO;
E, N & S CONSULTORES ASSOCIADOS S/S LTDA - SÃO PAULO;
E. S. ERGONOMIA, FISIOTERAPIA, ASSESSORIA E TREINAMENTO LTDA. – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO;
ECO CONSULT SERVIÇO DE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA - SÃO CARLOS;
ECONOMALE CONSULTORIA ECONÔMICA LTDA. – BOTUCATU;
ECONOMIC CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL LTDA - ASSIS;
ECQ – ENGENHEIROS E CONSULTORES DA QUALIDADE S/C LTDA. – BOM JESUS DE PIRAPORA;
EDUARDO AKIRA CONSULTORIA, TREINAMENTO E REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA – SÃO PAULO;
EDUCA – COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS DE ENSINO E EDUCAÇÃO – SÃO PAULO;
E-FOCCUS RIO PRETO ASSESSORIA TECNOLÓGICA LTDA - BAURU;
EGGON EMPRESA GERADORA GESTORA DE OPORTUNIDADE NEGÓCIOS ASSOCIADOS LTDA - BARUERI;
EIKIS ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. – SÃO PAULO;
ELIASSIB & MARCIA CONSULTORIA E TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA - SÃO PAULO;
ELO CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA. – SANTO ANDRÉ;
ELO SERVIÇOS EMPRESARIAIS S/C LTDA – BÁLSAMO;
EMANCIPAÇÃO ASSESSORIA EM DESENVOLVIMENTO HUMANO S/C LTDA – SÃO PAULO;
EMPROL ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA - ARARAQUARA;
ENGEMICRO CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA LTDA - SÃO PAULO;
ENOVE CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA. – RIBEIRÃO PRETO;
ENPROSIST – ENGENHARIA PRODUTIVIDADE E SISTEMAS S/C LTDA- SÃO PAULO;
EPKR – SERVICE LTDA – RIBEIRÃO PRETO;
ESCAMA FORTE AQUACULTURA E MEIO AMBIENTE LTDA ME – ZACARIAS;

ESCOLA BRASIMEC S/C LTDA – SÃO PAULO;
ESPIRAL EDUCAÇÃO, ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA - SÃO PAULO;
ESTAÇÃO HISTÓRIA CULTURA E PATRIMONIO LTDA – ME - SÃO PAULO;
ÉTHOS CONSULTORIA E TREINAMENTO S/C LTDA. - ITAPETININGA;
ÉTICA RH CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA. – SÃO CAETANO DO SUL;
EXPANSÃO DELTA CONSULTORIA EM QUALIDADE, EDUCAÇÃO E TREINAMENTO LTDA. – SÃO PAULO;
F.F.A.M.M. ASSESSORIA LTDA – BOTUCATU;
F2CW ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA EPP – ITAPECERICA DA SERRA;
FABRICIA SOLDAN CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - CATANDUVA;
FANATECH COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA .- OSVALDO CRUZ;
FARIAS & SORIA CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA – RIO DE JANEIRO;
FCTH – FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE HIDRÁULICA - SÃO PAULO;
FELIPE & MATOS LTDA.-ME – ALVARES MACHADO;
FERNANDES ALMEIDA DESENVOLVIMENTO EM RECURSOS HUMANOS LTDA – SÃO PAULO;
FGY – CONSULTORIA S/C LTDA. – SÃO PAULO;
FIORIM & FERREIRA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA – ME – VOTUPORANGA;
FLAP S/C LTDA. – SÃO JOSÉ DOS CAMPOS;
FLAVOR FOOD CONSULTORIA EM ALIMENTOS LTDA - SUMARÉ;
FLUIR CONSULTORIA EM QUALIDADE E DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA - SÃO CAETANO DO SUL;
FLY CONSULT CONSULTORIA E COMÉRCIO LTDA. – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO;
FOCO A SOLUÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO S/C LTDA – CAMPINAS;
FOCUS ON – MARKETING E COMUNICAÇÃO LTDA – BARUERI;
FR – ESCOLA TECNICA LTDA – VOTUPORANGA;
FRANCO ASSESSORIA ADMINISTRATIVA LTDA - LINS;
FRANCO ASSESSORIA EMPRESARIAL S/C LTDA – VOTUPORANGA;
FRC ARRUDA – ASSESSORIA E CONSULTORIA ENGENHARIA E GESTÃO DE

SISTEMAS, INFORMÁTICA E TREINAMENTO - SÃO PAULO;
FREIRE E DOWBOR CONSULTORIA - SÃO PAULO;
FTEK BRASIL ENGENHARIA LTDA - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS;
FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - SÃO CARLOS;
FUNDAÇÃO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS DE RIBEIRÃO PRETO – RIBEIRÃO PRETO;
FUNDAÇÃO INDAIATUBANA DE EDUCAÇÃO E CULTURA – INDAIATUBA;
FUNDAMENTAL TREINAMENTO EM AGRONEGÓCIOS S/C LTDA. – SÃO JOSÉ DOS CAMPOS;
FURTADLU ASSESSORIA E TREINAMENTO S/C LTDA - SÃO PAULO;
G 4 GESTÃO EMPRESARIAL – BATATAIS;
G. R. H. GESTÃO EM RECURSOS HUMANOS LTDA. – ME – SÃO CAETANO DO SUL;
G.G – GONÇALVES & GONÇALVES – CONSULTORIA EM RECURSOS HUMANOS LTDA - JUNDIAÍ;
GALICIANI & PEDRO ASSOCIADOS S/C LTDA. – PRESIDENTE PRUDENTE;
GAMI – CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO S/C LTDA. – ATIBAIA;
GAN IDEIA ASSESSORIA LTDA - SANTANA DE PARNAÍBA;
GANGNUSS CARREIRA SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM ALIMENTOS LTDA – ME - SÃO PAULO;
GENESE CONSULTORIA E TREINAMENTO EM INFORMÁTICA LTDA - SÃO CAETANO DO SUL;
GEOEXEC – CONSULTORIA GEOAMBIENTAL LTDA – ME – CAMPINAS;
GERMINAL – CULTURA E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL LTDA. - RIBEIRÃO PIRES;
GESTARE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA. – ME – ARARAQUARA;
GETAC ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA - SÃO PAULO;
GILBERTI & VUOLO CONSULTORIA E GESTÃO DE AGRONEGÓCIOS LTDA - ARAÇATUBA;
GLOBAL QUALITY TOURISM SOCIEDADE SIMPLES LTDA - OURINHOS;
GMA CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA - GUARAREMA;

GOLD ASSESSORIA EMPRESARIAL E SERVIÇOS S/C LTDA - SÃO CARLOS;
GOLD DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA – COSMÓPOLIS;
GONÇALVES & BORGES EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA S/S LTDA - MARTINÓPOLIS;
GORAYEB & CASTILHO ASSESSORIA LTDA - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO;
GRAEL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - DOIS CÓRREGOS;
GRAFFIT ASSESSORIA PLANEJAMENTO E PROJETOS TURÍSTICOS LTDA - SÃO PAULO;
GRAZIANO CONSULTORIA COMERCIAL LTDA - CAIEIRAS;
GREGORY VILLALBA, PEREIRA & DULCINE LTDA – ARAÇATUBA;
GRUPO KA CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA - SANTANA DE PARNAÍBA;
GUTIERREZ E SANCHES CONSULTORIA S/C LTDA – LIMEIRA;
H + K DESENVOLVIMENTO HUMANO E INSTITUCIONAL LTDA - SÃO PAULO;
HAMOUCHE & BERNARDES ASSESSORIA, CONSULTORIA E TREINAMENTO S/C LTDA - CARAPICUIBA;
HEADCOM DO BRASIL LTDA. – BARUERI;
HELSEN APOIO EMPRESARIAL S/C LTDA – SÃO PAULO;
HELVÉCIO CUNHA BARBOZA JUNIOR - SANTA BRANCA;
HIGH LEVEL CONSULTORIA EMPRESARIAL S/C LTDA – SÃO CAETANO DO SUL;
HOVE SERVIÇOS E TREINAMENTO EMPRESARIAL S/C LTDA – SÃO PAULO;
HR CONSULT DESENVOLVIMENTO EM RH LTDA – SÃO PAULO;
HUMANIDADE CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO S/C LTDA. – SÃO PAULO;
I.B.D.G – INSTITUTO BRASILEIRO DE DESEN DE GESTORES S/C LTDA – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO;
I9AÇÃO – INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO S/S LTDA - IBIRA;
ICONE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL LTDA ME – TAUBATÉ;
IDÉIAS E SOLUÇÕES CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA - BELO HORIZONTE;
IDESTE-INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - ASSIS;
IFANGER ASSESSORIA, CONSULTORIA E TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA – VINHEDO;

IMAQ TECNOLOGIA DE SISTEMAS S/C LTDA. – SÃO CAETANO DO SUL;
IMG ASSESSORIA E TREINAMENTO LTDA – VARGEM GRANDE PAULISTA;
IMPACTO – ASSESSORIA E TREINAMENTO EM INFORMÁTICA S/C LTDA.- HORTOLÂNDIA;
IMPROVEMENT CONSULTORIA EM COMÉRCIO EXTERIOR LTDA – SÃO PAULO;
INAE – INSTITUTO NACIONAL DE APRENDIZAGEM EMPRESARIAL LTDA - CAMPINAS;
INDEP INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL S/C LTDA - MARÍLIA;
INFOCUS – CONSULTORIA EM DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL LTDA - SANTO ANDRÉ;
INFRAJATO ENGENHARIA LTDA – BOTUCATU;
INGWAASS QUALIDADE CONTINUADA S/C LTDA – SÃO BERNARDO DO CAMPO;
INOVAÇÃO ASSESSORIA E TREINAMENTO LTDA - AMERICANA;
INOVATEC CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA - SÃO PAULO;
INPQ - INSTITUTO NACIONAL DE PRODUTIVIDADE E QUALIDADE - SÃO PAULO;
INSIGHT DESENVOLVIMENTO PESSOAL S/C LTDA – SÃO CAETANO DO SUL;
INSTITUTO BIOMA - ASSOCIAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE NATURAL E MELHORIA DE QUALIDADE DE VIDA - SÃO BERNARDO DO CAMPO;
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE EXCELÊNCIA PESSOAL E EMPRESARIAL – INDEPE – SÃO PAULO;
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - ASSIS;
INSTITUTO DE ENSINO E GESTÃO PATRIMONIAL CABRERA & CABRERA LTDA – ARAÇATUBA;
INSTITUTO GENEBRA DE CURSOS E PALESTRAS LTDA - SÃO PAULO;
INSTITUTO JUBRAN DE ENSINO SUPERIOR LTDA - SANTA CRUZ DO RIO PARDO;
INSTITUTO MAIS VIDA S/C LTDA - JUNDIAÍ;
INSTITUTO MICAEL CONSULTORIA E PESQUISA – SÃO PAULO;
INSTITUTO RENOVAR – SÃO PAULO;
INTEGRA – PSICOLOGIA E PEDAGOGIA LTDA. – SÃO PAULO;
INTEGRAÇÃO PARCERIAS ESTRATÉGIAS PARA SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA - SANTANA DE PARNAÍBA;

INTEGRAL TREINAMENTOS EM GESTÃO EMPRESARIAL S/C LTDA. – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO;
INTELECTO CONSULTORIA EM RECURSOS HUMANOS LTDA – ME - POÁ;
INTELLECTU ASSESSORIA E TREINAMENTO EMPRESARIAL S/C LTDA. – PIRACICABA;
INTERACT – PLANEJAMENTOS TÉCNICOS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA – SÃO PAULO;
INTERATIVA DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E DE ORGANIZAÇÕES LTDA. - SÃO PAULO;
INVENTURA CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA - SÃO PAULO;
IPE CONSULTORIA LTDA - OURINHOS;
ISPC DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL S/C LTDA - OURINHOS;
J L ROCHA & ASSOCIADOS CONSULTORES S/C LTDA - SÃO PAULO;
J.A. MIRANDA – TREINAMENTO – AMERICANA;
J.C. SILVA E OLIVEIRA S/C LTDA – GARÇA;
J.G.L. CONSULTORIA E TREINAMENTO S/C LTDA. – BIRIGUI;
J.M. CONTE & CIA. LTDA - OURINHOS;
JATOBÁ TREINAMENTO E CONSULTORIA S/C LTDA. – SÃO CAETANO DO SUL ;
JB DECISÃO CONSULTORIA ORGANIZACIONAL S/C LTDA – SÃO BERNARDO DO CAMPO;
JC SILVA & OLIVEIRA S/C LTDA - SÃO BERNARDO DO CAMPO;
JCS CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA - SÃO PAULO;
JDS – CONTABILIDADE S/C LTDA. – SÃO PAULO;
JEO BRASIL PESQUISA, MARKETING & COMUNICAÇÃO LTDA - SÃO PAULO;
JLVALENTE CONSULTORIA E TREINAMENTO EM RH S/C LTDA – SÃO PAULO;
JMS – TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA – SÃO PAULO;
JOSÉ ADOLFO DE ANDRADE RIBEIRÃO PRETO - RIBEIRÃO PRETO;
JOSÉ ANTONIO P.G. & FIALHO TREINAMENTO SISTEMAS ADM. LTDA – SÃO PAULO;
JOULE CONSULTORIA, ASSESSORIA E TREINAMENTO S/S LTDA - MOGI DAS CRUZES;

JULIUS ASSESSORIA E PROTOTIPAGEM INDUSTRIAL LTDA – CAMPINAS;
K2ML GESTÃO EMPRESARIAL LIMITADA - SÃO CARLOS;
KLIMA AGROAMBIENTAL LTDA. – PAULÍNIA;
KND CONSULTORIA E TREINAMENTO S/C LTDA. – JABOTICABAL;
KOALATY CONSULTORIA S/C LTDA – GUARUJÁ;
KONTROLLE CONSULTORIA ALIMENTAR LTDA - BOTUCATU;
KRAHÔ SOLUÇÕES EM MARKETING ESTRATÉGICO S.S. LTDA – SÃO CAETANO DO SUL;
KRAP PROJETOS E GESTÃO TECNOLÓGICA LTDA - SÃO PAULO;
KRENA REPRESENTAÇÃO COMERCIAL – FRANCA LTDA – FRANCA;
KUPPER & KAISER CONSULTORIA E ASSESSORIA EM AGROPECUÁRIA LTDA. – HORTOLÂNDIA;
LDF – CONSULTORES ESPECIALIZADOS LTDA – POÇOS DE CALDAS;
LEITMOTIV PROJETO E CONSULTORIA S/C LTDA – COTIA;
LESSA & CAVAÇA ASSESSORIA E CONSULTORIA S/C LTDA. – SÃO PAULO;
LIMA VIEIRA CONSULTORIA LTDA - SÃO PAULO;
LINER CONSULTORIA EM SISTEMAS DE GESTÃO DA QUALIDADE S/C LTDA. - OSASCO;
LIRA TREINAMENTO EMPRESARIAL S/C LTDA - FERRAZ DE VASCONCELOS;
LN CONTABIL LTDA ME – GUARULHOS;
LOGICA TREINAMENTO E CONSULTORIA EM LOGISTICA LTDA – EPP - CAMPINAS;
LOGOS DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL SS LTDA - SÃO PAULO;
LOOPING CONSULTORIA LTDA – BELO HORIZONTE;
LOPEZ, ACOCELLA E CONSULTORES S/C LTDA – SÃO PAULO;
LUIZ FERNANDO GARCIA CONSULTORES ASSOCIADOS S/C LTDA. – SÃO PAULO;
LUMINA DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL LTDA – ME - SÃO PAULO;
M. DAVISON E ASSOCIADOS S/C LTDA - BAURU;
M. MORO CONSULTORIA, ASSESSORIA E TREINAMENTO EM QUALIDADE LTDA - MOGI DAS CRUZES;
M.C.E. COMERCIAL ELETRONICA E ENGENHARIA LTDA. ME – RIBEIRÃO PRETO;

M.M. AZEREDO ASSESSORIA E CONSULTORIA EM TURISMO E HOTELARIA LTDA - SÃO BENTO DO SAPUCAÍ;
M.M. DUO CONSULTORIA E ASSESSORIA REC HUMANOS S/C LTDA – SÃO BERNARDO DO CAMPO;
M.S. ASSESSORIA E TREINAMENTO LTDA - BAURU;
M.Z.M. ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL LTDA ME – TIETÊ;
MAANAIM CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA –ARAÇATUBA (MATRIZ);
MAANAIM CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA –ITAPEVI (FILIAL);
MAC TREINAMENTO E MOTIVAÇÃO LTDA. ME – SANTANA DE PARNAÍBA;
MAGNA CONSULTORIA EMPRESARIAL S/C LTDA – SÃO PAULO;
MAHST ENGENHARIA E SISTEMAS DE GESTÃO LTDA - SÃO PAULO;
MAIA & MENDES S/C LTDA – LONDRINA;
MANIERI ROCHA SERVIÇOS MÉDICOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - BAURU;
MANTOAN ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA ME - LEME;
MANUFATURA DE IDÉIAS CONSULTORIA AMBIENTAL, CULTURAL E SOCIAL LTDA - SANTO ANDRÉ;
MAPA ASSESSORIA E NEGÓCIOS DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA – ME - SÃO PAULO;
MARCELO BOSI RODRIGUES E CIA LTDA - RIBEIRÃO PRETO;
MARCONDES CONSULTORIA DE NEGÓCIOS EM AGRONOMIA LTDA - CAMPINA DO MONTE ALEGRE;
MARCOWARE ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL S/C LTDA – SÃO PAULO;
MARGE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. – SÃO BERNARDO DO CAMPO;
MARI & MURA ASSOCIADOS S/C LTDA. – PRESIDENTE PRUDENTE;
MARQUES – CONSULTORIA, ASSESSORIA E TREINAMENTO EMPRESARIAL S/S LTDA - SÃO PAULO;
MARTINS & LABELLA ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA - ITÁPOLIS;

MASSON E DUARTE CONSULTORIA E TREINAMENTO S/C LTDA – NOVA ODESSA;
MASTER CONSULTORIA AGRO-INDUSTRIAL LTDA - DOIS CÓRREGOS;
MASTER JOB SUDESTE – SANTANA DO PARNAÍBA;
MATAVELLI E VIVIANI CONSULTORIA & AGRONEGÓCIOS ME – BOTELHOS;
MATIOLI CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA - SÃO PAULO;
MATRIX TREINAMENTOS, MARKETING E ORGANIZAÇÕES DE EVENTO S/C LTDA – SÃO BERNARDO DO CAMPO;
MBF ASSESSORIA E TREINAMENTO LTDA - SERTÃOZINHO;
MCA ASSESSORIA EM RECURSOS HUMANOS LTDA - BARUERI;
MDCAM CONSULTORIA EMPRESARIAL E EDUCACIONAL S/S - MOGI-GUAÇU;
MEDIADORA ADMINISTRADORA E INCORPORADORA SOCIEDADE SIMPLES LTDA. - OSVALDO CRUZ;
MEGAAS ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - SÃO PAULO;
MEGA-WR CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA - SANTO ANDRÉ;
MEIRE LUCIA GONÇALVES DE SOUZA – SÃO PAULO;
MELHEM SAROUT S.J.DO RIO PRETO – ME – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO;
MENANI & CONTI S/C LTDA. – LENÇÓIS PAULISTA;
MENSURE – AVALIAÇÃO E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA –RIBEIRÃO PRETO;
MENTOR CONSULTORIA CONTÁBIL S/C LTDA –SÃO BERNARDO DO CAMPO;
META CONSULTORIA E TREINAMENTO S/C LTDA - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO;
META TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA. – CAMPINAS;
METACOLIBRI – METODOS E TECNICAS DE ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA - SÃO PAULO;
METAMORFOSE – CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA – MOGI DAS CRUZES;
METODO CONSULTORIA E TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA. - SÃO PAULO;
MG CONSULTORIA E TREINAMENTO EDUCACIONAL LTDA. – EPP – SANTO ANDRÉ;
MHD – CONSULTORIA EM MARKETING E GESTÃO EMPRESARIAL – SÃO BERNARDO DO CAMPO;
MILARE E CARVALHO CONSULTORIA EM PRODUTIVIDADE LTDA – SANTO ANDRÉ;
MILESI ASSESSORIA EM RECURSOS HUMANOS S/C LTDA. – RIBEIRÃO PRETO;

MINISTRO & OLIVEIRA TREINAMENTO EDUCACIONAL LTDA – BARRETOS;
MKG CONSULTORIA S/S LTDA – RIBEIRÃO PRETO;
MKTZ CONSULTORIA DE MARKETING LTDA – ME – SANTOS;
MORENO CONSULTORIA DE ADMINISTRAÇÃO E MARKETING S/C LTDA – PRESIDENTE PRUDENTE;
MORIÁ CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA. – RIBEIRÃO PRETO;
MOTA CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO S/C LTDA – IBIRÁ;
MQS CONSULTORIA LTDA – SANTOS;
MR FRANCA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA - FRANCA;
MR2 S/C LTDA. – POÁ;
MRT CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA LTDA – RIBEIRÃO PRETO;
MULTIPLA PRAIME CONSULTORIA E GESTÃO EMPRESARIAL S/S LTDA - RIO DAS PEDRAS;
MYGRA RECURSOS HUMANOS E TREINAMENTOS EM INFORMÁTICA – BAURU;
N H - CONSULTORIA, ASSESSORIA EMPRESARIAL E EDUCACIONAL LTDA - ME - RIO CLARO;
NA CONSULTORIA E ASSESSORIA S/C LTDA; - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS;
NATURAL'ART ENGENHARIA AGRONÔMICA S/C LTDA – ARAÇARIGUAMA;
NATUS CONSULTORIA E TREINAMENTO EM GESTÃO EMPRESARIAL LTDA - JACAREÍ;
NELSON TANUMA & CONSULTORES LTDA – SUZANO;
NEO NEGÓCIOS SOLUÇÕES E REPRESENTAÇÕES LTDA - SÃO BERNARDO DO CAMPO;
NEOMASTER CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA – FERNANDÓPOLIS;
NET QUALIDADE EM SERVIÇOS S/C LTDA. – SÃO PAULO;
NEVES EMPREENDIMENTOS ADMINISTRATIVOS EM HOTELARIA LTDA – PINDAMONHANGABA;
NEW CONCEPT GROUP – CONSULTORIA, TREINAMENTO E COMÉRCIO DE SISTEMAS LTDA – SÃO PAULO;
NEXO PRÓSPER – ADMINISTRAÇÃO FISCAL E CONTÁBIL S/C LTDA. – SÃO JOSÉ

DOS CAMPOS;
NOGUEIRA & BOLOGNIESI SOCIEDADE DE ADVOGADOS – ARARAQUARA;
NOVAÇÃO R.H. ASSESSORIA EMPRESARIAL S/C LTDA - SÃO CARLOS;
NOVATEC – SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA – SÃO BERNARDO DO CAMPO;
NUNES CONSULTORIA S/C LTDA. – ARAÇATUBA;
OBIAGINI ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - JUNDIAÍ;
OFFICE SERVICES ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - ITAPEVA;
OFFICE SERVICES ASSESSORIA EMPRESARIAL S/C LTDA. – ITAPEVA;
OFICIO ERGONOMIA E DESIGN LIMITADA – POÁ;
OLIFER ASSESSORIA EMPRESARIAL S/C LTDA – SÃO PAULO;
ÔMEGA PLUS CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA. – SÃO PAULO;
OPPORTUNITÉ CONSULTORIA EM TREINAMENTO S/C LTDA. – SÃO PAULO;
OPUS SOLUÇÕES EMPRESARIAIS S/C LTDA. – EMBU;
ORGANICA CONSULTORIA EM SISTEMAS AGROECOLOGICOS LTDA – ARAÇARIGUAMA;
ORIENTE CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO S/S LTDA - RIBEIRÃO PRETO;
ORION SOROCABA S/C LTDA. – ME – SALTO DE PIRAPORA;
OSVALDO PAIXÃO & FILHO LTDA – OURINHOS;
P.O.D.E. - PLANEJAMENTO E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA - PRESIDENTE PRUDENTE;
P.R.A. CONSULTING LTDA - SÃO PAULO;
P.R.B. ASSESSORIA EMPRESARIAL S/S LTDA - OURINHOS;
PARCERIA EFETIVA CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA. ME - SÃO BERNARDO DO CAMPO;
PARCERIAS SOLUÇÕES GLOBAIS LTDA - SANTANA DO PARNAÍBA;
PASIN & PASIN CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA – SÃO JOSÉ DOS CAMPOS;
PAU BRASIL – PROTEÇÃO AMBIENTAL LTDA – SÃO SEBASTIÃO;
PAULA SEBA – CONSULTORIA EM COMUNICAÇÃO E EVENTOS LTDA - RIBEIRÃO PRETO;
PAUTA CONSULTORIA, ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA - SOROCABA;

PAYBACK CONSULTORIA FINANCEIRA EMPRESARIAL LTDA - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO;
PELIZZON & FERREIRA S/S LTDA - JAÚ;
PENSATUS COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA - FRANCA;
PEREIRA & DELL'ERBA EDUCAÇÃO CORPORATIVA LTDA – RIBEIRÃO PRETO;
PEREIRA & ROSE ASSESSORIA E CONSULTORIA AGRÍCOLA LTDA – ITUVERAVA;
PILLAR CONSULTORIA EMPRESARIAL S/C LTDA –POÁ;
PLAN CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EM TURISMO & LAZER S/C LTDA - JUNDIAÍ;
PLANGESPEC – CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA - JABOTICABAL;
PLANGEST CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. – SÃO BERNARDO DO CAMPO;
PLYRIL CONSULTORIA LTDA. - SÃO PAULO;
POLETE & ASSOCIADOS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA - MOGI DAS CRUZES;
POLIDATA CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA - SÃO BERNARDO DO CAMPO;
POLITÉCNICA S/C LTDA – MOGI DAS CRUZES;
POSSAGNOLO & HABACH LTDA; RIBEIRÃO CLARO/PR
PPCI – SOLUÇÕES EMPRESARIAIS S/C LTDA. – LINS;
PRACIANO & ASSOCIADOS – SÃO PAULO;
PRISMA ASSESSORIA E CONSULTORIA - SÃO PAULO;
PRISMADH DESENVOLVIMENTO HUMANO - SERVIÇOS EM PSICOLOGIA LTDA - SÃO PAULO;
PROFORT ASSESSORIA, TREINAMENTO E GESTÃO S.S. LTDA - SOROCABA;
PROI LTDA - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS;
PRO-MARKETING INTELIGENCIA DE MERCADO E CONSULTORIA EM MARKETING LTDA. - SÃO PAULO;
PROPTER QUALIEM CONSULTORIA S/C LTDA. – CAMPINAS;
PROQUALI GESTÃO EMPRESARIAL LTDA - SÃO PAULO;
PULLI CONSULTORIA S/C LTDA. – ARAÇATUBA;
PWG ASSESSORIA E CONSULTORIA HOTELEIRA S/A LTDA - CARAPICUÍBA;
QPCI CONSULTORIA E TREINAMENTO S/C LTDA – SÃO PAULO;
QSA – CONSULTORIA EM ALIMENTOS LTDA - MOGI-GUAÇU;

QUALICERT – GESTÃO E CERTIFICAÇÃO LTDA – BOTUCATU
QUALINOVA CONSULTORIA TÉCNICA EM ALIMENTOS S/C LTDA - JUNDIAÍ;
QUALIS REPRESENTAÇÃO, ASSESSORIA E CAPACITAÇÃO LTDA – JOSÉ BONIFACIO;
QUALISER DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL S/C LTDA - SANTO ANDRE;
QUALITAS CONSULTORIA EM HIGIENE E MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS LTDA - SANTANA DE PARNAÍBA;
QUALITEC - CONSULTORIA E TREINAMENTO EM ALIMENTOS LTDA - FRANCA;
QUALITOTAL CONSULTORIA E TREINAMENTO S/C LTDA – VINHEDO;
QUALITY – PROGRAMA DE BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA S/S LTDA – SOROCABA;
QUALITY AT SOURCE CONSULTORIA, ASSESSORIA E TREINAMENTO TÉCNICO LTDA - SANTO ANDRÉ;
QUALLIMAX ASSESSORIA EM MARKETING E QUALIF PROF E COMÉRCIO LTDA – SÃO PAULO;
QUANAS SISTEMAS ORGANIZACIONAIS E HUMANÍSTICAS S/C LTDA - POÁ;
QUARTZO ASSESSORIA EMPRESARIAL S/C LTDA. – SÃO BERNARDO DO CAMPO;
QUATOTAMA CONSULTORIA LIMITADA – SÃO VICENTE;
QUEIROZ E ROCHA CONSULTORES ASSOCIADOS SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA - SANTOS;
QUEST SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA - ARARAS;
R & M CONSULTORIA EM MICROINFORMÁTICA LTDA - SÃO LUIZ/MA;
R & V CONSULT – CONSULTORIA E GESTÃO ESTRATÉGICA LTDA – CAMPINAS;
R B PERÍCIA CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA – SÃO BERNARDO DO CAMPO;
R L PRATIC WAY ASSESSORIA, CONSULTORIA E TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA - POÁ;
R&R ASSOCIADOS S/C LTDA – AMERICANA;
R&R CONSULTORIA COMUNICAÇÃO RECURSOS HUMANOS E MARKETING LTDA – PRESIDENTE PRUDENTE;
R.B. – PROJETOS GRÁFICOS E EDITORAÇÃO S/C LTDA – SANTANA DE PARNAÍBA;

R.M. ASSOCIADOS CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA – FERNANDÓPOLIS
R.R. REGGIANI ARQUITETURA – ME – SÃO PAULO;
R.T. BARREIROS S/C LTDA - PRESIDENTE PRUDENTE;
R.V.L. CONSULTORIA LTDA - ARARAQUARA;
R3 TREINAMENTO E CONSULTORIA DE ORGANIZAÇÃO S/C LTDA – SANTANA DE PARNAIBA;
RANGEL & LANZOTTI CONSULTORIA E TREINAMENTOS/C LTDA. – SÃO PAULO;
RAVAMI ASSESSORIA EMPRESARIAL S/C LTDA –SÃO PAULO;
RAZAKATTRO CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA – SÃO PAULO
RBW DESENVOLVIMENTO E TREINAMENTO DE CURSOS EMPRESARIAIS - SÃO PAULO;
RC CONSULTING E TREINAMENTO LTDA. – SÃO BERNARDO DO CAMPO;
REESTOR CONSULTORES ASSOCIADOS – SÃO PAULO;
REGENCIA – GESTÃO DE PROJETOS, CONSULTORIA E TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA - SÃO PAULO;
REIS BUSINESS – SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS;
REMO RECURSOS LTDA - SÃO PAULO;
RENATA SARTOR & CIA LTDA – BOTUCATU;
RENO ASSESSORIA LTDA. – ATIBAIA;
REVISÃO ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA – VOTUPORANGA;
RFA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA - SOROCABA;
RGF QUAGLIO – CONSULTORIA – HORTOLÂNDIA;
RH FIRST LINE ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - BARUERI;
RHEDEPE - DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E PESSOAL S/C LTDA – AVARÉ;
RHEGENTE ASSESSORIA EMPRESARIAL S/C LTDA. – SÃO PAULO;
RIBEIRO & VENEZIANO MARKETING LTDA – BAURU;
RLSEARCH – PESQUISA DE MERCADO E OPINIÃO E CONSULTORIA EM MARKETING LTDA - JUNDIAÍ;
ROAD - TREINAMENTO EMPRESARIAL S/C LTDA. – BEBEDOURO;
ROBERTO CLAUDIO NATACCI – ME – SÃO PAULO;

ROGÉRIO FANTINI RODRIGUES GUILHERME – PARAGUAÇU PAULISTA;
ROSSI & RINALDI CONSULTORIA E TREINAMENTO GERENCIAL E PROFISSIONAL – PRESIDENTE PRUDENTE;
RP&S CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL – SÃO CAETANO DO SUL;
RS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA. – SÃO PAULO;
RUIZ & MORAES AUDITORIA, CONSULTORIA E SERVIÇOS S/C LTDA. – ARAÇATUBA;
RURALTEC ASSESSORIA, CONSULTORIA E TREINAMENTO EM AGRONEGÓCIOS LTDA – ME – CAMPINA DO MONTE ALEGRE;
S.T.S. TREINAMENTOS E CURSOS EMPRESARIAIS LTDA. – BAURU;
S4 DESIGN CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA – SÃO PAULO;
SAGLE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA – SÃO PAULO;
SALES E MACEDO ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. – VALINHOS;
SALUTAR S/C LTDA - SALTINHO;
SAMADAR CONSULTORIA ALIMENTÍCIA LTDA - SÃO PAULO;
SAN CONSULTING S/C LTDA. – SANTANA DE PARNAÍBA;
SANCHES & ARARIPE CONSULTORIA E REPRESENTAÇÃO LTDA – ARARAQUARA
SANTANA E REIS CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL S/C LTDA – SÃO PAULO;
SANTOS & SANTOS CONSULTORES EM QUALIDADE S/C LTDA – JUNDIAÍ;
SAPIENS ENSINO E EDUCAÇÃO LTDA - JACAREÍ;
SAWIL CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA - PRESIDENTE PRUDENTE;
SCHIFFER CONSULTORIA EM GESTÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS LTDA EPP - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS;
SCOZZAFAVE CURSOS E TREINAMENTOS LTDA – ALTINÓPOLIS;
SEBRASIL DESENVOLVIMENTO E TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA - SÃO PAULO;
SEIMAR ASSESSORIA TÉCNICA LTDA - SÃO PAULO;
SERGON TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL LTDA - ITAPETININGA;
SERT-SERVIÇOS EMPRESARIAIS, REPRESENTAÇÕES E TREINAMENTO S/C LTDA – MARÍLIA;

SESSAUT – SERVIÇO ESPECIALIZADO EM SEGURANÇA E SAUDE NO TRABALHO LTDA – RIBEIRÃO PRETO;
SETTI & MENDES LTDA ME - ALVARES MACHADO;
SEXTANTE LTDA - RIO DE JANEIRO;
SIGNUS CONSULTORES ASSOCIADOS S/C LTDA. – ATIBAIA;
SIQUEIRA FRANCO TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA - VOTUPORANGA;
SISO ASSESSORIA TREINAMENTO EMPRESARIAL RECURSOS HUMANOS LTDA ME - CAMPINAS;
SIVEK & CONSULTORES ASSOCIADOS S/C LTDA. – BOITUVA;
SMART CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA. – ITAPETININGA;
SMART SERVIÇOS DE CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA – ME – JABOTICABAL;
SOCIEDADE BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO EMPREENDEDOR – SÃO PAULO;
SOLTCON TREINAMENTO E CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA - TAUBATÉ;
SOLUÇÃO CONSULTORIA S/C LTDA. – SÃO CAETANO DO SUL;
SOLUÇÃO EMPRESARIAL LTDA – SANTANA DE PARNAÍBA
SOLUÇÃO TERRA CONSULTORIA LTDA - FRANCA;
SOMMA CAPACITAÇÃO E ACAMPAMENTOS LTDA – SÃO PAULO;
SPOSITO-SOLUÇÕES E SERVIÇOS S/C LTDA - BAURU;
SPQUALITY CONSULTORIA FARMACEUTICA E ALIMENTICIA LTDA - MARILIA;
SRC&C CONSULTORIA E TECNOLOGIA OCEANOGRÁFICA LTDA – JUNDIAÍ;
SRD CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA - SÃO PAULO;
STAR CONTABILIDADE E ASSESSORIA EMPRESARIAL S/S LTDA. – PRESIDENTE PRUDENTE;
STARKE CONSULTORIA E GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA - SÃO PAULO;
STEFANI & ASSOCIADOS – ASSESSORIA E COMÉRCIO LTDA. – JABOTICABAL;
STEG LIVRARIA E SERVIÇOS PROMOCIONAIS LTDA. – SÃO PAULO;
STRATEGIA CONSULTORIA TURÍSTICA LTDA – SANTO ANDRÉ;
STRATEGIES CONSULTORIA E TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA. EPP – SÃO PAULO;
STRATUS ASSESSORIA E TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA – SANTO ANDRÉ;

STYLLUS – CONSULTORIA EMPRESARIAL E TREINAMENTOS LTDA - SÃO PAULO;
SUPERSTATION CONSULTORIA LTDA. – SÃO PAULO;
SUORTE PESSOAL CONSULTORIA E ASSESSORIA EM GESTÃO DE PESSOAS LTDA - RIBEIRÃO PRETO;
SUPREMA CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO EM AGRONEGÓCIOS S/S LTDA – JABOTICABAL;
SYN – GESTÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL LTDA. – SANTANA DE PARNÁIBA;
TALENTUM COMÉRCIO E CONSULTORIA LTDA – SANTO ANDRÉ;
TARGET IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - NATAL;
TAXONOMIA EMPRESARIAL – CONSULTORIA E TREINAMENTO – SÃO PAULO;
TCA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA ME - SÃO CARLOS;
TECNOLOGIA EM SAÚDE - COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ASSIS;
TEMPO SERVIÇOS EMPRESARIAIS S/C LTDA – POÁ;
TERRA DESIGN PROJETOS S/C LTDA - SÃO PAULO;
TERRITORIA DESENVOLVIMENTO GLOBAL LTDA - SÃO PAULO;
THEMA ASSESSORIA EMPRESARIAL S/S LTDA. – SÃO JOSÉ DO RIO PARDO;
THEMA CONSULTORIA EMPRESARIAL S/C LTDA – SÃO PAULO;
THOMAS MICHAEL LEAL - MOGI MIRIM;
TMR TREINAMENTOS MOTIVACIONAIS COM RESULTADOS E COMÉRCIO LTDA. – ITU;
TONELLI ASSESSORIA ORGANIZACIONAL LTDA - ME – SANTOS;
TONELLO – GESTÃO EMPRESARIAL S/S LTDA., - CATANDUVA;
TOQUE NA CUCA – SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA. – SÃO PAULO;
TOZZINI CONSULTORES ASSOCIADOS S/S LTDA. – SÃO PAULO;
TRANSFORMER TREINAMENTO ORG. PARA A QUALIDADE DE VIDA S/C LTDA – CAMPINAS;
TRATO CONSULTORIA EM AGROPECUÁRIA LTDA – ARARAQUARA;
TRE&COM – COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – CAMPINAS;

TreCom – TREINAMENTOS E COMUNICAÇÕES S/C LTDA. – SÃO PAULO;
TREINAR CONSULTORIA S/C LTDA – PIEDADE;
TREINARE – CONSULTORIA E TREINAMENTO S/C LTDA. – SANTO ANASTÁCIO;
TREO CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO;
TRIGO MILESI CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA – RIBEIRÃO PRETO
TRINDADE & NEGRO CONSULTORIA DE MARKETING E COMERCIALIZAÇÃO LTDA – SANTOS;
TRUE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA – LIMEIRA;
UNIAGRO - COOPERATIVA DE TRABALHO EM AGRONEGÓCIOS DA REGIÃO DE MOGI MIRIM – MOGI MIRIM;
UNIATA - COOP. CENTRAL DE TEC. AGROP E AFINS DO ESTADO DE SÃO PAULO – LEME;
UNIATA – COOPERATIVA DE TÉCNICOS AGROPECUÁRIOS E AFINS DA REGIÃO DE FERNANDÓPOLIS – FERNANDÓPOLIS;
UNIATA FRANCA - COOPERATIVA TRABALHO PROF. SETOR AGROPECUÁRIO E AFINS REGIÃO FRANCA - FRANCA;
UNIATA JUNDIAÍ – COOPERATIVA DE TÉCNICOS AGROPECUÁRIOS E AFINS DA REGIÃO DE JUNDIAÍ – JUNDIAÍ;
UNIATA OLÍMPIA – COOPERATIVA DE TÉCNICOS AGROPECUÁRIOS E AFINS DA REGIÃO DE OLÍMPIA – OLÍMPIA;
ÚNICA BRASIL – ASSESSORIA E TREINAMENTO GERENCIAL LTDA – LIMEIRA;
UNIFORME LAVANDERIA LOCAÇÃO LTDA. – TABOÃO DA SERRA;
UPGRADE PRESTADORA DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA – SANTOS;
VAHALI CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO LTDA. - JOSÉ BONIFÁCIO;
VALORE CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA - SÃO PAULO;
VAZ – DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL S/C LTDA. – MAIRIPORÃ;
VENTURE - DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL ASSESSORIA E TREINAMENTO S/S LTDA - CRUZEIRO;

VERA FERRAZ E CAMARGO CONSULTORIA E ASSESSORIA S/C LTDA - GUARULHOS;
VETOR & SCALA TREINAMENTO & CONSULTORIA EMPRESARIAL S/S LTDA - OSASCO;
VF – CONSULTORIA E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA – SÃO PAULO;
VIEIRA & CIA CONSULTORIA LTDA - BAURU;
VIEIRA & VIEIRA ASSESSORIA E TREINAMENTO LTDA - SOROCABA;
VIRGINIA GONÇALVES CONSULTORIA LTDA - SÃO PAULO;
VISÃO DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL S/C LTDA – SÃO MANUEL;
VISÃO E AÇÃO CONSULTORIA EMPRESARIAL S/C LTDA. – EMBU;
VIVENCIAL EXPERIMENTAL TRAINING LTDA. – JUQUITIBA;
VIVERH CONSULTORIA EM RECURSOS HUMANOS LTDA. – CAMPINAS
VOLPIANO CONSULTORIA EMPRESARIAL S/C LTDA. - SÃO BERNARDO DO CAMPO;
W3 COMUNICAÇÃO LTDA - SANTOS;
WALFER – TREINAMENTO, CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA. – CAMPINAS;
WBZ CONSULTORIA EM SAÚDE LTDA - ASSIS;
WIEZEL CENTRO DE APOIO EM RECURSOS HUMANOS S/C LTDA. – SANTA BÁRBARA D’OESTE;
WORK CONSULTORIA E TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA. – SÃO PAULO;
WORLD WIDE CONSULTORIA DESENVOLVIMENTO TREINAMENTO E REPRESENTAÇÕES S/C LTDA – SÃO PAULO;
X-NET CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS S/C LTDA. – SÃO BERNARDO DO CAMPO;
YACAMIM CONSULTORIA EM DESENVOLVIMENTO HUMANO S/C LTDA. – DESCALVADO;
ZAKIMI & ASSOCIADOS – CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - TAUBATÉ;

Fonte: SEBRAE-SP

- Programa de Consultoria SEBRAEtec

Modalidades	Função
DIAGNÓSTICOS TECNOLÓGICOS	Identificação do estágio produtivo e tecnológico de um grupo de empresas para propor ações coletivas.
SUORTE TECNOLÓGICO	Consultoria individual que visa resolver de problemas pontuais da empresa. Ela pode ser realizada presencialmente ou não.
OFICINAS SEBRAEtec	Atendimento coletivo de consultoria tecnológica que visa a solução de problemas pontuais de um grupo de empresas.
CLÍNICAS TECNOLÓGICAS	Atendimento coletivo que visa introduzir e sensibilizar as MPEs para temas relacionados à inovação tecnológica.
APOIO TECNOLÓGICO À EXPORTAÇÃO	Consultoria tecnológica destinada à adequação de produtos a mercados pré-definidos, visando a superação de barreiras técnicas.
ATENDIMENTO TECNOLÓGICO "IN LOCO"	Atendimento realizado através de unidades móveis com equipamentos laboratoriais para resolução de problemas pontuais em processos produtivos.
APERFEIÇOAMENTO TECNOLÓGICO	Realização de consultorias para a otimização, racionalização, melhoria de qualidade ou desenvolvimento/aprimoramento de produtos e/ou processos.
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	Utilizada para inovação de produtos e/ou processos, que devem ser necessariamente novos para o mercado.

Fonte: SEBRAE-SP.

- Universidades e Institutos de Pesquisas Credenciados pelo SEBRAE-SP

ACEF S/A – UNIFRAN
Agência de Inovação Fábrica do Milênio
Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica - ABD
Associação Cultural de Renovação Tec. Sorocabana - ACRTS-FACENS
Associação Nacional de P, D & E das Empresas Inovadoras - ANPEI
Associação Terceira Via
Ecológica Assessoria Ltda
Empresa de Pesquisa, Tec. e Serviços da Universidade Taubaté - EPTS
Fundação BIO-RIO
Fundação de Amparo ao Ensino e Pesquisa - FAEP-UMC
Fundação de Apoio à Pesquisa Agricol - FUNDAG
Fundação de Apoio à Pesquisa, Ensino e Extensão - FUNEP
Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo - FUSP
Fundação de Apoio Institucional ao Desenv.Científico e Tec. da Universidade Federal de São Carlos - FAI-UFSCar
Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa Agropecuária - FUNDEPAG
Fundação de Ensino Octávio Bastos - UNIFEQB
Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais - FEPAF
Fundação Educacional de Ituverava
Fundação Fritz Müller – FFM
Fundação para o Desenvolvimento da UNESP - FUNDUNESP
Fundação para o Desenvolvimento de Bauru - FUNDEB
Fundação Parque de Alta Tecnologia de São Carlos - ParqTec, Centro São Paulo Design - CSPD
Instituto AEQUITAS para o Desenvolvimento Local Sustentável
Instituto Barretos de Tecnologia – IBT
Instituto Biosistêmico – IBS
Instituto Brasileiro de Tecnologia do Couro, Calçado e Artefato - IBTeC

Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A – IPT
Instituto de Tecnologia de Software – ITS
Instituto Educacional Piracicabano – IEP,
Instituto Mauá de Tecnologia – IMT
Instituto Maytenus para o Desenvolvimento da Agricultura Sustentável
Instituto Meio
Instituto Municipal de Ensino Superior de S.Caetano do Sul - IMES
Instituto Superior de Educação Santa Cecília - ISESC/UNISANTA
Istituto Europeo Di Design Escola Ltda – IED
Paulista de Tecnologia e Educação - FPTE/CETEC
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI
Sociedade Visconde de São Leopoldo - SVSL
SOFTEX Campinas- UNICAMP

Fonte: SEBRAE-SP